



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Lillian Nathalie Oliveira da Silva

O ESTATUTO SUPREMO DO DINHEIRO À LUZ DA TEORIA FREUDIANA
MONEY SUPREME STATUS IN PERSPECTIVE FREUD THEORETICAL

São Cristóvão/SE
2016

LILLIAN NATHALIE OLIVEIRA DA SILVA

O ESTATUTO SUPREMO DO DINHEIRO À LUZ DA TEORIA FREUDIANA
MONEY SUPREME STATUS IN PERSPECTIVE FREUD THEORETICAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Rogério da Silva Paes
Henriques

São Cristóvão/SE
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586e Silva, Lillian Nathalie Oliveira da
O estatuto supremo do dinheiro à luz da teoria Freudiana /
Lillian Nathalie Oliveira da Silva ; orientador Rogério da Silva Paes
Henriques. – São Cristóvão, 2016.
118 f.

Dissertação (mestrado em Psicologia Social) – Universidade
Federal de Sergipe, 2016.

1. Psicologia social. 2. Psicanálise. 3. Economia – Aspectos
psicológicos. 4. Freud, Sigmund, 1856-1939. I. Henriques, Rogério
da Silva Paes, orient. II. Título.

CDU 316.6:159.964.26

Folha de Aprovação

AUTOR: LILLIAN NATHALIE OLIVEIRA DA SILVA

(O estatuto supremo do dinheiro à luz da teoria freudiana/dissertação de mestrado em psicologia social da Universidade Federal de Sergipe)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe para a obtenção do título de mestre em psicologia social e aprovada em 27/06/2016.

(Orientador - Dr. Rogério da Silva Paz Henriques - Universidade Federal de Sergipe)

Banca Examinadora

(Examinadora Externa – Dr^a Susane Vasconcelos Zanotti – Universidade Federal de Alagoas)

(Examinador Interno – Dr. Daniel Menezes Coelho – Universidade Federal de Sergipe)

RESUMO

Este trabalho propõe investigar o lugar ocupado pelo dinheiro na economia psíquica, considerando seu estatuto supremo adquirido na maior parte das sociedades e épocas em que a vida humana se pôs em civilização. Trata-se de uma investigação de fenômenos sociais pelo viés psicanalítico, caracterizando-se numa pesquisa em psicanálise de método bibliográfico e leitura interpretativa, a partir da perspectiva teórica de Freud e de produções psicanalíticas no campo. Dedica-se ao estudo do dinheiro de um ponto de vista das pulsões originárias do sujeito, com explanação sobre a história, origem e evolução prática da moeda, bem como seu papel de supremacia nas civilizações industriais, perpassando os significados e representações no senso comum já estudados pela ciência psicológica e sendo analisados pela interpolação do sujeito do inconsciente, movido pelas pulsões e pelo desejo. Lê-se que o dinheiro não se constitui somente enquanto objeto com efeitos pulsional e representacional do sujeito, mas é detentor de uma capacidade estruturante sobre o psiquismo, se instituindo como cifra da própria constituição do ser. A presença de uma relação ambivalente do sujeito para com o dinheiro, em que o dinheiro se atrela a cenários de dominação e exploração humana é coerente com a impossível harmonia entre o humano e a vida civilizada. A lida do sujeito psicanalítico com o dinheiro não se faz cabível de equilíbrio e harmonia já que o dinheiro amoeda também os antagonismos pulsionais originários.

Palavras-chave: Dinheiro. Psicanálise. Ambivalência. Economia psíquica.

ABSTRACT

This paper proposes to investigate the place occupied by money in the psychic economy, given its supreme status acquired in most societies and times when human life began in civilization. This is an investigation of social phenomena by psychoanalytical bias, featuring in a research in psychoanalysis bibliographic method and interpretive reading, from the theoretical perspective of Freud and psychoanalytical productions in the field. It is dedicated to the study of money from a point of view of originating the subject drives, with explanation of the history, origin and practical evolution of money and its role of supremacy in industrial civilizations, passing the meanings and representations common sense already studied the psychological science and being analyzed by the interpolation of the subject of the unconscious, driven by instincts and desire. It reads that the money is not only as an object with instinctual and representational effects of the subject, but it is holder of a structural capacity of the psyche, constituting as Cipher own constitution of being. The presence of an ambivalent relation of the subject to money, where money is links the domination scenarios and human exploitation is consistent with the impossible harmony between human and civilized life. The handles of the psychoanalytic subject with money does not make appropriate balance and harmony since money amoeda also instinctual antagonisms originate.

Key Words: Money. Psychoanalysis. Ambivalence. Psychic economy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	TRATADO SOBRE O DINHEIRO: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	21
2.1	Psicologia do Dinheiro: teleologia, segurança, poder e outras representações ..	26
2.2	A Psicologia Econômica e o Comportamento Econômico	32
2.3	O Manejo do Dinheiro na Clínica Psicanalítica.....	36
3	O DINHEIRO E SUAS EQUIVALÊNCIAS SIMBÓLICAS: UM ESTUDO EM FREUD	47
3.1	Freud e a Simbolização Monetária	48
3.2	Da Contribuição Psicanalítica: o sujeito do desejo	53
3.3	Equivalências Iniciais entre o Singular e o Social: deslizando entre a troca e a facilidade.....	58
3.4	Da Ordem da Necessidade para a Demanda e o Desejo	62
3.5	O Dinheiro como Promotor de Satisfação? Uma nota sobre a ambivalência	68
3.6	Raro e Vulgar: uma medida de valor para todas as coisas.....	72
3.7	Reificação do Trabalho Humano e a Transformação das Relações Sociais	77
4	O SUJEITO PSICANALÍTICO FRENTE À ETERNA LUTA DE CLASSES	83
4.1	Édipo: antagonismos e ambivalência.....	86
4.2	Valor de Troca x Valor de Uso: entre a dívida simbólica e a onipotência narcísica.....	88
4.3	A Civilização em Detrimento da Liberdade Individual	98
4.4	O Mito Científico e a Competitividade Velada	100
4.5	O Dinheiro nos Modos de Produção: a impossível reconciliação entre o humano e a cultura	102
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

Em troca de pedaços de papel ou moedas circunscritas o mundo se dispõe a dar objetos, financiar desejos, e pedir o mesmo em contrapartida. São inúmeras e corriqueiras as histórias em que o dinheiro se concebe como tema central e proeminente. Pode-se considerar que, de maneira geral e partilhada com alguns outros poucos significantes, é o dinheiro que move o mundo (FERGUSON, 2007).

“No mundo moderno, quase tudo tem um preço” (BRASIL, 2002, p.16). Em sua forma conceitual, o dinheiro se constitui num instrumento de pagamento, com valor simbólico convencional, utilizado nas trocas de bens e serviços dos quais uma sociedade faz uso. Sua origem etimológica é advinda do latim *denarius*, usada para denominar uma moeda corrente na Roma Antiga. Porém, seu significado possui algumas variantes a depender do contexto e da posição de quem o diz. A cultura, o modo de produção adotado por uma sociedade, o período e o contexto histórico são os principais responsáveis na produção desses significados (BENEDICT, 2013).

De acordo com o Banco Central do Brasil,

O fato é que, quando uma família trabalha, usa bem o dinheiro e tem alguma poupança, pode viver melhor. A mesma coisa acontece com os países. Por isso se diz que a verdadeira riqueza de um país é a capacidade de produção de seus habitantes. Quanto mais eles produzirem, melhor viverão (BRASIL, 2002, p.23).

Aqui, o dinheiro se concebe enquanto condição indispensável para a vaga expressão do que se compreende por “viver melhor” e teorias apontam que “a perfeição do funcionamento do sistema monetário tem muito a ver com o nosso bem estar, tanto emocional quanto nacional”, (MAYER et. al, 1993, p.4), pois tudo se implica invariavelmente nas condutas humanas (HUBERMAN, 1936). O dinheiro, então, é tido como detentor de uma importância acentuada nas sociedades modernas, e diversos atributos lhe são conferidos como ser elemento de segurança, indicativo de poder, dentre outras perspectivas, inclusive a de existir uma “personalidade financeira” permeada pela posição que um ser se encontra em sua relação com o dinheiro (DOMINGUEZ, 2007).

Nesse sentido, diz-se que as transformações econômicas são o motor da história. Nos tratados históricos das diferentes sociedades até então já estudadas – sociedades categorizadas por Marx e Engels a partir dos modos de produção econômicos em comunal-primitiva, asiática, escravista, feudal, capitalista e comunista (MARX E ENGELS, 1848; MARX, 1971, 2008; e ENGELS, 1995) –, é impossível uma explicação fidedigna da narrativa da civilização

dissociada dos fatores econômicos que a impulsionaram. A história dos séculos foi uma história econômica, em que tudo o que está relacionado ao dinheiro propulsionou os grandes acontecimentos e mudanças (FERGUSON, 2007 e HUBERMAN, 1936). Em especial, os maiores acontecimentos políticos do século XX foram movidos por esse motor. O crescimento econômico supostamente promove a democracia, garante a reeleição, é a chave para o poder internacional, ao passo que os inversos são causados pelo seu fracasso. Até mesmo as ditaduras tiveram início por descontentamento na ordem econômica e foram movimentadas por ideologias do mesmo tipo. As guerras não escapam à essência e, “por falta de consenso sobre como a vida econômica deveria organizar-se, milhões de indivíduos mataram-se uns aos outros” (FERGUSON, 2007, p.29).

Numa busca histórica sobre as formas de organização das sociedades primitivas, pode-se verificar a existência de formas rudimentares de troca, épocas em que o dinheiro não era necessário para a estrutura de vida. Por mais trabalhoso que seja imaginar uma sociedade da qual o dinheiro não é parte essencial, essas sociedades existiram e sobreviveram sobre simples padrões de atividades econômicas. No entanto, as bases pelas quais se sustentavam – tais como exploração primitiva da natureza para alimentação através da caça e da pesca; utilização de cavernas e peles de animais para proteção em relação ao ambiente, dentre outras – se faziam suficiente para a sobrevivência de um grupo de menor porte, e, ao passo que se fez necessário o contato com grupos diversificados, pelo arranjo territorial de elementos disponíveis, as formas de organização paulatinamente tornaram-se também mais complexas, existindo a necessidade de troca entre comunidades (LOPES, 1942).

É a partir da necessidade de troca, portanto, e do natural fluxo de desenvolvimento societal com aumento populacional, que o dinheiro se torna via indispensável de convivência e organização das comunidades. Com a afixação de grupos humanos em determinadas áreas tornou-se imperativo uma atividade econômica mais complexa devido ao aumento do número de bens e serviços exigidos para a satisfação das necessidades humanas, bem como a interdependência gerada entre as comunidades, tendo em vista que não se fazia mais suficiente o que era produzido isoladamente (LOPES, 1942).

O dinheiro detém a característica essencial de facilitar o intercâmbio de mercadorias e o processo de troca, tornando tudo mais simples. Consequentemente, se o sistema monetário vigente sofre um colapso, o sistema de trocas ficaria absolutamente comprometido, assim como a capacidade produtiva, uma vez que esta se baseia numa divisão do trabalho (MAYER et. al., 1993) surgida histórica e paulatinamente.

É o dinheiro monetário, portanto, o objeto de estudo desta pesquisa, o dinheiro originado da necessidade de troca e que movimenta a economia e a história das sociedades civilizadas (FERGUSON, 2007; LOPES, 1942; HUBERMAN, 1936). É a moeda, descrita por Galbraith (1997) como “o que é comumente oferecido ou recebido pela compra ou venda de bens, serviços ou outras coisas” (p.3), que elucida questionamentos acerca das motivações humanas a superestimarem o papel deste artefato.

É sob esse aspecto originário de troca e de condição indispensável para a organização das sociedades mais complexas, para além das sociedades primitivas (MARX, 1971), que o dinheiro é aqui considerado. Não como uma forma específica que contribui para a aquisição deste ou daquele atributo, mas pela sua forma monetária de equivalente universal que a tudo – serviços, produtos, dentre outros bens – pode comprar. O dinheiro monetário que, como descrito por Mayer et al. (1993), pode funcionar como meio de troca, padrão de valor, estoque de riqueza, e padrão de pagamento diferido. O dinheiro que está implícito direta e indiretamente nas mais variadas situações cotidianas.

A importância do dinheiro nas sociedades de organização mais complexa que as primitivas remonta a um passado longínquo. Ao tempo que inúmeros exemplos atuais podem ser dados a respeito de sua viabilidade para sobrevivência, as épocas mais remotas já apresentam a ambição pelo dinheiro que denota a áurea de mistério, cobiça e injustiça com a qual se encontra envolvido. A exemplo, na Grécia Antiga, há aproximadamente 400 a.C., numa época na qual predominava o mito como principal narrativa explicativa para os mistérios da vida, Aristófanes (1990) representou o tema atual sobre a forma injusta com que o dinheiro era distribuído aos habitantes de Atenas.

Na trama *Um Deus Chamado Dinheiro*, Pluto é um velho cego decrépito, que teve a visão tirada pelo deus maior, Zeus, por temor de que a importância de Pluto fosse soberana à sua própria. Há muito, o deus da riqueza advertia Zeus com a ameaça de que tornaria ricas somente as pessoas justas e honestas, e Zeus, por despeito de perder seu posto com a parcela boa da humanidade, pressupõe que cego, o deus do dinheiro distribuiria sua abundância sem discernimento entre as pessoas. Sem discriminação, Pluto gera riqueza somente a poucas pessoas, mas os honestos nunca conseguem se valer de seus dons, pois cego, o deus é mais facilmente envolvido por quem burla o cumprimento do destino de forma desonesta.

Indignado com a forma com que a riqueza é distribuída entre os humanos, Crêmilo, cidadão de Atenas, honesto, porém pobre, interroga o oráculo de Apolo, incerto sobre o melhor modo de educar financeiramente seu filho, já que a riqueza dependia da trapaça. O oráculo, então, lhe aconselha a seguir a primeira pessoa que encontrar quando sair do templo:

Pluto. O deus se recusa inicialmente a identificar-se como o deus da riqueza por não encontrar, há muito, pessoa justa e virtuosa, e se deparar somente com aqueles que se utilizam de falácias, em que afirmam posturas éticas e justas antes de serem agraciados pelo dinheiro, mas que quando possuem riqueza, a maldade se lhes ultrapassa os limites da compostura. A peça se desenvolve numa promessa de Crêmilo ao deus Dinheiro em devolver a sua visão, o que promove mudanças repentinas na sociedade ateniense, visto que as pessoas honestas tornam-se ricas em abundância, e as corruptas, há pouco abastadas, veem-se passando fome subitamente.

O diálogo que se passa entre Crêmilo, seu escravo Caríon, e o deus Pluto sintetiza a forma com que o dinheiro é estatizado em importância suma desde as épocas mais remotas. Embravecido com a relutância de Pluto em readquirir a visão por medo de Zeus, Crêmilo exalta os atributos do deus da riqueza em detrimento do maior dos deuses:

CRÊMILLO - Você acredita que a soberania e os relâmpagos de Zeus valham a menor das moedas se você [Pluto] ficar bom da cegueira, ainda que seja por pouco tempo? [...] Vou provar que você é muito mais poderoso que Zeus. [...] primeiro, por que Zeus tem o comando sobre os outros deuses? /CARÍON - Por causa do dinheiro, que ele tem demais. /CRÊMILLO - Muito bem: quem dá esse dinheiro a ele? /CARÍON (*Apontando para Pluto*) - Este aqui./CRÊMILLO - E a quem Zeus deve os sacrifícios oferecidos a ele? Não é por causa deste que está aqui? /CARÍON - E, sim: o que se pede mais aos deuses é a riqueza, e sem rodeios./CRÊMILLO - E este aqui não é a causa disto? E se ele quisesse não acabava com tudo isto? /PLUTO - Como? /CRÊMILLO - Ora! Nenhum homem vai sacrificar mais bois nem oferecer qualquer outra coisa aos deuses se você não quiser. /PLUTO - Mas como? /CRÊMILLO - Como? Sem você, parece que não existe outro meio de comprar coisas, se você não providenciar o dinheiro, só você e mais ninguém. Sendo assim, você ia acabar com o poder de Zeus, se ele causasse qualquer aborrecimento a você. /PLUTO - Que é que vocês estão dizendo? É por minha causa que os homens oferecem sacrifícios a ele? /CRÊMILLO - É isto mesmo que eu estou dizendo. E se os homens têm alguma coisa brilhante, bonita, agradável, é por seu intermédio que tudo isto chega às mãos deles, pois tudo depende do dinheiro (ARISTÓFANES, 1990, p.5-6).

O diálogo se segue enunciando as honrarias do dinheiro. Os homens se saciam de tudo: amor, pão, música, comandos militares, porém, quando se trata de dinheiro, as pessoas acham que nunca têm o bastante. Trata do medo da avareza, do esbanjamento desmedido e da falta de assertividade das pessoas quando se deparam com assuntos econômicos. Explana como cidadãos de fraqueza, por sua condição de trabalhadores, podem se transmutar em potência ao primeiro sinal de riqueza. A aparência do dinheiro não tem importância, pode ser sujo, velho, amarrotado, mas o que conta é a sua presença, como uma divindade. À mera

especulação de que podem ficar ricos, os homens “honestos” traçam planos mirabolantes para fazerem pagar à mesma moeda aqueles que lhes tripudiaram por conter riquezas.

Em meio à tentativa de tornar justa a distribuição da riqueza entre os humanos, a pobreza aparece na trama como justificativa pronunciada sobre a loucura existente nesse desejo. O dinheiro se sobrepõe a qualquer ameaça de pobreza, e esta não se faz forte senão pelos argumentos que lança em sua própria defesa. Complementar à assertiva de que o dinheiro é a causa de todos os males, a pobreza se classifica como a causa única de todo bem, devendo-lhe os homens as suas próprias vidas, no sentido da produtividade. Se houver igualdade entre os humanos, quem se prestará a dar conta das profissões e serviços mais difíceis como ser pedreiro, ferreiro, lavador, fazer carros, construir navios? Quem será escravo? Quem venderá escravos? Quem produzirá uma cama para outros dormirem, uma mesa para outros comerem?

A pobreza promove sua defesa ao falar também da saúde moral, pois a decência lhe cabe, ao passo que a falta de vergonha pertence a Pluto. Expõe a vergonha com que muitas vezes o dinheiro é encoberto, pois quando, por ser uma pessoa honesta, não se pede aos deuses riqueza de forma direta, enfeitam a depravação que lhes cabem pedindo o mesmo com nomes enganadores. O mesmo acontece com os políticos, enquanto Pluto não lhes aparece, são honestos diante do povo, mas basta que a riqueza lhes apeteça, tornam-se corruptos e conspiram contra o povo. A pobreza denuncia até mesmo a forma espúria com que os homens creem em seus deuses, acreditando que é somente por dinheiro que agem, quando em verdade os deuses requerem humildade. A aparição da pobreza se apresenta, portanto, sob uma implicação de como o dinheiro e/ou a falta dele está em torno das maiores questões humanas. É pela busca por dinheiro que os homens tornam-se produtivos e buscam realizações.

A trama denuncia, entretanto, a utilização do dinheiro para fins direto de representações de poder. A dominação de seres humanos sobre outros se faz bem caracterizada na explanação de Caríon ao afirmar que “foi por causa de um pouco de dinheiro que passei a ser escravo, eu, que antes era livre” (ARISTÓFANES, 1990, p.6). Na aparição da pobreza, os trabalhos considerados mais árduos são realizados por aqueles que, desprovidos de dinheiro, não tem outra saída se não subjugarem-se aos mandados de quem vive em abundância, submeter-se a fazer o trabalho que ninguém se presta por espontaneidade, senão por sujeição. No desfecho, os “homens justos”, agora em situação de riqueza, esbravejam contra os desonestos de outrora que tentam ter com Pluto para rever seu estatuto de poder. Tornam-se agressivos e cruéis, tomando o posto de opressores os mesmos que se diziam oprimidos.

Dessa forma, a antiga trama grega sobre o dinheiro denota o poderio radical que acerca o artefato e se mostra também absolutamente atual quanto à importância que lhe é atribuída. Demonstra, destarte, que “apesar de a humanidade vir convivendo com a moeda há milhares de anos, os fenômenos monetários ainda são vistos como fatos misteriosos e perturbadores” (PRADO, 1993, p.167). As ciências econômicas que fogem às limitações das teorias clássicas assim o fizeram pela observação de que a forma com que o dinheiro é manuseado nas transações financeiras perpassa o campo restrito dos fatores econômicos por si só, havendo implicações sobre motivações humanas de diferentes anseios (SILVA, 2015).

A pesquisa experimental sobre o comportamento individual frente às questões financeiras indica que “a maioria das pessoas são de uma incompetência atroz para avaliar o seu melhor interesse econômico, mesmo quando bem informada e com tempo para aprender” (FERGUSON, 2007, p.32). Quando postas em dilemas econômicos, as pessoas tendem a tomar uma decisão equivocada por falta de cálculos básicos, por crenças, preconceitos ou emoções enganosas, dentre outros atropelos. Tudo leva a crer, portanto, que há outras motivações humanas que a própria maximização de lucro e que os cálculos econômicos estão subordinados a impulsos não tão racionais como transcritos pelas teorias econômicas clássicas (FERGUSON, 2007). As implicações entre o dinheiro e disposições humanas individuais tornam-se inegáveis de um ponto de vista prático.

Karl Marx denota que nas atribuições do dinheiro como equivalente geral de mercadorias há propriedades que são capazes de satisfazer necessidades humanas de todas as espécies, seja no âmbito de necessidades básicas, seja aquelas subjetivas – “originadas do estômago ou da fantasia” (MARX, 1996a, p. 165). Assim, se o dinheiro é capaz de satisfazer necessidades de instâncias humanas diferentes, parece que ele detém propriedades para além daquelas racionais, passíveis de reconhecimento nas desconexões encontradas entre as decisões econômicas e as motivações humanas.

Para Keynes, o dinheiro não aparece somente com características estáticas, alheias às modificações de ações humanas, mas o desejo pelo dinheiro abrolha como motivado por certeza, ansiedade e impulsividade, em oposição à ideia de puro cálculo racional. As pessoas têm dúvidas quanto aos assuntos econômicos e, nesse sentido, o dinheiro não contém somente um caráter prático em números e cálculos, mas introduz o tempo e lança dúvidas acerca das ações humanas (DOSTALER, 2009).

Dessa forma, é negligente continuar a considerar o dinheiro como um objeto neutro, criado tão somente para a facilidade do sistema de trocas, pois, observa-se uma passagem deste enquanto meio intermediário para a condição de fim em si mesmo. Zizek (1996),

realizando uma análise do fetichismo em Marx, coloca que “o dinheiro, na realidade, é apenas uma incorporação, uma condensação, uma materialização de uma rede de relações sociais”, no entanto, por uma falta de clareza nos processos envolvidos em torno do dinheiro, “para os indivíduos em si, essa função do dinheiro – a de ser a encarnação da riqueza – aparece como uma propriedade imediata e natural de uma coisa chamada ‘dinheiro’. Como se o dinheiro em si já fosse, em sua realidade material imediata, a incorporação da riqueza.” (p.314). Diz ainda que a análise marxista da forma-mercadoria, desvelando o modo de funcionamento fetichista, exerceu enorme influência devido à apresentação “de um mecanismo que, à primeira vista, nada tem a ver com o campo da economia política”, e “foi precisamente esse ‘algo mais’ que exerceu um poder de atração tão fascinante” (p.301).

Destarte, considerando a importância adquirida na maior parte das sociedades e tempos em que a vida humana se pôs em civilização, e considerando que as situações econômicas influenciam e são influenciadas diretamente pela formação social, propõe-se aqui investigar o lugar privilegiado ocupado pelo dinheiro na economia psíquica, atentando para essa condição de ser o dinheiro impossível de se apreender em instâncias puramente racionais e conscientes.

É nessa condição de um para além da racionalidade que a psicanálise adentra como instrumento de investigação dos fatores que elevam o dinheiro a uma categoria de supremacia, uma vez que rompeu a ótica da consciência dominante e trouxe um sujeito instado por uma falta, falta esta inexplicável pelas vias enquadrantes, concretas e linguísticas. A psicanálise, dessa forma, entra para sublinhar a relação do sujeito com o dinheiro sob uma perspectiva simbólica e subjetiva, na constituição de si e no reconhecimento do outro como condição de troca. A partir de uma leitura psicanalítica do psiquismo, há uma transcendência do eixo da consciência para um ser marcado por uma divisão constitutiva, impregnado por uma desarmonia originária (BIRMAN, 1993).

Na investigação do estatuto supremo do dinheiro a partir de uma perspectiva psicanalítica, é a psicanálise de Freud que é utilizada como ferramenta teórica específica, num arcabouço que traz à discussão o material produzido pelo autor a respeito do tema, assim como as contribuições de sua disciplina na instituição do ser clivado e ambivalente, impulsionado para além da razão pré-estabelecida.

A partir daqui pode-se indagar como é possível à psicanálise contribuir academicamente com um objeto de estudo que em sua dimensão está voltado a problemas de alcance social, se a disciplina é surgida da empiria clínica e, portanto, do particular, e considerando que em suas linhas mais tradicionais, a psicanálise até mesmo criou certa ojeriza

com as contribuições que a disciplina é capaz de elaborar acerca do sujeito no campo social. Birman (2005) nos aponta que tal ojeriza se dá a uma inconformidade pela reformulação teórica de Freud frente ao registro do sujeito e o registro do social. Com o reposicionamento crítico que realinha uma postura de possível harmonia do humano com a civilização (FREUD, 1908b/1996) para a proposição árdua de uma eterna gestão de conflitos entre a natureza e a liberdade querida (FREUD, 1930/1996), a tradição psicanalítica pós-freudiana recai sobre um conformismo de negação frente à nova problemática, e, ao esquivar-se de tratar das questões do sujeito no campo social de forma crítica, termina por se introduzir numa crise (BIRMAN, 2005).

Dessa forma, a partir de conjecturas do fenômeno social, não cabe dar vazão à dissociação entre psicanálise e sociedade. Por se negar a dar conta do desamparo do sujeito no campo social, a psicanálise vem perdendo credibilidade na arena dos saberes sobre o psiquismo na atualidade, e vem se engendrando como uma estrangeira até mesmo nas ciências humanas (BIRMAN, 2005). Freud (1933b/1996) coloca que a psicanálise é incapaz de criar uma visão de mundo exclusivamente sua, e que até mesmo prescinde e não necessita disso, podendo se propor como atrelada à *weltanschauung* científica. Assim, não se faz oportuno segregar as discussões por ela produzidas sem que isso alcance os extramuros do *setting* analítico. Uma vez que a psicanálise se propõe, neste sentido, a tecer linhas de pesquisa dentro do âmbito acadêmico e científico, é também capaz de estabelecer um elo entre as questões sociais de maior valia, sem se perder em sua caracterização.

Considera-se ainda como fundamento para a pesquisa ser analisada através da ótica psicanalítica o fato de que a análise dos problemas culturais, nessa perspectiva, se inscreve de forma ilustrativa à compreensão das variadas instâncias do desenvolvimento humano, uma vez que analisando os mecanismos que movem grupos e sociedades, se pode adentrar nas mesmas esferas individuais (FREUD, 1921/1996; MEZAN, 2006).

Tanto o tema trabalhado quanto o viés psicanalítico adotado no trato com o funcionamento psíquico perpassam o âmbito dos fenômenos sociais. O programa de pós-graduação no qual a pesquisa é atrelada diz respeito a um programa em Psicologia Social, e, portanto, torna-se pertinente situar a produção dentro dessa perspectiva. Considera-se, dessa forma, a proposição de que dificilmente aspectos dos indivíduos não estejam influenciados por componentes sociais e que a ampla área se encarrega de dar conta das relações existentes entre indivíduo e sociedade, situando-se historicamente, estudando as formas de organização social e os elementos necessários para a sua permanência (LANE, 1981).

A articulação da Psicologia Social à Psicanálise se dá através do estabelecimento desta última como sendo ela própria uma parte da cultura contemporânea, desde seus fundamentos científicos e filosóficos, até os efeitos que sua teorização causou na sociedade com os primeiros postulados de Freud (MEZAN, 2006). A psicanálise adentra como aporte na investigação do funcionamento psíquico considerando que o lugar do sujeito no social é o lugar de desamparo, de ilimitada gestão de conflitos entre o pulsional e o civilizatório (BIRMAN, 2005), e media, portanto, o paralelo condicionante do dinheiro ao poder e à existência desses conflitos humanos originários, tal como Ferguson (2007) nos aponta que “a consecução da riqueza e a satisfação emocional são mutuamente excludentes” (p.22), o que confere uma indissociação dos aspectos econômicos e subjetivos.

Diante do exposto, tem-se, portanto, uma investigação dos processos de subjetivação analisados por um viés psicanalítico. Se o objetivo ora proposto é analisar o estatuto supremo do dinheiro de um ponto de vista pulsional, a pesquisa se disponibiliza a estabelecer uma experiência pautada nos elementos que mantêm e definem a psicanálise em seu eixo, a partir da perspectiva teórica de Freud e de produções psicanalíticas no campo com seus desdobramentos, caracterizando-se, portanto, numa pesquisa em psicanálise.

A metodologia de pesquisa concerne à do tipo teórico na qual Garcia-Roza (1994) vem delimitar como sendo a pesquisa psicanalítica de fato possível dentro do âmbito acadêmico, pois, uma pesquisa empírica em psicanálise é aquela que decorre dentro do *setting* analítico, e dessa forma, não se estabelece dentro do espaço universitário. Nesse sentido, a delimitação do estatuto supremo do dinheiro como objeto de estudo e vislumbrado a partir da perspectiva teórica submete a teoria psicanalítica a uma análise crítica, verificando sua lógica interna sobre as possibilidades de análise frente às questões de grande primazia para os sujeitos sociais; valida ainda a coesão estrutural dos conceitos psicanalíticos e as condições de possibilidade da psicanálise como saber, conceitos estes indispensáveis para a pesquisa acadêmica em psicanálise.

Uma vez que o que caracteriza uma pesquisa é a busca pelo novo e a procura por um problema fundamental, nos espaços da pesquisa teórica há ainda que situá-la dentro de uma tipologia chamada de *pesquisa teórica da releitura* (GARGIA-ROZA, 1994), visto que esse tipo de pesquisa se define pela busca do novo sem se perder dos conceitos fundamentais, o que dá espaço para a possibilidade de investigação dos atributos do dinheiro trabalhados por Freud, mas com criatividade de articulação às outras ciências e às próprias produções psicanalíticas prosseguidas.

Na releitura, há espaço para a criatividade, pois “ela parte do texto, mas não se reduz a ele” (BASTOS, 2009, p.19), produz, sim, a partir do que se tem, um outro discurso. Para a pesquisa em psicanálise é especificamente importante manter o entrelaçamento do que é dito como conceito fundamental e a potência do significante surgido, porque a psicanálise em seu aspecto fundamental explora a multiplicidade de sentidos a partir do significante primordial, seja na prática clínica, seja na investigação e produção de pesquisa acadêmica. Dessa forma, considerando a necessidade de permear os aspectos citados para assim esboçar uma trilha de equivalências acerca da representação do dinheiro, é oportuno situar a pesquisa do ponto de vista de uma análise crítica e histórica das obras de Freud e do material dos autores estudados (GARGIA-ROZA, 1994).

A investigação dentro da pesquisa teórica em psicanálise foi permeada através do método de pesquisa bibliográfica, que de acordo com Minayo (1993), todo e qualquer tipo de pesquisa impescinde esta busca, desde a delimitação de um tema de trabalho até o desenvolvimento do assunto. A pesquisa bibliográfica se deu também através de fontes primárias e secundárias, a partir da obra de Freud e autores correlatos aos descritores: psicologia, psicanálise, dinheiro e economia.

Ademais, os dados foram coletados e analisados a partir dos elementos indispensáveis à experiência da psicanálise, como o respeito à livre associação de ideias, intrínseca às narrativas textuais, e à atenção flutuante, utilizada como guia de leitura dessas narrativas; a existência de recalque para eventos da ordem de impulsos pulsionais (BATISTA e CUNHA, 2012); bem como o estabelecimento de um laço eminentemente transferencial calcado pelas vias do inconsciente. Os resultados da investigação foram, portanto, adjudicados à enunciação da interpretação, que tem por sua vez, papel e princípios próprios do método psicanalítico.

No desenvolver da pesquisa, o **primeiro capítulo** se constitui num breve tratado sobre o dinheiro, perpassando conceitos e caracterizações que lhe são atribuídos por estudiosos, não somente das ciências econômicas, mas daqueles que mantêm curiosidade por seu poder de influência no mundo. Abarca sua origem, advindo historicamente da elaboração do sistema de trocas, e traz a explanação do que pode ser entendido por moeda e os atributos que lhe são indispensáveis, bem como a implicação do dinheiro em cenários opressores e agressivos ante as relações humanas das quais se encontra indissociado. Dessa forma, tem-se o desvelamento de características essenciais agregadas ao dinheiro, e é partindo desses pontos, assimilados através da *atenção flutuante*, que se torna possível empreender uma análise do estatuto supremo outorgado ao dinheiro de um ponto de vista pulsional.

No capítulo segue uma revisão de literatura sobre como o dinheiro vem sendo trabalhado dentro da ciência psicológica com atribuições de significados e representações. Traz como primeira sessão explanações dentro da psicologia de forma geral, em que pesquisas experimentais e sociais indicam os significados do dinheiro para certas populações, se utilizando de escalas de verificação contendo variáveis que podem influenciar na formulação de tais significados. As pesquisas tomam o senso comum como ponto de partida e utilizam o referencial teórico das ciências humanas e sociais nessas atribuições. A sessão se faz oportuna por situar a importância do dinheiro de um ponto de vista psicológico consciente, atribuída diretamente por quem lhe faz uso diário e sofre suas influências.

Na investigação acerca do que a psicologia tinha de contribuição e estudos no tema, entrou-se em contato com a área da Psicologia Econômica, e tornou-se pertinente situar o trabalho também neste âmbito visto que o campo reverbera como de grande valia. O surgimento da disciplina específica se dá a partir de inquietações de seus pioneiros sobre os significados e o comportamento humano frente aos contextos econômicos nos quais estão inseridos (FERREIRA, 2008). Dessa forma, a segunda sessão do capítulo traz exposições acerca da psicologia econômica, considerada atualmente como uma ramificação da psicologia social, a qual propõe estudar o comportamento econômico de indivíduos ou de uma coletividade nos procedimentos de tomada de decisão e processos emocionais que lhe são embutidos, sendo especificada pela disparidade encontrada pelas teorias econômicas tradicionais entre o comportamento econômico esperado e o de fato realizado (FERREIRA, 2014).

Embora a disciplina eleja o *comportamento* econômico como objeto de estudo e muitas linhas teóricas sigam os processos cognitivos, neurocientíficos e comportamentais na investigação do seu tema, as operações psíquicas pautadas no funcionamento de um aparelho mental movido por impulsos antagônicos propostas pela psicanálise já se fazem presente nos estudos e serve como modelo para a tomada de decisão e as decisões econômicas (FERREIRA, 2007a).

No entanto, a aproximação da pesquisa aqui proposta com a seara da psicologia econômica se faz pertinente somente pela delimitação do campo, por encontrar-se no elo entre psicologia e economia. Em seu propósito mais conciso, o problema de pesquisa aqui tratado aparenta situar-se num estágio embrionário, de gênese do campo estudado com afincos pela disciplina específica. Enquanto esta se ocupa com os mecanismos e processos psicológicos subjacentes ao consumo, comportamento e mercado, o que se pretende aqui investigar diz respeito à importância suprema dada ao dinheiro pelos indivíduos nos mais diversos contextos

em que estão inseridos desde o surgimento deste artefato, o que sugere um olhar anterior ou diferente daquele.

Trespassando as contribuições da psicologia nas representações e significados do dinheiro do ponto de vista dos sujeitos conscientes, a terceira sessão do capítulo adentra no âmbito psicanalítico e traz os direcionamentos da abordagem acerca do tema. A sessão, no entanto, traz o manejo do dinheiro direcionado para os aspectos clínicos e metodológicos da prática, pois é nesse contexto que as produções psicanalíticas sobre dinheiro se constituem em sua grande maioria. Uma vez que o segundo capítulo trata diretamente de articular os assuntos – dinheiro e psicanálise –, esta última categoria propõe somente situar os trabalhos psicanalíticos no campo.

O **segundo capítulo**, por sua vez, traz uma perspectiva da relação entre os indivíduos e o dinheiro diferente daquela governada pela consciência, surge, portanto, como o ponto de discussão do problema de pesquisa aqui proposto, na articulação direta entre a psicanálise e o dinheiro. A psicanálise é utilizada como contribuição para a lida com as características essenciais do dinheiro, as quais aparecem invariavelmente no decorrer do tratado, questões essas concernentes à economia de energia/esforço, melhor traduzida como facilidade, meio de troca, equivalência universal, dentre outras. Tais conjecturas foram abordadas a partir dos achados no capítulo anterior que trouxe as caracterizações do dinheiro tanto pelo senso comum como por estudiosos das ciências econômicas e psicológicas. É, no entanto, a partir do que Freud tratou diretamente sobre o tema que se faz possível a articulação através das equivalências simbólicas tecidas pelo autor, bem como os primeiros objetos de relação de troca nos primórdios da infância. A interpretação psicanalítica do estatuto supremo do dinheiro norteia a discussão com a interpolação do sujeito do inconsciente, movido pelas pulsões e pelo desejo. A discussão se segue também a partir de trabalhos eminentes já articulados acerca do tema.

Ante a existência de tendências agressivas e de dominação nos mais diversos contextos em que o dinheiro está inserido, o **terceiro capítulo** traz a proposta de análise das motivações humanas acerca da edificação de sociedades pautadas na dominação humana pelos próprios humanos, se constituindo numa busca a partir do material teórico existente em Freud concernente à condição ambivalente do indivíduo e às produções sociais por ele mesmo viabilizadas, das quais o dinheiro se faz como peça fundamental. Nesse sentido, o capítulo interpreta psicanaliticamente a assertiva de ser a história humana, atrelada inseparavelmente à história econômica, constituída e descrita como uma permanente luta de classes.

Dessa forma, o problema de pesquisa aqui trabalhado interpreta a teia de significados a que o sujeito humano pode atribuir ao dinheiro, pretendendo uma leitura mais apurada, bem como uma contribuição na produção de conexões que concedem à psicanálise um estatuto de teoria atual engendradora nas recônditas especificidades desse sujeito. Parece, destarte, dar um aporte à questão central encontrada por Fergunson (2007) quando afirma que “os elos causais entre o mundo econômico e o político existem sim, mas são tão complexos e numerosos que qualquer tentativa de reduzi-los a um modelo confiável de competência prognóstica parece fadada ao insucesso.” (p. 42). Assim, torna-se pertinente ressaltar a intenção de não se propor à redução simplista mencionada, mas à pretensão de uma explanação dos elos causais a partir de uma perspectiva do humano permeado por *Eros* e *Thanatos*, que encontra subsídios na economia para fazer valer os conflitos essenciais.

O trabalho visa a contribuir, dessa forma, com uma discussão e investigação pormenorizada das motivações e representações de um artifício que rege e é regido pelas diversas camadas sociais. Estudado de forma investigativa acerca das motivações e equivalências simbólicas, o trabalho pode abarcar um viés contributivo nas relações estabelecidas com o dinheiro, e possivelmente subsidiar estudos e produções sobre as disparidades encontradas entre o que se espera dos indivíduos frente às questões econômicas e àquilo que de fato se tem verificado nas pesquisas experimentais.

Assim, a pesquisa deve ser vista mais como uma problematização do assunto que alavanque novas discussões e enriqueça o debate acerca do tema e menos como uma tentativa de esgotamento do mesmo, uma vez que motivações humanas são sempre cabíveis de discussões e de perspectivas amplificadoras e, em se tratando do campo psicanalítico, a natureza conflitiva entre indivíduo e sociedade não é da ordem da resolatividade, mas da gestão permanente.

2 TRATADO SOBRE O DINHEIRO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Mostra-se uma tarefa difícil para o leitor propor que se imagine imediatamente uma atividade cotidiana isenta da utilização do dinheiro. Certamente, ocorrerão alguns pensamentos acerca de programas de contemplação da natureza ou demonstrações de sentimentos para com aqueles de quem se agrada a presença, ou ainda uma boa conversa com amigos, passar o dia em casa, e até mesmo dormir, dentre alguns outros pontos que, não sem esforço, podem ser mencionados. No entanto, ao se analisar, mesmo superficialmente, essas atividades, percebe-se que para qualquer destas há um mínimo básico de investimento envolvido, seja nos trajes, seja nos instrumentos, na alimentação do dia ou na cama em que se deita. Esses são elementos em que o dinheiro está diretamente envolvido na aquisição e, por conseguinte, analisando um pouco mais a fundo, podemos nos valer da presença de contribuições financeiras dispendidas a todo instante, de forma imperceptível, para o mantimento dos ambientes sociais, na contribuição com o estado na manutenção da vida coletiva.

Boyle (2005) afirma que “o dinheiro por si mesmo nada vale, mas representa a coisa real” (p.38). Indica que historicamente se transmutou em conveniência como o foi para a China ou num esquema brilhante na França para aumentar a riqueza do mundo, num ato revolucionário na América e, mais caracteristicamente, numa caixa de pandora da qual não se há sequer o desejo de fechar, mas que carrega consigo pesadelos e tragédias. O dinheiro é motivo de preocupação desde os mais pobres aos mais ricos, e se torna um fato estranho como se luta tanto com o dinheiro na vida moderna, uma vez que se vive nas sociedades mais ricas da história.

A partir de estudos sobre o dinheiro (MARX, 1996a, MARX e ENGELS, 1848; GALBRAITH, 1997; KEYNES, 1973; HUBERMAN, 1936; FERGUNSON, 2007; e ROBERT, 1989, SMITH, 1996), verificam-se algumas propriedades essenciais que lhe caracterizam e possibilitam um ponto de partida para a análise da importância desse artefato na economia psíquica.

A história do dinheiro conta que no início o que havia era troca de mercadorias. O dinheiro, tal como se concebe atualmente, não se fazia presente nas sociedades humanas primitivas, e surge a partir do aprimoramento do processo de intercâmbio (ROBERT, 1989). Já no senso comum, dinheiro é sinônimo de riqueza. Com ele temos mais facilidade de conseguir tudo aquilo de que possamos ter necessidade. É uma medida em que se calcula o

valor de todas as coisas pela quantidade de dinheiro por que podem ser trocadas, e então o dinheiro funciona por um princípio de generalização de função. Ele consegue classificar pessoas diferenciando o grau entre o que é necessário, o que é conveniente e o que é ostensivo à vida. É também permeado por encanto por ser artefato condensador do trabalho humano, e se faz como um espectro linear de valor, pois a importância do trabalho humano não oscila a depender de épocas e necessidades (SMITH, 1996).

O dinheiro não é, por si só, indicativo de poder, mas é poder de compra, e esse último tem propriedade generalizante aos demais poderes: políticos, sociais, militares, dentre outros. Detém o sabor da raridade à medida que torna caro aquilo que é raro e barato o que é abundante (SMITH, 1996). Transforma as relações humanas em relações econômicas. Reifica as condições de produção social do trabalho. Além de medida de valor, funciona também como meio de circulação, e, como este último, o dinheiro se eterniza. Passa a impressão de que é causa quando na verdade é efeito (MARX, 1996a).

O dinheiro implica uma eterna busca pela satisfação de uma necessidade, mas, contraditoriamente, ensina pessoas a se absterem dos prazeres da carne ao primarem pelo seu entesouramento. É a materialização da indistinção, pois, ao virar dinheiro, tudo se torna igual. O dinheiro adquire a característica da impessoalidade e o impulso pela sua aquisição é sem limites (MARX, 1996a). É um ativo capaz de influenciar as tomadas de decisão e, em suma, é categorizado como intermediário de trocas, medida de valor, reserva de valor, função liberatória, e como instrumento de poder (LOPES, 1942).

O dinheiro possui, enfim, a propriedade elementar da facilidade e da liquidez (MAYER, 1993), e, no percurso da sua história há, sumariamente, um atributo que lhe é característico e se torna consenso dentre os mais diversos estudiosos do tema: o dinheiro se encontra vinculado, historicamente, a um cenário de luta e de exploração de uns seres pelos outros (MARX e ENGELS, 1848; GALBRAITH, 1997; KEYNES, 1973; HUBERMAN, 1936; FERGUNSON, 2007; ROBERT, 1989).

Nesse sentido, a frase inicial de um manifesto em favor de uma sociedade comunista, escrito por Marx e Engels (1848) afirma que “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes.” (p.7). Galbraith (1997) aponta que a afirmação de ser o dinheiro a causa de todos os males é algo discutível e passível de negação, porém, “o que não se pode discutir é que o esforço para ganhar dinheiro, ou qualquer associação duradoura com ele, seja capaz de levar a um comportamento não somente bizarro, como também decididamente pervertido” (p.2). Numa análise da lógica do dinheiro, tratando de riqueza e poder no mundo moderno, Ferguson (2007) nos dá um aporte sobre os entrelaces

do envolvimento do dinheiro e questões de dominação humana, sendo esta última legitimada politicamente através das guerras ocorridas entre os anos seculares de 1700 e 2000. O autor aponta que há uma correlação direta entre o poderio militar e o financeiro. Nas histórias das grandes batalhas pelo domínio mundial, há prevalência de vitória repetidamente conquistada pelas potências com maior base produtiva e recursos materiais.

Ferguson (2007) faz um estudo do dinheiro por meio da história implicando que não é necessariamente o dinheiro que faz o mundo girar. A partir dessa abordagem, mesmo tangenciando as maiores tendências de entendimento da história pelas vias econômicas e induzindo um pensamento pela via contrária, o autor não dissocia o dinheiro da alavanca giratória do mundo, mas considera que a guerra – a maior materialização da agressividade e da dominação de um grupo sobre outro – tem esse papel, e que, de todo modo, ambos se conduzem num fio inseparável.

Há na história, portanto, a pergunta básica sobre qual poder move as nações. Terá sido mesmo a economia o grande motor da história? São o capitalismo e a democracia as molas propulsoras do mundo moderno, ou há forças poderosas ignoradas? Há já, nesse sentido e anterior a uma análise amplificada, discussões comprovadamente pertinentes sobre a divergência entre fatores econômicos e o cerne das motivações humanas. O *homo economicus* não representa o *homo sapiens*, e isso já pode ser verificado evolutivamente, como demonstra a biologia. Experimentalmente não se faz difícil também a divergência entre as reais motivações e os assuntos econômicos: uma grande maioria das pessoas toma decisões incertas ao se deparar com assuntos econômicos, como demonstrado estatisticamente. As decisões econômicas parecem serem movidas muito mais por questões biológicas evolutivas, como procriação, segurança e sobrevivência, bem como pulsões sexuais e agressivas também discutidas fora do âmbito biológico. As motivações humanas condizem com o meio cultural em que estão inseridos. Se o meio foi historicamente moldado para dar ao dinheiro um estatuto superior, a condição de animal social favorece o enaltecimento das questões econômicas. No entanto, nada impede de pensar que se outros fatores fossem enaltecidos pelo meio, seria a partir desses fatores que as motivações se identificariam, pois “o homem é um animal social e suas motivações são inseparáveis do meio em que vive” (FERGUNSON, 2007, p.33).

Partindo da lógica de análise de proeminentes estudiosos das ciências econômicas, não é o dinheiro que move o mundo, mas as necessidades de superioridade, regidas pela condição evolutiva de imortalidade, que transforma cegamente os meios (dinheiro) em fins. “A lógica do dinheiro não passa de um elo na comprida e emaranhada cadeia da motivação humana.”

(FERGUNSON, 2007, p. 492), ou a lógica do dinheiro se emaranha com as mais profundas motivações humanas. Embora os economistas reconheçam esse aspecto, dirimem sua importância e os tomam como irrelevantes para explicar os desastres e catástrofes ocorridos na economia (FERGUNSON, 2007; KEYNES, 1984).

Dessa forma, considerando suas características mais elementares, apresenta-se a seguir, sob aspecto de revisão da literatura, um levantamento do que vem sendo trabalhado a respeito do tema, uma vez que se evidencia certa importância com que o dinheiro é tratado nas sociedades hodiernas e que estudiosos econômicos correlacionam motivações humanas e a vida cotidiana nas questões econômicas.

Visto que o objetivo deste trabalho consiste em investigar o lugar do dinheiro na economia psíquica, optou-se por explicar como este vem sendo trabalhado na ciência psicológica, com enfoque sobre suas representações e significados. A investigação partirá da psicologia como ciência mais ampla, tendo em vista que esta se ocupa das questões humanas de forma abrangente e dá conta de explicar o que pensa o senso-comum acerca do tema. A psicologia coloca em pauta a representatividade do dinheiro no imaginário humano de forma racional e contemplativa e os tópicos do capítulo se seguem apontando como o dinheiro vem sendo tratado também dentro da disciplina específica da psicologia econômica, e se encerra com o debate por meio da perspectiva psicanalítica.

Na busca sobre o tema, foi realizada uma revisão de literatura em alguns dos principais periódicos científicos brasileiros de indexação, a saber: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e na BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações).

Uma vez que o tema se torna de muita importância, mas não possui ampla quantidade de pesquisa em seu entorno, não houve restrições quanto às datas de publicações. Os descritores utilizados na busca foram “Psicologia”, “dinheiro” “psicanálise” e “economia”, havendo cruzamento de “dinheiro” e de “economia” com os demais descritores, pois assim os artigos se mostravam mais adequados à pesquisa e se postos isoladamente a abrangência dos temas não se faz propícia, tampouco viável. Os resultados da busca com o descritor “psicanálise” serão expostos no tópico dedicado à abordagem.

Correlacionando os descritores “psicologia” e “dinheiro”, como acima mencionado, nos periódicos da CAPES e Scielo, foram lidos 49 resumos, dentre os quais 43 foram excluídos com o critério de repetição, com publicações do mesmo artigo, e por não tratarem diretamente do aspecto analítico do dinheiro e suas representações. As publicações excluídas tratavam do dinheiro e suas relações com as áreas *Psi*’s, mas de um ponto de vista secundário

como parte da realidade da pesquisa, ou ainda como reforçamento para testagens do tipo experimental comportamental, mas nada que tratasse de representações ou significados atribuídos ao dinheiro.

As publicações passíveis de maior análise nessa revisão foram aquelas que de certa forma mantinham alguma leitura psicológica dos aspectos relacionados ao dinheiro, com implicações, mesmo das mais abrangentes, deste na simbologia, na vida cotidiana, nos comportamentos e nas motivações dos indivíduos acerca do tema. Dos artigos e produções encontradas, seis foram fichadas e analisadas posteriormente.

Na pesquisa realizada com os mesmos descritores na BDTD, dentre 58 publicações auferidas como resultado apenas duas tratavam do tema com o interesse aqui buscado.

Por haver, na pesquisa dentre os periódicos, recorrência do termo psicologia econômica e, a partir de então, verificar-se ser esta uma área da psicologia e ciências afins em crescimento a respeito do tema, optou-se por realizar uma busca também desse descritor para tentar situar o trabalho ora proposto num campo seguro e bem fundamentado, tendo em vista que a psicologia econômica aparentou ser contentora de grande parcela dos questionamentos levantados pelo trabalho.

Nesta busca, utilizando o descritor “psicologia econômica”, foram encontrados 488 artigos, no entanto, verificou-se que este termo isolado traz publicações desta disciplina em termos muito específicos e, por este motivo, não se apresentam oportunos para o estudo em questão. Dessa forma, entrecruzando os descritores “psicologia econômica” e “dinheiro”, três publicações foram de maior valia para a produção de uma revisão bibliográfica e para o entendimento da área no que concerne ao aspecto trabalhado nesta pesquisa. Para os mesmos descritores na BDTD, sete publicações foram mencionadas, porém, a única aproveitável já fora contemplada na busca dos periódicos.

Além da busca nos indexadores, realizou-se uma pesquisa com os mesmos termos descritores nas bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a fim de abarcar as produções em livros com relevância consagrada. No entanto, no acervo da UFS não houve resultado na busca entre “psicologia” e “dinheiro”, e “psicologia econômica” contemplou 29 publicações, mas nenhuma que esclarecesse o tema diretamente, as publicações tratavam em geral de outras disciplinas que mantêm interface com a economia. No acervo da UFAL, no entanto, dois livros que tratam abertamente do tema “psicologia” e “dinheiro” foram contemplados, embora o mesmo resultado inaproveitável tenha sido verificado para o termo “psicologia econômica”.

Os resultados das análises das produções compilaram dados sobre algumas das diversas experiências humanas em sua relação psíquica com o dinheiro, com atribuições de representação e significado e será tratada a seguir em forma de texto dissertativo com subcategorias para melhor explanação. As categorias foram dispostas a ponto de clarificar como a psicologia têm abordado o tema, de forma genérica desde que tratem do significado do dinheiro e suas representações; como a Psicologia Econômica se constitui na discussão já que propõe a interface psicologia/economia; e, por fim, a forma com que o tema é trabalhado na psicanálise, cujo viés será desenvolvido no capítulo subsequente.

2.1 Psicologia do Dinheiro: teleologia, segurança, poder e outras representações

Iniciando a descrição do material bibliográfico levantado, no prefácio do livro *Psicologia do Dinheiro e Outros Ensaio* (2009), de Georg Simmel, Artur Morão nos aponta que, aparentemente, o único problema que nós temos com o dinheiro é a falta que ele nos faz, é aquilo que pode ser-nos privado pela ausência. Assim, surge a indagação sobre sua essência, o âmago de sua complexidade, não somente nos aspectos da vida diretamente financeira, mas naqueles incalculados de quase todas as situações cotidianas.

Considerando a importância singular a que este elemento se nos apresenta, Simmel (2009), possui uma obra que contempla as indagações daqueles que questionam a supremacia do dinheiro. Traz, em seus trabalhos, a inserção deste na perspectiva de eixos antropológico, histórico, sociológico, psicológico, epistemológico, espiritual e moral, e metafísico. Dessa forma, aponta que há no dinheiro uma propriedade que estimula uma das características humanas mais geradoras de consequências da vida em sociedade e do desenvolvimento nesta, que é o fato de que alguns meios ou instrumentos utilizados para um fim maior pode, por suas propriedades agregadoras, vir a tornarem-se eles mesmos o fim esperado.

Simmel (2009) remonta à necessidade humana da teleologia – do grego τέλος, finalidade, e *logía*, estudo – ou seja, do entendimento dos propósitos, das finalidades, de uma explicação finalista da humanidade e da sociedade. A partir da busca imanente por explicações cabais, o valor final das coisas é imediatizado e agrega-se, portanto, aos meios para sua conquista. Assim acontece não só com o dinheiro, mas em diversas esferas da vida em sociedade, como na imposição de regras que outrora visavam a atingir um fim coerente, mas que passam a valer-se por si mesmas como suficiente.

A partir da necessidade teleológica, o dinheiro agrega uma característica de diferenciação entre as condições primitivas e civilizadas que se explicita na quantidade de elementos interpostos entre a ação imediata e o objetivo esperado. O dinheiro é, por sua vez, um meio de troca originado da coletividade, da precisão grupal de um instrumento unificador para “toda a transação onerosa bilateral” (SIMMEL, 2009, p.23) e se põe como um meio coletivo civilizado, uma vez que se transfigura como forma indireta para o alcance de objetos desejados.

A condição teleológica do dinheiro pode ser também compreendida sob sua perspectiva histórica. Algo só pode ser medido mediante uma grandeza de sua própria estirpe, como pesos só podem ser medidos por pesos, quantidades espaciais só por grandezas espaciais, o dinheiro só pode medir valores se ele próprio for um valor, e um valor agregado de sentido, não reduzido a uma condição fictícia de medida (SIMMEL, 2009). Destarte, o dinheiro parece agregar a característica de fim por sua posição inerente de dar passagem a muitos fins desejáveis. Uma vez que um grande número de fins é proporcionado e precisa do dinheiro, a consciência humana associa, portanto, a sua obtenção como suficiente, como o fim em si, e ultrapassa o caráter simples de meio propiciador.

Assim como o dinheiro possui equivalência quantitativa, há também uma unificação qualitativa de seu alcance. Se há uma variedade de fins a que o dinheiro pode ser condensador, isto lhe agrega a característica da inespecificidade. Também através do fenômeno associativo, a consciência psicológica lhe unifica as mais variadas formas de aquisições e a especificidade atenua-se. Através dessa atenuante, por sua falta de especificidade, o dinheiro, em contrapartida, se faz passível de restituição em todos os casos. Essa propriedade torna-se impossível nas outras esferas da vida, como tempo e energia. Dessa forma, se o dinheiro é o equivalente de tudo, ele torna-se vulgar, e ao mesmo tempo equipara os níveis daquilo que é mais elevado ao que tem de mais baixo (SIMMEL, 2009).

O caráter impessoal atribuído ao dinheiro traz consigo muitas implicações psicológicas. Simmel (2009) aponta que a ausência de qualidades do símbolo denuncia a ausência de qualidades de quem o usa no determinado momento. Ao se passar algo sem qualidade definida demonstra-se uma impessoalidade, demonstra-se até onde se intenciona dar de si. O dar dinheiro, em analogia ao dar algo que contenha uma qualidade, serve como medidor do quanto se expõe, se mostra ou se deixa no anonimato. Porém, esse traço de impessoalidade torna maior o fluxo comercial, porque elimina grande parcela de entraves psicológicos, uma vez que não precisa se expor tanto em transações vis.

Se toda mercadoria passa a ser medida pela quantidade de dinheiro e perde suas qualidades, e ao mesmo tempo uma mercadoria pode ser qualificada pela quantidade de dinheiro nela investida, o dinheiro agrega, assim, os opostos. Delata uma ambivalência, a unificação de formas conflitivas e opostas em si. Ao mesmo tempo em que é *quantum* é *quale*. Proporciona o muito e o raro.

Simmel (2009) aponta ainda que a “desqualidade” inerente ao dinheiro permite também que este se torne permanente frente ao fluxo contínuo das coisas. Compara-o, dessa forma, à lei que permanece pura e firme ainda que os casos que lhe caibam sejam dos mais variados. O dinheiro é encarado como o polo fixo de apoio e controle na fugaz sucessão dos acontecimentos econômicos. Dá, nesse sentido, uma ideia de segurança, pois, persistindo no seu valor, indica que não importa a diversidade e fluidez com que tudo possa vir, ele permanecerá pela validade advinda de sua indistinção.

Em similar perspectiva “o dinheiro seria o Deus do nosso tempo” (SIMMEL, 2009, p.38), pois ambos agregam a característica de unidade da multiplicidade, e por reunir os antagonismos da vida dá a ideia de paz e segurança. É através de ambos, em suas formas particulares, que se compreende a aplicação da razão prática humana.

O livro apresentado fornece um preâmbulo de como o assunto é tratado no âmbito da psicologia. Para além de seus ditos, são aqui expostos alguns poucos trabalhos que permitem criar um panorama acerca do tema de forma a visualizar a importância do dinheiro nas sociedades ocidentais e a pertinência desse estudo na psicologia, uma vez que se ocupa das necessidades e do funcionamento humanos. Nesse sentido, o interesse acerca do dinheiro tem se mostrado emergente no campo da psicologia e de importância acentuada.

Considerando a dificuldade de pesquisas na área e a carência de instrumentos de mensuração confiáveis, Moreira e Tamayo (1999) desenvolveram a Escala de Significado do Dinheiro (ESD) que apresenta avanços e novas possibilidades para as pesquisas psicológicas relacionadas ao tema. A escala foi produzida com amostra heterogênea e em referenciais teóricos das ciências sociais, criando um modelo hipotético com dez fatores e resultando em nove componentes que se constituem nos significados do dinheiro: Desigualdade, Progresso, Cultura, Poder, Desapego, Conflito, Estabilidade, Sofrimento e Prazer.

Anterior a esta última escala com avanços e maior fidedignidade à medição do significado do dinheiro, Moreira e Tamayo (1999) e Cruz (1994) nos mostram um panorama que agrega quatro instrumentos que têm sido mais utilizados em pesquisas sobre psicologia e dinheiro: 1. “*The Modified Semantic Differential*” (Diferencial Semântico Modificado) que

postula que o significado do dinheiro é uma função de diferentes histórias de aprendizagem, de Wernimont e Fitzpatrick (1972); 2. “*The Money Attitude Scale*” (Escala de Atitudes para Dinheiro), baseada nos fundamentos psicanalíticos, se constitui num questionário de 62 itens, com versão final composta por quatro elementos, elaborada por Yamauchi e Templer (1982); 3. “*Money Beliefs and Behaviour Scale*” (Escala de Crenças e Comportamentos Monetários), de Furnham (1984) que desenvolveu seu instrumento usando sessenta itens, com escalas de sete pontos e resultados apontando seis componentes como Obsessão, Poder/gastar, Retenção, Segurança-conservativa, Inadequação e Esforço-habilidade; e 4. “*The Money Ethic Scale*” (Escala Ética do Dinheiro) construída por Tang (1992), com base na hierarquia de necessidades de Maslow (1954), com análise de seis componentes: Bom; Mal; Realização; Respeito; Orçamento e Poder-liberdade.

Nesse sentido, Moreira (2002) realiza um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras, utilizando a ESD, desenvolvida por Moreira e Tamayo (1999). A pesquisa agrega dados e indica a presença de instrumentos de medição do significado do dinheiro em diferentes populações em nível internacional. Nas amostras pesquisadas, os resultados se corroboram no sentido de que quanto maior a pobreza do contexto e da região, maior a importância atribuída ao dinheiro. Em nível nacional, os resultados contrariam ainda a ideia de uma imposição absoluta de padrões de pensamento e comportamento por parte das regiões mais desenvolvidas em detrimento das expressões de identidades culturais das menos favorecidas.

Utilizando a mesma metodologia adaptada para crianças, com a Escala de Significado do Dinheiro para Crianças (ESDC), Questionário de Valores Básicos Infantis (QVBI) e questões demográficas, Lauer-Leite et al. (2014) avaliam a relação entre os valores humanos e o significado do dinheiro para crianças. As autoras consideram que, por mais que os significados atribuídos variem de acordo com a cultura, contendo variáveis sociodemográficas, de personalidade, do trabalho e valorativas, essas variáveis não surgem somente na vida adulta, mas vão-se constituindo na infância a partir das multi-influências e ciclos sociais que as crianças estão envolvidas.

A pesquisa teve como resultado principal o significado do dinheiro com evidência para o altruísmo, onde este deve ser fonte de auxílio a outras pessoas. Porém, na contramão à característica principal, a segunda atribuição ao dinheiro dada pelas crianças é que este também é causador de conflitos e distanciamento entre as pessoas, o que gera solidão. Atributos como exclusão social e felicidade (no sentido amplo do termo com designação de poder, relacionamentos e ausência de conflitos) também foram contemplados pelos

pesquisados. Os resultados sofreram variações de acordo com as variáveis de gênero e contexto regional. O trabalho das autoras torna-se de muita valia para o tema proposto, uma vez que considera a valoração atribuída ao dinheiro do ponto de vista infanto-juvenil, de uma perspectiva humana mais primitiva.

No mesmo sentido, Souza Filho (2009) nos remete à discussão dentro da psicologia voltada às representações sociais com diferenças étnicas nos denominadores Branco/Negro e Riqueza/Pobreza. O autor levou em conta a existência de diferenciação psicossocial concernente à representação de pobreza/riqueza entre grupos étnicos brasileiros, e tais diferenciações são formadoras da história e processo cultural do Brasil, portanto, o tema tem sido alvo de debate no âmbito acadêmico por áreas diversas. Utilizando como instrumento de aferição um questionário de perguntas abertas sobre representações pessoais acerca da riqueza e da pobreza a partir de dados demográficos, o autor explicitou que há discrepância na inserção do mercado de consumo entre brancos e negros e uma divisão de trabalho que predestina a posição social. O estudo em questão se torna relevante para ser aqui tratado pelo fato de explicitar o quanto assuntos de ordem econômica afetam os indivíduos psicossocialmente, bem como demonstra a preocupação da psicologia no campo.

Numa abordagem mais social, Cruz (1994) produz uma ampla discussão que consegue não somente justificar a necessidade e interesse da psicologia nos assuntos econômicos como dar indícios que possibilitam a compreensão das causas que afetam a psicologia a voltar-se tardiamente para tal campo de conhecimento. O fato de o comportamento humano ser observável sob diversas situações e perspectivas tem sido uma alavanca para o surgimento de ciências como a psicologia, sociologia, antropologia, dentre outras, cada uma com seus métodos e pressupostos. No entanto, ao tempo que as diversas disciplinas podem dar diferentes explicações acerca de um fenômeno, o campo torna-se profícuo e instável, com pouca articulação entre os conhecimentos produzidos.

Dessa forma, tem sido um diferencial da ciência contemporânea a ação expansiva e confluyente dessas áreas, tendo em vista a limitação que cada uma sofre quando trabalham isoladamente. É nesta seara que algumas teorias têm se articulado, como é o caso da psicologia e da economia, mas ainda assim alguns assuntos econômicos de muita valia têm passado despercebidos entre estas e outras disciplinas que tratam do tema.

Cruz (1994) lista alguns fatores que parecem contribuir para esse distanciamento das áreas, fatores estes como o desconhecimento de economistas tradicionais dos idos do século XIX que desconsideravam ou rechaçavam as formulações psicológicas acerca do tema econômico; a tendência fortemente biomédica existente na psicologia desde muito

precocemente de forma que os assuntos de maior abrangência, ou de uma abrangência social, não se faziam de interesse aos pioneiros da psicologia; e a impossibilidade de prever e quantificar categoricamente o comportamento humano. O autor pontua como raiz desse distanciamento uma desconsideração dos assuntos e processos psicossociais pela própria psicologia. A necessidade de se pensar a psicologia nos assuntos econômicos surge, portanto, a partir do reconhecimento dos resultados pontuais da investigação psicológica no campo das indústrias. Embora o reconhecimento da importância dessa articulação tenha sido protelado, Cruz afirma que hoje se faz dificultosa uma compilação completa dos trabalhos realizados na área.

O autor nos mostra um panorama assertivo de autores eminentes que trabalharam na articulação do tema, e dentre os quais se inclui a conquista de um Prêmio Nobel no assunto (detalhado mais adiante): 1. John Watson formulou técnicas de controle ambiental da conduta do consumidor; 2. Gabriel Tarde questionou os postulados de Adam Smith que davam importância ao papel ativo do sujeito em processos econômicos e pôs no mesmo patamar o tempo de trabalho e o de ócio; 3. George Katona mostrou que também nos contextos econômicos os fatores psicológicos são suscetíveis de predição e medição e indicou que há processos mediadores anteriores à condição ambiental e a conduta do consumidor; e 4. Herbert Simon propôs alguns níveis satisfatórios de custo/benefício, enfrentando os pressupostos de maximização das teorias econômicas dominantes, findando a aproximação que mais se ajusta à limitada racionalidade do comportamento humano.

Nessa interface, a psicologia pode contribuir não somente para a compreensão dos eventos econômicos, mas se torna capaz de elaborar eficazmente estratégias empíricas para análise e intervenção nesses eventos. É precisamente pela necessidade deste elo que surge a subárea Psicologia Social dos Assuntos Econômicos (PSE).

Na consolidação dessas novas ciências que surgem, há três perspectivas por onde podem ser pensadas: na primeira, encontra-se a existência prévia de uma ciência específica e alguns elementos da outra necessária vão lhe sendo aplicados. Elementos estes que outrora se faziam alheios à disciplina mãe. A segunda perspectiva diz respeito à união das duas disciplinas a partir do reconhecimento de que o fenômeno não pode ser estudado senão em conjunto. Aqui se agrega a multi e a interdisciplinaridade. Ambas as disciplinas são de suma importância e trabalham sob o mesmo aspecto de forma concomitante. A terceira diz respeito ao aparecimento de especialidades que conseguem se aproximar ao seu objeto mediante o conhecimento de aspectos muito definidos das ciências que compartilham o mesmo interesse. Que é o caso da PSE. Aqui, a economia sabe que ponto estuda e a psicologia também sabe até

onde lhe cabe. A economia se propõe a estudar o fenômeno econômico em seus aspectos políticos e financeiros, e a psicologia entra contribuindo com o estudo do comportamento humano frente a esses fenômenos financeiros.

Dessa forma, para Cruz (1994), a PSE, ao desenvolver suas linhas de investigação, propõe-se além de uma compreensão dos diferentes aspectos psicossociais econômicos, proporcionando também ferramentas de intervenção e avaliação de consequências. Trata de tópicos com relevância dentro e para a sociedade, como a pobreza, o desemprego, os hábitos de consumo e incidências em problemas sociais, dentre outros.

Em seu artigo, o autor põe sob a mesma perspectiva a Psicologia Social dos Assuntos Econômicos e a Psicologia Econômica ao tratar do tema no resumo, porém, esta última não é mencionada no decorrer do texto.

Diante dos estudos psicológicos acerca do dinheiro, tem-se que, por este ter um papel ativamente participativo no cotidiano, diversas disciplinas isoladas têm se ocupado de dar entendimento ao seu grau de influência no mundo. No entanto, essas disciplinas não estão eficazmente articuladas, o que compromete uma lida desenvolta com os assuntos econômicos. Diante da revisão realizada, atenta-se que a psicologia, nessa seara, se volta à atribuição de significados e representações do dinheiro para o senso comum através de referenciais das ciências sociais. No entanto, os estudos não apontam uma concepção de funcionamento humano que venha a dar conta dos significados elaborados, mantendo-se a pergunta sobre o que eleva o dinheiro a uma importância suprema para os sujeitos que o dizem e o fazem tão importante.

Ao se tratar do tema dinheiro e psicologia, o campo da Psicologia Econômica se faz eminente. Os temas recaem com alta frequência sob esta denominação e apontam uma linha de estudos indispensável a quem pretende se aprofundar e compreender os significados do dinheiro, bem como o que tem sido visto e produzido na área.

2.2 A Psicologia Econômica e o Comportamento Econômico

A partir das pesquisas nos periódicos de indexação mencionados no início desta sessão, na busca de artigos acerca da Psicologia Econômica, o nome de Vera Rita de Mello Ferreira aparece de forma recorrente com grande eminência. A autora é pioneira na produção da área no Brasil, tendo publicado os primeiros livros sobre o tema no país.

A partir de suas publicações, é possível refazer o trajeto da Psicologia Econômica desde os seus primórdios até possibilidades de rumos a serem seguidos. Do ponto de vista institucional, pode-se considerar que a Psicologia Econômica se trata de uma disciplina jovem, uma vez que o primeiro encontro de pesquisadores acerca do tema se deu em 1976, na Holanda. Considerando a perspectiva histórica em seu pioneirismo, a juventude da disciplina também está presente, porém, data cerca de um século anterior à sua primeira publicação em periódico. O termo Psicologia Econômica vem ser empregado originariamente em 1881, pelo pensador social francês Gabriel Tarde. Em 1902, Tarde publica o livro *La psychologie economique*, e inaugura a disciplina oficialmente. Quase simultaneamente, o pensador norueguês Thorstein Veblen faz publicações com críticas à visão da economia da época, compartilhando das mesmas preocupações de Tarde (Ferreira, 2014).

Do ponto de vista da psicologia econômica contemporânea, pode-se considerar George Katona, doutor em psicologia experimental de origem húngara e emigrado para os Estados Unidos, como seu instituidor, a partir de estudos sobre expectativas e atitudes em relação ao comportamento consumidor em seu país em meados da segunda guerra mundial.

A partir de levantamentos empíricos quanto a aspirações, expectativas e hábitos de consumo, Katona elabora em 1952, de forma pioneira, o Índice de Sentimento do Consumidor, utilizado em larga escala nos dias atuais em todo o mundo, e consegue melhorar previsões econômicas, determinando a presença de otimismo/pessimismo e confiança/desconfiança na população.

De acordo com a autora, para Katona

a psicologia poderia oferecer à análise econômica descrição e exame dinâmico de causas de fenômenos econômicos, identificando e analisando suas forças motivadoras, responsáveis por ações, decisões e escolhas econômicas. Considerando-se que os processos econômicos resultam de diferentes padrões de comportamento das pessoas, que não seriam determinados apenas por forças externas, a análise psicológica de seu processo decisório e ações efetivas apontaria para diferenças entre suas percepções, motivos e comportamento, que poderiam ser medidos e relacionados a fatores causais (Ferreira, 2014, p.9).

Dessa forma, a Psicologia Econômica se caracteriza como uma disciplina emergente e surge para tentar articular as áreas de economia, ciências sociais e psicologia no estudo dos fenômenos econômicos tendo em vista que as áreas isoladas não dão conta das variantes (Ferreira, 2007a). No entanto, para Reynauld e Barracho (apud Ferreira, 2007a), embora a Psicologia Econômica agregue e utilize métodos e conceitos próprios dessas disciplinas, ela se

constitui como uma ciência com finalidade própria e específica, que pode não só sintetizar os postulados como superá-los com descobertas e métodos originais.

A disciplina tem como objeto de investigação “a maneira como questões econômicas afetam o comportamento econômico real das pessoas” (Ferreira, 2007a, p. 17), tratando, para além de pesquisas de mercado, tópicos sobre a vida cotidiana como trabalho, desemprego, processos e tomadas de decisão, respostas, apostas e expectativas de mercado. Levando em consideração que o objeto de estudo das ciências econômicas requer uma implicação das necessidades e do funcionamento humano, e que os modelos tradicionais não contam com a contribuição da psicologia na compreensão dos mesmos, a psicologia econômica surge com a proposta de fornecer modelos econômicos descritivos para tanto.

Os estudos acerca da psicologia econômica e suas contribuições para o entendimento do comportamento do consumidor se tornam tão eminentes que a área é consagrada com três prêmios Nobel de Economia. O primeiro é dado, em 1978, ao economista e psicólogo Herbert Simon pela teoria da racionalidade limitada, a qual se torna a matriz dos estudos posteriores sobre tomada de decisão. No Nobel de 2002, Daniel Kahneman, trabalhando em conjunto com Amos Tversky, divide o prêmio com Vernon Smith, e consagra o segundo para a área da Psicologia Econômica. Os trabalhos de Kahneman e Tversky são matrizes às mais importantes linhas atuais da área e disciplinas afins. Em 2013, Robert Shiller, economista comportamental, foi premiado por seu trabalho *Exuberância Irracional*, sobre bolhas no mercado financeiro.

De acordo com Ferreira (2007a), os estudos de psicologia em aspectos que envolvam o dinheiro e a economia têm crescido sobremaneira que programas de formação *stricto sensu* já são encontrados, como é o caso do Programa em Psicologia Econômica da Universidade de Exeter, no Reino Unido, e no Brasil, a disciplina tem sido ministrada em cursos e programas de pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Algumas associações internacionais que tratam diretamente do tema também podem ser citadas, dentre as principais *International Association for Research in Economic Psychology* (IAREP) e a *Society for the Advancement of Behavioral Economics* (SABE), com fortes representações na Europa e nos EUA, respectivamente. O Brasil possui representatividade da IAREP.

Pesquisando sobre o estado da arte da disciplina, a autora pontua que entre os anos de 1981 e 2005 (anos de primeira edição e última atualização da pesquisa realizada por Kirchler e Hölzl), foram publicados 854 trabalhos, embora apenas um dentre eles tenha sido do Brasil. Na pesquisa particular mencionada no início deste tópico, ao atribuir o descritor “Psicologia

Econômica” nos indexadores brasileiros, pôde-se verificar que o número de publicações tem sido constantemente crescente, com 488 resultados na busca.

Para Ferreira (2007a, 2008) e Silva (2011), a aproximação dos conhecimentos psicológicos às ciências econômicas tem aumentado em larga escala, isto torna viável, ao tempo em que é corroborado pelo mesmo fator, o crescimento de sub-ramos ou novas disciplinas próximas à Psicologia Econômica, como é o caso da *Economia Experimental*, *Economia Comportamental*, *Socioeconomia*, *Neuroeconomia*, *Psicologia do Consumidor*, *Antropologia Econômica* e *Finanças Comportamentais*, *Julgamento e tomada de Decisão*, *Nova Economia Institucional* e *Economia Pós Autista*.

Num panorama sobre os rumos e percursos da Psicologia Econômica no Brasil, Ferreira (2007a) faz reflexões sobre a adequação da disciplina ao contexto cultural do país, com implicações sobre a necessidade de pensá-la em seus vieses individual e/ou coletivo, na discussão sobre os rumos da ciência positivista ou social, nos objetivos focados em previsão e controle ou investigação e conhecimento, dentre outros. Dessa forma, traz um debate acerca do passado histórico nos estudos sobre a inflação no Brasil há quase duas décadas, que abriu caminhos para olhares interdisciplinares que levassem em consideração uma perspectiva psíquica, tendo em vista o cenário de desesperança instalado à época. Diante do cenário, pode-se ponderar que a incorporação da psicologia econômica ao contexto brasileiro tenha datado destes momentos, embora a denominação não tenha surgido categoricamente.

Como proposta de utilização da psicologia econômica no Brasil, a autora atenta para o envolvimento da informação à população sobre o funcionamento da economia de comportamentos econômicos adjacentes, afirmando que a disciplina deve servir à emancipação, tendo em vista que as possibilidades de escolha e tomada de decisão serão de maior alcance quanto maior for o esclarecimento e a consciência da população sobre como a sociedade opera psíquica e economicamente.

Embora os trabalhos realizados no âmbito da psicologia econômica tenham crescimento exponencial nas últimas décadas, Ferreira (2008) afirma que grande parte dos pesquisadores da área é de disciplinas afins como economistas, administradores, sociólogos, dentre outros, e que a psicologia necessita se apropriar mais do campo e contribuir na investigação dos comportamentos econômicos humanos.

Dessa forma, questões sobre o comportamento econômico se fazem tão eminentes que o surgimento de disciplinas específicas para esses fins tem sido no mínimo sugestivo. No entanto, tais disciplinas se constituem na formação de questões econômicas específicas diferentes e posteriores ao problema de pesquisa aqui proposto – onde se situa a importância

do dinheiro de um ponto de vista pulsional – visto que o problema é genérico e a psicologia econômica trata de pontuar os comportamentos econômicos específicos e estudá-los analiticamente em cada especificidade. O problema se insinua a pontuar leis gerais anteriores à instalação deste ou daquele comportamento frente ao dinheiro, sendo esta instalação de comportamentos a especialidade atribuída à psicologia econômica. A caracterização do objeto da psicologia econômica sobre o comportamento econômico dá indícios de como há discrepância entre os comportamentos desejados e os verificados, corroborando a importância de uma análise psíquica acerca do dinheiro.

2.3 O Manejo do Dinheiro na Clínica Psicanalítica

Correlacionando os descritores “psicanálise” e “dinheiro” na busca realizada nos periódicos supracitados, apenas cinco trabalhos foram detectados, sendo um que já fora contemplado na pesquisa sobre “psicologia” e “dinheiro”, concernente à tese de doutorado de Ferreira (2007a), e dois que não traziam qualquer tipo de ligação direta com o tema. Foram analisados, portanto, um artigo (FERREIRA, 2007b), a tese mencionada, explorando especificamente a parte que a autora se dirige à psicanálise nos assuntos econômicos, e mais uma tese (SERAFINI, 2012) relacionando psicanálise e dinheiro, porém da área do direito tributário.

Quando, na tentativa de delimitar com maior precisão os descritores e vislumbrar novas possibilidades na pesquisa, correlacionou-se os descritores “Freud” e “dinheiro” os resultados obtidos foram quatro, porém, todos já contemplados na pesquisa anterior. Relacionou-se ainda os termos “psicologia econômica” e “psicanálise” com a obtenção de seis resultados, dentre os quais apenas dois tratavam dos temas nos aspectos da representação/significado do dinheiro, mas que ambos já haviam sido contemplados nas pesquisas dos descritores anteriormente trabalhados.

Na pesquisa realizada nos acervos das bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal de Alagoas não houve resultado para a busca dos descritores “psicanálise” e “dinheiro”, bem como para “psicologia econômica” e “psicanálise”. No entanto, na busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), correlacionando os mesmos termos, obtiveram-se cinco resultados para o primeiro cruzamento, onde um artigo pôde ser analisado, por seu aspecto de considerações acerca do trabalho do psicanalista, e os demais não tratam de interligar os termos diretamente, mas

somente com caráter secundário. Para a segunda correlação também não foi encontrado registro de obras.

A partir das referências bibliográficas de alguns desses trabalhos, pôde-se expandir o conhecimento de obras que interligam os termos pesquisados e os resultados serão expostos também a seguir.

Como ponto de partida, a tese resultada nas pesquisas dos periódicos não se encontra diretamente no âmbito da psicologia, mas provém de uma discussão baseada em Freud num estudo sobre direito tributário. Ao confirmar uma ideia sancionista da extinção da punibilidade dos crimes tributários pelo pagamento de tributos ao Estado, Serafini (2012) se baseia nas concepções psicanalíticas de Freud para explicar os motivos pelos quais o cumprimento de normas jurídicas por parte da sociedade se dá pelo temor à sanção. A tese, no entanto, não pôde ser muito contributiva com o tema aqui proposto por tratar de aspectos psicológicos de forma superficial, uma vez que o autor é especialista na área do Direito, e por não tratar de situar o dinheiro em seus aspectos de significado ou representatividade.

Visto que a literatura sobre psicologia econômica fora recentemente trabalhada, pode-se permanecer no seio da discussão tendo em vista que embora os estudos desta e de suas disciplinas variantes adentrem em meandros dos estudos do comportamento e da cognição, a autora brasileira, Vera Rita Ferreira, consegue dar um aporte aos estudos de tomada de decisão enviesados pela perspectiva psicanalítica, uma vez que a psicanálise se constitui como a perspectiva pela qual a autora lida com as questões humanas (FERREIRA, 2007a, 2008).

Num artigo que analisa aspectos da situação econômica brasileira no período de campanha presidencial a partir de manchetes de jornal e indicadores econômicos, Ferreira (2007b) questiona a objetividade e o poder de influência das informações midiáticas com base nas concepções psicanalíticas sobre emoções presentes na percepção e interpretação dos fenômenos socioeconômicos. A autora passa a por em prática o objeto de estudo da Psicologia econômica – analisar de que forma a economia influencia e é influenciada pelos componentes psicológicos dos indivíduos – à luz da teoria psicanalítica, a partir da noção de funcionamento psíquico regido por Freud, e sob alguns aspectos complementares nas teorias de Melanie Klein e Wilfred Bion. Dessa forma, Ferreira aponta que as discrepâncias e sinuosidades presentes no mundo econômico condizem com a forma conflitiva encontrada em nível mais elementar nos indivíduos, tendo em vista a existência de aspectos primitivos e outros mais desenvolvidos agindo simultaneamente.

Considerando que diversas áreas e estudiosos buscavam estudar as oscilações da economia durante o período do estudo, a autora pontua que as formas de análise adotadas por

estes não davam conta de incluir – mesmo levando em consideração a influência de aspectos psíquicos e emocionais – uma visão do funcionamento mental, tal qual a psicanálise propõe na clínica, ou seja, a autora propõe fazer uma análise do período histórico em questão, partindo da clínica para o fenômeno social. Para tanto, além de conjecturar o funcionamento psíquico através da explanação dos princípios do prazer e da realidade, a autora remonta a discussão de grupos tecida por Freud e demais autores, concluindo com as considerações de esclarecimentos sobre a existência de aspectos primitivos de grupo nos mais diversos âmbitos da economia, desde as autoridades econômicas e políticas até o mercado e a população em geral.

Em sua tese (FERREIRA, 2007a), por sua vez, a autora propõe um modelo psicanalítico para as tomadas de decisão e as decisões econômicas, se perguntando como indivíduos e grupos fazem as escolhas que acreditam ser a melhor alternativa para suas questões. Para dar uma resposta à pergunta, se apoia em teorias que contemplam o funcionamento mental a partir da perspectiva de prazer/desprazer/realidade e, como força propulsora aos atos, um desejo de satisfação dos impulsos. A autora pontua que satisfação de desejos é um tema diretamente ligado à economia, já que esta se define pela melhor forma de alocação dos bens escassos ou finitos.

A abordagem psicanalítica da tese tem por objetivo empreender aproximações entre esta teoria e alguns estudos da Psicologia Econômica para destacar diferenças, identificar aproximações e lacunas que podem haver nos modelos existentes na segunda disciplina. Para tanto, elege alguns dos mais importantes desses estudos e aponta três vertentes que vêm sendo utilizadas. Dentro da economia, as escolas de *utilitarismo* e *marginalismo*, desde o século XIX já trabalhavam com a questão do prazer/desprazer, e suas teorias vêm sendo revistas por autores da Psicologia Econômica, enquanto uma segunda corrente estuda a gratificação, seus adiamentos e implicações. A terceira diz respeito ao estudo de distorções na percepção e avaliação, e a presença de ilusões nas etapas de pré-escolha nas decisões.

Na explicitação do modelo de tomada de decisão a partir da psicanálise, a autora conjectura que os processos decisórios são submetidos tanto a fatores externos quanto ao aparelho psíquico, à mente. Considera esta última instância, sempre pautada em Freud, como constituída pelas pulsões e conflitos entre os impulsos primitivos e as imposições sociais, assim como entre os impulsos de vida e de morte. Dessa forma, haverá sempre conflito, e os processos decisórios funcionam nessa peleia entre as ilusões e o pensar racional. A autora explica as ilusões a partir dos conceitos chaves da teoria psicanalítica, como o inconsciente, o princípio básico do funcionamento mental com o princípio do prazer e princípio de realidade,

o processo de recalque, e a existência de uma realidade psíquica para além da realidade externa captada pelos sentidos e partilhada pela maior parte das pessoas. A realidade psíquica, por sua vez, possui uma capacidade de criar uma sucessão de eventos da mesma forma que a realidade externa e, regida pelo princípio de prazer, que busca aliviar a tensão e evitar o desprazer a todo custo, faz com que o indivíduo altere significativamente a realidade externa, burlando o princípio de realidade.

Dessa forma, os processos decisórios do indivíduo podem ser entendidos como decorrentes de um funcionamento voltado à obtenção de prazer imediato, ainda que seja necessário falsear a realidade para tanto. Regido por esse princípio, o indivíduo não consegue discriminar o que de fato é uma medida pensada nas consequências com melhoria em longo prazo, pois distorce a realidade para adequá-la à necessidade de satisfação imediata. Tudo o que propõe uma sensação agradável imediata será mais atrativo que aquilo que necessite adiar esse prazer, e esse desconforto ocorre no nível inconsciente, por vezes tornando-se até mesmo inacessível à consciência pelo processo de recalque.

É nesta perspectiva que a autora articula o funcionamento do aparelho psíquico proposto pela psicanálise a alguns fenômenos estudados por pesquisadores da Psicologia Econômica, como a escolha intertemporal, desconto hiperbólico e contas mentais, explicitando assim a pertinência e contribuição da psicanálise ao entendimento do processo de tomada de decisão e decisões econômicas.

Dos resultados da tese de 2007, a autora publicou o livro *Psicologia Econômica: Estudo do Comportamento Econômico e da Tomada de Decisão* (FERREIRA, 2008), e neste, os aspectos trabalhados acerca dessa disciplina em interface com a psicanálise são os mesmos aqui mencionados.

Ademais a união da Psicologia Econômica à psicanálise, pode-se empreender uma busca acerca dos estudos psicanalíticos que tratam do tema do dinheiro do ponto de vista da própria disciplina. Nesse contexto, vale salientar que a perspectiva da interface psicanálise e significação/representação do dinheiro muda de foco, e encontram-se obras que tratam do tema por um viés da representatividade deste na clínica psicanalítica e nos meandros da particularidade que esta oferece. Esta sessão fornece, assim, um aporte ao entrelace entre a simbologia do dinheiro dos pontos de vista social e individual, problematizando sobre a viabilidade de equivalências entre as duas instâncias.

No trato do dinheiro com a psicanálise, há três referências clássicas encontradas em livros: *Dinheiro e Psicanálise*, de Pierre Martin (1984/1997); *As 4+1 Condições de Análise*,

de Antônio Quinet (1999); e a própria produção de Freud (1913a/1996) em *Sobre o Início do Tratamento*. As produções encontradas na busca dentre os periódicos se baseiam fundamentalmente nessas obras matrizes.

Dessa forma, a questão do dinheiro dá vazão para muitos entrelaces na clínica e teoria psicanalíticas. Santos (2011), Slemenson (2001), Lima (1996) e Noronha (2007) nos abordam com alguns questionamentos acerca do dinheiro numa análise, pontuando a preocupação dos analistas com o assunto desde os primórdios da clínica, a partir das considerações tecidas já por Freud.

No entanto, com guisa de compreensão inicial sobre como o dinheiro é tratado na clínica e concernente aos atributos do pagamento em uma análise, torna-se oportuno iniciar do ponto de partida original: nas referências do próprio Freud (1913a/1996), desde a época da elaboração de sua clínica e prática analítica, o qual vem pormenorizadamente tecer algumas recomendações em *Sobre o Início do Tratamento* de maneira não mecanicista, tendo em vista a subjetivação dos processos psíquicos com os quais a psicanálise se ocupa.

Neste sentido, ao lado de posicionamentos elementares os quais o analista deve tomar no início do tratamento analítico – a saber, o período de ensaio preliminar, diagnóstico diferencial, não compatibilidade entre análise e amizade, e tempo –, Freud inclui o manejo do dinheiro e discorre de maneira preponderante suas recomendações. Inicia, portanto, indiciando que ao lado das funções de autopreservação e obtenção de poder, o dinheiro carrega consigo poderosos fatores sexuais. Mas, assim como as questões sexuais, os humanos tratam de dinheiro com hipocrisia e falso moralismo e levando em consideração a sutileza com que a psicanálise deve desvelar a sexualidade, o analista não pode ir de encontro ao preceito, mostrando ele mesmo que os dois assuntos podem ser habilmente tratados, sendo o próprio analista desavergonhado o suficiente para estimar o valor do seu tempo dispendido.

Freud diz que o "o valor de um tratamento não é aumentado aos olhos do paciente quando se cobra bem pouco por ele" (p.133). Traçando uma analogia com um médico cirurgião, aponta que um tratamento eficaz pode ser bem cobrado, pois de fato traz benefícios. Em suma, assinala que o pagamento da análise se faz importante não somente no nível da simbologia existente na relação analítica, mas que o analista, uma vez que produz um trabalho habilidoso e eficaz e que carrega consigo também as prerrogativas de um ofício, necessita sustentar-se na vida e na profissão.

Considerando que Freud se instituía enquanto pesquisador e fundador da nova clínica e teoria, recomenda aos psicanalistas, pautado em sua experiência, que não há ganhos em ambas as partes – analista e paciente – ao se disponibilizar tratamentos gratuitos. Este tipo de

tratamento, contrário ao esperado, aumenta algumas resistências do paciente no que concerne à relação transferencial e ao sentimento de dívida de gratidão. Nas mulheres, a questão se atrela à transferência. Se o analista a atende sem honorários, implica que ele obtém ganhos com isso, outros ganhos que não o do tratamento, em ser o profissional analista. Pode decorrer assim do estabelecimento pautado na ilusão do amor romântico e mesmo no amor paternal. Nos homens, gera o sentimento desgastante do dever da gratidão, que remonta originariamente ao complexo paterno, e que por sua carga simbólica finda por impor ainda mais obstáculos ao tratamento. Dessa forma, o fato de privar o paciente desse efeito regulador proporcionado pelo pagamento retira dele um considerável motivo para buscar o fim do tratamento.

Freud pontua as dificuldades de a psicanálise embrenhar-se no tratamento de pessoas com menor poder aquisitivo, expondo que quanto a isso nada de muita relevância possa ser feito. Mesmo porque quem possui duros problemas a enfrentar na vida real cotidiana, dispõe de menos pretensão à neurose. O tratamento para pessoas de muito baixo poder aquisitivo se faz habilmente dificultoso, pois uma vez que não pode pagar, traz consigo todos os problemas citados anteriormente, com o agravante de ser sua neurose quase incurável pelo fato de haver muitos ganhos secundários na doença e, portanto, suas resistências em tratá-la serão proporcionalmente contrárias aos ganhos. O indivíduo, dessa forma, pode aproveitar-se de sua neurose para resgatar o que lhe foi negado materialmente e tornar-se contrário a sair da situação de pobreza através de seus próprios esforços e força de trabalho devido ao ganho recompensador.

Freud finda a questão do manejo do dinheiro a partir da recomendação de que quem dispõe de condições financeiras moderadas e pode pagar por um tratamento de si, sem dúvida obterá melhores resultados através do dispêndio frequente com uma psicanálise com retorno de saúde e realização pessoal, em contraponto aos gastos infindáveis com tratamento médico que não tratam o requisito de realização pessoal.

Como é reconhecida a forma peculiar de Freud em reaver suas concepções e postulações acerca da psicanálise, em 1918, se pronunciando sobre *Linhas de Progresso na Terapia Psicanalítica*, o autor retoma a perspectiva de uma análise gratuita, e dessa vez não se faz opositor de uma possível aplicação – não da ótica de que as classes menos abastadas não são condizentes com as neuroses ou que a forma dura com que a vida se lhe impõe dispense uma análise pessoal. Maleavelmente, Freud faz uma previsão de que cedo ou tarde “a consciência da sociedade despertará, e lembrar-se-á de que o pobre tem exatamente tanto direito a uma assistência à sua mente, quanto o tem, agora, à ajuda oferecida pela cirurgia, e

de que as neuroses ameaçam a saúde pública não menos do que a tuberculose” (p.180). Nesse sentido, a preocupação de Freud se norteia na possível transmutação que a psicanálise pode sofrer frente à necessidade de adaptação às novas práticas em larga escala, e ressalta que, não obstante os novos elementos necessários a essa adaptação, os pontos essenciais e mais importantes são aqueles capazes de manter uma psicanálise não sugestiva e não tendenciosa.

Para além do manejo na clínica, podem ser encontradas em Freud outras referências ao dinheiro com equivalências simbólicas e associação deste com o caráter e erotismo anal, bem como explicações acerca de questões econômicas e a possibilidade de seus estudos pelo viés psicanalítico nos textos de abrangência social. No entanto, essas referências se constituem como fonte primária de estudos para a pesquisa e serão trabalhadas nos capítulos subsequentes.

A partir da perspectiva clínica, Santos (2011) aprofunda o olhar sobre o trabalho do psicanalista, tecendo considerações a respeito das dificuldades da profissão, partindo do conceito central psicanalítico, narcisismo, como guia metodológico. O autor faz o percurso por meio de investigações e recortes da obra de Freud, Ferenczi e Lacan e é através das trocas de correspondência entre Freud e Ferenczi que os temas sobre tempo e dinheiro são analisados. O autor parte da constatação de que os estudos sobre dinheiro na clínica são relativos ao que o analisando dá e mostra de si e entra no lado oposto da relação terapêutica, analisando as implicações do ato do pagamento para o analista. Nesse aspecto, o dinheiro é lembrado por sua simbologia da invenção humana como índice de medidas, mensuração e valor nos sistemas de trocas mercadológicas, e que, portanto, na relação clínica, o analista deve considerá-lo também nessas perspectivas.

No entanto, ao levar em conta a dimensão de mercado do dinheiro, e considerando que o analista é também um ser que possui vida em sociedade e que depende dos meios de troca dos quais o dinheiro é parte essencial, os dilemas dessa condição aparecem no trato para com o paciente, por vezes como caro ou inacessível, e por outras considerando o ato até mesmo como um pagamento de tempo e disponibilidade que o próprio analista faz, pois a relação de quantidade de pacientes – o que gera mais dinheiro – é inversamente proporcional à qualidade dos atendimentos, no sentido de que quanto menos paciente se tem, se expande o recurso de tempo em estudos e em qualidade de vida pessoal. Assim, no ato do pagamento na clínica psicanalítica, ambos – analista e analisando – pagam pelo tratamento.

Nas questões do manejo do dinheiro na análise, a transferência, bem como a contratransferência, aparece como instrumento norteador tendo em vista a representação simbólica que esta exerce no tratamento analítico. A partir dessa relação, Figueiredo (1997)

faz uma crítica bem humorada das considerações sobre a importância fundamental que se impõe ao dinheiro na clínica através de relatos da empreitada num serviço público ambulatorial. Partindo de casos clínicos, a autora faz referência a Lacan e aponta que se torna conciso metaforizar no dinheiro os poderosos fatores sexuais. De certa forma, faz-se necessário um pagamento à análise, mas este não é aficionado ao dinheiro por sua conta, mas a algo que seja caro a cada paciente. Nesse aspecto, Figueiredo (1997), Martin (1984/1997), Quinet (2009) e Noronha (2007) afirmam que toda a série de significações e equivalências simbólicas do dinheiro na análise é particular a depender da singularidade de cada caso, e Figueiredo (1997) discorda da alegação que, em tempos atuais, não se pode fazer psicanálise sem dinheiro, sendo esta assertiva a própria representação da resistência.

Noronha (2007), por sua vez, nos remete a questões diretamente relacionadas à prática clínica sobre o manejo do dinheiro salientando que a relação vivida na clínica entre paciente e analista torna-se uma amostra fidedigna das relações do paciente na vida em geral, e assim demonstra diretamente a forma com que este vem lidar com as questões de dinheiro. A autora lembra ainda que, por vezes, mesmo um tratamento gratuito não chegaria ao paciente como um preço pagável, pois no nível inconsciente, seu desejo remonta à necessidade de que o outro pague ou sofra em seu lugar, uma vez que a questão insere-se no nível de economia psíquica, e não de economia financeira, assim como fora debatido por Figueiredo (1997).

Destarte, nas produções psicanalíticas sobre o manejo do dinheiro em análise, os autores consideram que, assim como a duplicidade de sentidos com a qual a psicanálise costuma lidar, as questões de dinheiro, bem como as de sexo – já associadas por Freud – dividem o sujeito a partir de suas significações, não existindo, portanto, as mesmas representações simbólicas para duas pessoas distintas (NORONHA, 2007; QUINET, 2009). O dinheiro, se tomado sem sua caracterização simbólica libidinal, somente enquanto economia financeira, não importaria à análise tendo em vista que sua regra única e fundamental se faz acessível e democrática a todos: simplesmente falar. Porém, o que se conta na análise é o pagamento em satisfação (BORGES E ZANETTI, 2012).

O dinheiro na análise indica, ademais, a necessidade de se responsabilizar pelo seu próprio sintoma de forma que reconheça que precisa dar de si para que se livre do que lhe causa e lhe mantém em sofrimento. “Na situação analítica, o analisando é aquele que trabalha e, além disso, paga por sua própria produção” (BRAGA, 2007, p.40-41). O pagamento, dessa forma, servirá para esclarecer ao paciente que o analista não ali está para se apropriar do paciente e roubar-lhe o que tem de precioso em troca de amor gratuito. O pagamento servirá

para que o analista se estabeleça num lugar vazio e adequado para as diversas facetas da transferência (BORGES E ZANETTI, 2012), de forma que não se incorra nas resistências a que Freud alertou sobre o tratamento gratuito posicionar os sujeitos em virtude do amor ou da dívida.

Quinet (2009) nos explicita ainda o sentido do dinheiro enquanto sinal de amor, tendo em vista a afirmação de que possui esse sentido mais fortemente quando se pede amor, tal qual a mãe pede as fezes do filho. O dinheiro adquire a simbologia do amor quando é pedido, e isto acontece, na análise, da sorte do analista. Quando o analista cobra está, portanto, pedindo o amor do paciente; porém, o amor transferencial. Amor é dar o que não se tem, e dar dinheiro, portanto, do lado do analisando, não pode se caracterizar como sinal de dar amor, a não ser que o dinheiro dado seja àquele que venha fazer falta. O pagamento na análise tem por função o esclarecimento simbólico de diferenciação entre o analista e o papel desempenhado pela mãe nos primórdios da vida, produz uma separação no que concerne a ser atendido gratuitamente pelo analista assim como o foi outrora pela mãe.

No ato de pagamento da análise, o analista vai de encontro à fantasia do sujeito, diferentemente da compra de amor que se consegue com a prostituição, o analista implica o desconhecimento de seu próprio desejo, um desejo marcado pela falta. "O gesto do analista de cobrar mostra que ele não está ali de graça e que não está interessado em fazer do analisante um objeto" (QUINET, 2009, p.86). Dessa forma, ao se pedir dinheiro, ao pedir o amor do analisando, o analista o coloca na condição de sujeito.

O paciente paga ao analista por dois vieses, o do dinheiro e o do amor. Este último se compraz no amor de transferência, enquanto demanda ao Outro, àquele Outro que detém supostamente em si o saber e o precioso objeto perdido; enquanto o analista recebe o dinheiro para ouvir e guardar esse amor, mas em contrapartida não dá nada de volta ao paciente, paga somente a suposição de ser objeto, o mesmo objeto do qual o paciente o julga detentor, mas que sequer existe.

Partindo do que até aqui foi tratado, o lugar do dinheiro na análise é ainda uma pergunta sem resposta. A resposta mais convincente é que ele ocupa o lugar da angústia, como nos aponta Martin (1984/1997). Em *Psicanálise e Dinheiro*, o autor dá indícios nítidos de uma diferenciação categórica entre a forma monetária social e a importância que a mesma ocupa na clínica psicanalítica. Ainda que o mesmo sujeito seja formulado por significantes permeados pela vida em sociedade, no âmbito de uma análise, a representação psíquica do dinheiro parece contar com diversas facetas variáveis a depender de sua configuração pessoal. Na análise, o dinheiro não ocupa o lugar de equivalente geral, mas ocupa posições, sendo

impossível de ser estudado com representação, pois a análise foge à ordem da necessidade, perpassa a demanda e o desejo.

A partir da constatação de ser o dinheiro o signo de toda a mercadoria, negligenciou-se pensar sobre seu lugar na análise, uma vez que se considera banal o pagamento por sua condição de serviço. Pode-se tirar dessa assertiva de Martin, a consideração da psicanálise como um serviço de mercado, que se assemelha, portanto, a uma mercadoria. Mas, deixar de considerar a importância do dinheiro na análise é deixar algo poderoso passar em silêncio. Pois, atentar para esse lugar é dar conta de subjetivar o sujeito e fazê-lo emergir de sua condição de indivíduo. Então, o dinheiro na análise não se refere somente ao falo, e sim ao circuito do significante em que ele tem o poder de interditar o gozo.

A condição social do dinheiro enquanto equivalente universal remete a uma exclusão sobre a identidade do sujeito e impede o desejo, haja vista sua característica unificadora conter uma identidade fixa, ponto não comportado pelo sujeito que é singular. Abordar o sujeito em sua singularidade, ou seja, na clínica, requer a consideração de que um significante nunca é o mesmo significante para outrem, não é passível uma equivalência. Não existe um significante de uma identidade fixa absoluta. Há, portanto, o significante que tem sua equivalência ditada pelo sujeito.

Para Martin (1984/1997), sobre a gênese da forma monetária, há uma eminente diferenciação da realidade social para a realidade psíquica, respectivamente, fora e dentro da clínica psicanalítica. A gênese por sua vez já se mostra diferente. Pois, o dinheiro, no social, é da ordem da realidade, e na clínica, que é movida pelos significantes, não há como conhecer a gênese.

A partir das pontuações dos autores estudados acerca do dinheiro na clínica psicanalítica, torna-se claro que o material trabalhado pode trazer contribuições significativas para o desenvolvimento do tema em questão, tendo em vista que traz considerações adquiridas através da prática clínica, podendo ser considerada como fonte de pesquisa empírica e, portanto, demonstra o quanto o dinheiro mantém um aporte simbólico e representativo, já que a clínica reproduz, em nível micro os anseios da vida social.

Autores como Góes (2008), Martin (1984/1997), Quinet (2009), Rosa (2010) e Teixeira e Couto (2010) trabalham o dinheiro na psicanálise através da contribuição de Lacan acerca do tema. No entanto, com Lacan, se incorre à compreensão desse equivalente universal também por meio dos moldes de dominação humana, e este se faz mais impregnado ao modo de funcionamento do sistema capitalista, que, por sua vez, tem seu conceito chave na mais-valia. Lacan (1969-1970/1992) nos revela que “o que Marx denuncia na mais-valia é a

espoliação do gozo” (p.76), priva, portanto, o sujeito da possibilidade de gozo por vias fraudulentárias e violentas. Nesse sentido, compreender o papel supremo designado ao dinheiro por um viés lacaniano requer o esclarecimento da noção de gozo e outros conceitos chaves específicos de sua teoria em correlação à obra freudiana.

Dessa forma, na psicanálise o dinheiro se constitui como algo que proporciona um serviço psicanalítico, tanto da parte de quem presta o serviço, como daquela de quem o adquire e é tido como algo indispensável para a lida no tratamento sendo indicativo de qualidade, enquanto sua ausência pode implicar poderosos impasses. Dentro desse âmbito, o dinheiro indica autorresponsabilização, metaforiza fatores sexuais e se constitui, portanto, com uma representatividade de autopreservação e obtenção de poder.

Se para Martin (1984/1997) o lugar do dinheiro numa análise é ainda uma pergunta sem resposta, a resposta talvez possa ser dada se a pergunta for reformulada e ao invés de tentar responder sobre o lugar do dinheiro, passar a responder sobre o dinheiro em si, e assim constituí-lo não só num campo específico da necessidade ou do desejo, mas voltar-se ao entrelace dessas esferas pelas quais é permanentemente permeado. O dinheiro tem muito a dizer sobre o ser e esse dito transcende a lógica mercadológica.

Diante do tratado sobre o dinheiro, da constatação de sua influência e poder no mundo, e da importância com que os próprios sujeitos percebem as significações do dinheiro e as questões econômicas, se torna convidativa uma investigação aprofundada desse artefato numa perspectiva que propôs, desde sua gênese, se constituir como uma visão de mundo para além do conhecimento meramente racional. A psicanálise, principal e originariamente na visão de seu criador, pode contribuir na formulação da cadeia de equivalências simbólicas que outorgam ao dinheiro um lugar de destaque, e é essa proposta que se pretende atingir no capítulo subsequente.

Se estudiosos das ciências econômicas conferem valor a motivações humanas para além das racionais no trato de indivíduos e nações com o dinheiro; se comportamentos econômicos são discrepantes com os desejados e os de fato verificados, parece que o sujeito racional, que toma decisões pautadas na consciência de si e do mundo que lhe apetece, não se torna eficiente para dar conta dessas esferas em questão.

Na clínica, se o dinheiro também já é incapaz de se manter sobre um significante, se é incapaz de conter um significado único e detém uma importância essencial para as questões de transferência e para o tratamento como um todo, é a psicanálise que dá conta de uma esfera inconsciente, metapsicológica, que parece dar subsídios de análise para o estatuto supremo do dinheiro até aqui verificado.

3 O DINHEIRO E SUAS EQUIVALÊNCIAS SIMBÓLICAS: UM ESTUDO EM FREUD

Riqueza, facilidade e poder são propriedades elementares que emergem quando se pensa em dinheiro. Essas características são facilmente legitimadas ao se aprofundar na história e nos estudos econômicos acerca desse artefato. Contrário à negativa, um tratado sobre o dinheiro o identifica originariamente como aquilo que é recebido/oferecido em troca de bens, serviços e outras coisas fluentes nas sociedades civilizadas. O dinheiro, portanto, tem um estatuto de poder de compra, de aquisição de bens e serviços. É medida de valor, é objeto condensador do trabalho social humano, é meio circulante das transações e relações socioeconômicas.

A psicanálise, por sua vez, se propõe a dar conta de uma esfera da existência humana impossível de conter, se embrenha por vieses que a ciência atual, tal como concebida pelos moldes do positivismo, não é capaz de abarcar. Engendra-se por um discurso diferenciado da lógica mercadológica, de tudo o que se concebe como plano imagético ou mensurável ou, como dita nas palavras de Freud (1926), “a análise é um procedimento *sui generis*, algo novo e especial, que só pode ser compreendida com o auxílio de *novas* compreensões internas (*insights*)” (p.185).

As correntes e teorias econômicas vigentes tentam dar conta dos contrapontos existentes entre as questões econômicas e a ação dos indivíduos nesse contexto, mas as discrepâncias se tornam tão acentuadas que disciplinas específicas se fazem emergentes na tentativa de explicação dos fenômenos econômicos. No entanto, os estudos verificados até então, pontuados a partir da revisão da literatura, permeiam questões econômicas específicas relacionadas a comportamentos humanos diretivos sem se ocupar com as atribuições do dinheiro no plano simbólico a partir de uma visão específica de sujeito. É nesse contexto que a psicanálise se engendra como contributiva no âmbito econômico dando aporte a partir de sua peculiaridade.

Por ser a psicanálise indissociável da prática clínica que lhe engendrou, sendo reconhecida como um método e uma teoria, e que em sua execução “tem existido desde o início um laço inseparável entre cura e pesquisa” (FREUD, 1926, p.246), o estudo aqui proposto, embora de ordem social, por sua condição de ser uma pesquisa em psicanálise, se utiliza como contrapontos ilustrativos discussões acerca da importância demandada ao

dinheiro no âmbito da clínica, visto ser esta o lugar de atualizações do sujeito ante seu espaço no mundo.

A pesquisa, com metodologia já apresentada como do tipo teórico, não desconsidera que a prática clínica fundada na transferência se constitui como um laboratório de pesquisa, assim como “a psicanálise se constitui também como uma teoria, teoria essa que informa essa prática. E dizer que a teoria informa a prática significa dizer que ela não é um mero enfeite complementar dessa prática, mas que ela *constitui* essa prática enquanto prática” (GARCIA-ROZA, 1994, p.17). Dessa forma, as análises que se seguem tomam forma a partir da releitura da obra freudiana relacionada ao dinheiro, mas sempre na consideração da prática clínica como uma possibilidade de explanação pontual do que se analisa.

Assim, o trabalho aqui desempenhado se propõe a elaborar uma linha investigativa de interpretação do estatuto designado ao dinheiro por um viés psicanalítico, com especificidade no material elaborado por Freud. Percorrer-se-á o lugar do dinheiro na obra freudiana, em sua série de significações e equivalências simbólicas, para que então seja articulado posteriormente às propriedades essenciais do dinheiro encontradas no capítulo antecedente.

3.1 Freud e a Simbolização Monetária

As primeiras inquietações de Freud acerca do dinheiro e suas relações simbólicas podem ser encontradas anteriormente às suas publicações originais. Ao trocar correspondências com Fliess (FREUD, 1986), Freud vem tecendo, ao longo de 1897, nas cartas de 24/01 e 22/12, analogias iniciais entre fezes e dinheiro, dinheiro e sujeira, articulando de forma despretensiosa alguns conceitos fundamentais da teoria psicanalítica como os de recalçamento, neurose obsessiva, zonas erógenas e erotismo anal, conceitos estes originários no que concerne ao simbolismo do dinheiro na psicanálise.

Na mesma linha, Freud, em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), considera que “os sonhos com estímulo intestinal lançam luz, de maneira análoga, sobre o simbolismo neles envolvido, e ao mesmo tempo confirmam a ligação entre o ouro e as fezes, que é também apoiada por numerosas provas oriundas da antropologia social.” (p.436).

No entanto, o tema começa a ser mais bem delimitado em sua obra a partir da reformulação de seus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (FREUD, 1905), em 1915, no qual o conceito de zona erógena é estabelecido. Freud denomina por zona erógena órgãos do corpo que fornecem excitação especificamente de ordem sexual, sendo fonte das pulsões parciais. No delineamento de suas características, atenta para a importância e atividade da

zona anal, a qual conserva durante toda a vida uma parcela considerável de excitabilidade genital.

Ademais as sensações de volúpia mescladas às dolorosas pertinentes ao próprio ato de defecar, a criança expressa no ato, através do autocontrole esfínteriano, a relação de negociação afetiva com a mãe, por quem é cuidada, recusando ou concordando com o que lhe provir. As fezes adquirem também o sentido de *presente*, tendo em vista que se constituem como parte do próprio corpo. A criança exprime sua docilidade ou obstinação presenteando por meio da evacuação ou hostilizando através da retenção. Posteriormente, transfere as fezes do sentido de presente ao de *bebê*, que segundo Freud, nas teorias sexuais infantis, os dois – fezes e bebê – são ingeridos pela comida e provém do intestino. (FREUD, 1905/1996)

A próxima contribuição sumária ao assunto, demonstrativa de uma série de equivalências pormenorizadas, delineou-se em 1908 quando Freud, partindo de sua experiência na clínica, faz analogias entre alguns traços de caráter e a relação dinheiro/sujeira/sexualidade. Em *Caráter e Erotismo Anal* (FREUD, 1908a/1996), expõe que há certos indivíduos que possuem traços de caráter – ordem, parcimônia e obstinação – que se correlacionam com comportamentos das funções e órgãos corporais na infância. No período infantil, essas pessoas sofreram algumas falhas na função de defecar, bem como de incontinência. Continham as fezes no intestino, pois sentiam um prazer suplementar no ato, e não o querem a despeito da ordem de outra pessoa. A constituição sexual infantil nessas pessoas possui uma alta carga de excitabilidade a partir da zona erógena anal, porém foi perdendo a erotização com a maturidade.

Fazendo um paralelo entre os postulados dos *Três Ensaio*s, Freud pontua a complexidade da sexualidade humana. Salienta as contribuições das partes erógenas do corpo (genitais, boca, anus e uretra) na excitação sexual, mas lembra que a quantidade de excitação provinda dessas partes do corpo não permanecem a mesma em todos os períodos da vida. E somente parte dessas excitações permanece de fato como de ordem sexual, sendo o resto *sublimado* para outros destinos durante o período de latência. Nessa fase, as excitações provenientes das zonas erógenas acabam por tomar características até opostas a esse fim, como forma de mascaramento das pulsões.

Isso acontece de uma forma peculiar com a tríade de traços de caráter anteriormente descritos. As pessoas parcimoniosas, ordeiras e obstinadas, outrora obtinham no ânus uma intensa fonte de excitação, porém, com a sublimação, esse erotismo é transformado no seu avesso, anunciando a limpeza, ordem e fidedignidade como o contrário de uma sujeira perturbadora que não lhe devia pertencer. Com o desenvolvimento sexual, as fezes, que antes

eram jubilosas e continham até mesmo o sentido de dádiva e presente, transformam-se em seu oposto e viram sinônimo de sujeira (FREUD, 1908a/1996).

Freud faz, nesse sentido, uma analogia direta com o dinheiro afirmando que há muitas conexões entre os complexos de apego ao dinheiro e da defecção. Inicialmente, afirma que pacientes com problemas de constipação podem ser mais habilmente tratados a partir do seu complexo monetário. Assim como, nas mais arcaicas formas do pensamento humano, o dinheiro é intimamente relacionado à sujeira. A linguagem popular até mesmo identifica aquele sujeito muito apegado ao seu dinheiro como um sujeito sujo, bem como os mitos, os contos e as superstições fazem essa ligação.

Segue, dessa forma, abordando exemplos correlatos, em que até nos pensamento religiosos “o ouro entregue pelo diabo a seus bem-amados converte-se em excremento após sua partida, e o diabo nada mais é do que a personificação da vida instintual¹ inconsciente reprimida” (FREUD, 1908a/1996, p. 162-163), assim como pensamentos supersticiosos ligam a descoberta de um tesouro com a defecação, e segundo antigas doutrinas o ouro é equiparado às fezes do inferno. Freud diz que,

assim, aqui como em outras ocasiões, a neurose, acompanhando os usos da linguagem, toma as palavras no seu sentido original e significativo; parecendo utilizá-las em seu sentido figurado, está na realidade simplesmente devolvendo a elas seu sentido primitivo (FREUD, 1908a/1996, p.163).

Percebe-se que Freud correlaciona inicialmente o dinheiro às fezes por meio da *sujeira*. Porém, considera também que a neurose trabalha através de um mecanismo potente de formação reativa e, portanto, “é possível que o contraste existente entre a substância mais preciosa que o homem conhece e a mais desprezível, que eles rejeitam como matéria inútil (‘refugo’), tenha levado a essa identificação específica do ouro com fezes.” (FREUD, 1908a/1996, p. 163).

Outra provável circunstância dessa equivalência é que o interesse erótico na defecação, aquele concernente ao presente na infância como parte de si, ou como obtenção de prazer e de vontade própria, acaba por se extinguir posteriormente. Quando esse erotismo vai

¹ Considerando o pouco conhecimento pessoal do idioma original das obras de Freud, as traduções aqui utilizadas são de referência da *Edição Standart Brasileira*, a primeira com publicação em português. Nesta coleção, o equivalente utilizado para traduzir o termo *trieb* de Freud é *instinto*, sendo, portanto, adotada essa nomenclatura nas citações diretas. No decorrer da pesquisa, existem referências de outros autores psicanalíticos que se utilizam do termo *pulsão*, o que serve como aporte justificador da presença dos termos no trabalho.

Aqui também os termos utilizados são Id, Ego e Superego, em equivalência às nomeações do Isso, Eu e Supereu adotadas por outras traduções.

se perdendo, é substituído por interesse pelo dinheiro, que não se fazia presente na infância, fato que facilita a transferência dessa transformação da pulsão. À medida que a criança cresce, o dinheiro aparece como instrumento facilitador na transformação da excitação sexual existente na zona anal para a sublimação em sua formação reativa, “facilita a transferência da impulsão primitiva, que estava em processo de perder seu objetivo, para o nosso objetivo emergente” (FREUD, 1908a/1996, p.163).

Em 1913, Freud (1913b/1996) traz contribuições traçando perspectivas sobre os fatores determinantes na escolha do tipo de neurose, alertando que diferentemente à proposição geral que delega à genética e hereditariedade toda ocorrência, o humano sofre transmutações psíquicas ao longo da vida, com desenvolvimento da função sexual bem como de outras importantes funções do Eu. Há, no entanto, um ponto de fixação nesse desenvolvimento, para o qual o indivíduo pode retornar quando ameaçado pelo mundo. Assim, esclarece que fatores determinantes no desenvolvimento da neurose obsessiva relacionam-se intimamente com os impulsos de ódio oriundos do erotismo anal.

Trilhando os caminhos das transformações das pulsões, Freud (1917a/1996) as delinea exemplificando-as no erotismo anal, e segue a linha tecendo elos entre o caráter anal e sua relação com o dinheiro. Dessa forma, pontua que no desenvolvimento sexual humano há um importante período pré-genital comandado pelo sadismo e erotismo anal. Aponta a questão como oportunidade de esclarecimento acerca das transformações das pulsões através da analidade, concatenando a ideia de uma cadeia simbólica de identificação na qual as crianças tendem por criar, pondo em patamar de igualdade os conceitos de fezes, bebê, dinheiro e pênis.

Nos produtos do inconsciente, seguindo as explanações tecidas até então, os conceitos de fezes (dádiva, dinheiro), bebê, e pênis são equiparados e mal distinguem-se uns dos outros, podendo facilmente substituírem-se. Observa-se que aqui Freud já considera o dinheiro como equivalente de fezes, uma vez que tratou de explanar as possíveis associações no artigo de 1908.

Nessa lógica simbólica, há o encadeamento da neurose na mulher através do complexo de castração, havendo desejos variados na vida posterior os quais são derivados da inveja do pênis. Tais desejos concernem na transformação do desejo do pênis pelo desejo por um homem, que torna-se um suplemento do pênis. Noutras possibilidades, o desejo se permuta para um bebê (FREUD, 1917a/1996).

De acordo com as teorias sexuais infantis, retomando o tratado no artigo anterior, o bebê segue a mesma linha de existência que as fezes, e torna-se compreensível o fato de as

fezes terem inicialmente o significado de dádiva e não o de dinheiro pelo fato deste ser desconhecido para a criança, o que o torna propício à transferência desse interesse através das transformações da energia libidinal (FREUD, 1917a/1996).

Para além das considerações de equivalências simbólicas elaboradas por Freud acerca do dinheiro, há as já mencionadas referências do manejo deste no tratamento psicanalítico (FREUD, 1913a/1996), em que este é posicionado de forma elementar ao lado de outros cuidados essenciais. Na relação analítica, portanto, Freud aponta que o dinheiro é tratado com hipocrisia e falso moralismo e é carregado de poderosos fatores sexuais. O dinheiro, na análise também é capaz de qualificar o serviço prestado, e corrobora a ideia de que é raro aquilo que é caro.

Em se tratando de clínica, há em Freud (1909/1996) ainda uma explanação de caso clínico que lida diretamente com as equivalências simbólicas do dinheiro e sua importância na constituição da neurose. O caso do Homem dos Ratos é a história do Tenente Ernest Lehrs que procura Freud com um sofrimento em demasia por causa de uma dívida ínfima contraída a respeito de uns óculos comprados pelos correios. O tenente Ernest se impressionara certa vez com a historieta de um capitão que havia aplicado um castigo cruel em que se envolvia ânus e ratos. Dias depois da grande impressão sobre o castigo, Ernest perdeu os óculos e pediu novos deles pelos correios. Recebendo os óculos, o tenente se impôs como obrigação o pagamento da dívida em questão sob a pena de recair o castigo dos ratos à moça a quem amava ou ao pai já morto. No entanto, a dívida contraída sofreu distorções sobre a quem deveria ser paga, e a promessa feita pelo tenente a si mesmo se tornou difícil de ser cumprida. Logo, o castigo estava na iminência de acontecer se não houvesse solução para o caso.

Foi assim que Freud descobre na trama que o elemento central é a dívida e articulando ao romance familiar, descobre que o pai do Homem dos Ratos era um devedor que contraía dívidas apostando dinheiro em jogos de azar. Na atual conjuntura de sua situação, com a dívida dos correios, Ernest se vê identificado ao pai devedor, além do agravante de saber, por meio de sua mãe, que o pai também havia abandonado o amor de sua vida para casar-se com a mãe de Ernest por dinheiro. A identificação nesse segundo ponto também se faz presente na dúvida própria do tenente na escolha entre uma empregada do albergue em que se hospedava, e a moça dos correios a quem ele devia os óculos (que era rica para Ernest porque podia pagar os óculos).

O caso se segue entre os ciframentos próprios do funcionamento da neurose obsessiva, mas Freud pontua um deslocamento no jogo de palavras como o ponto chave. A palavra *Ratten* (ratos) era deslocada em sua associação para *Raten* (dívida) e para *Spielratte* (rato de

jogo-pai). Ao ser comunicado por Freud sobre o preço da sessão, Ernest completou mentalmente a sentença "tantos florins, tantos ratos", o que não deixa dúvidas quanto à associação feita entre o dinheiro e os ratos.

Outras equivalências existiam também sobre a palavra rato, que na cadeia simbólica se ligava a pênis e fezes, e por isso o castigo pelo ânus se fazia tão impressionante. Nesse caso, portanto, Freud traça na cadeia simbólica do tenente Ernest toda a equivalência simbólica já transcrita naqueles objetos protuberantes do corpo – fezes/bebê/pênis/falo.

O dinheiro na obra de Freud aparece, dessa forma, como detentor de diversas simbolizações e se atrela invariavelmente ao funcionamento do aparelho psíquico em suas distintas facetas e mecanismos. A partir do que se pôde encontrar diretamente nos escritos freudianos a respeito do dinheiro, torna-se possível iniciar associações com alguns dos aspectos essenciais que lhe são atribuídos como os encontrados no capítulo específico que lhe dedica um tratado. Já se faz cabível a utilização da interpretação para tornar possível uma tessitura da cadeia de equivalências simbólicas.

3.2 Da Contribuição Psicanalítica: o sujeito do desejo

A título de rememoração do que concerne aos atributos do dinheiro social e historicamente, podem ser delineadas como propriedades essenciais as características de troca, facilidade e inter-relações. O dinheiro por si só não é digno de valor, mas passa a valer por representar a coisa real. É ele que está nos diferentes cenários como motor da história ou, no mínimo, atrelado ao desenvolvimento das diferentes civilizações. Surge, dessa forma, através do processo de intercâmbio entre comunidades, adquirindo formas e performances diversas a depender do contexto em que se inseria ao longo da história.

Sob pesquisas e perspectivas psicológicas, o dinheiro é capaz de atender à necessidade de atribuição de finalidade existente nos seres humanos, se transmutando em fim, quando em verdade se faz somente como meio. Aparece como um meio coletivo civilizado, já que se constitui como uma forma indireta de se atingir os objetos desejados. Por sua capacidade de inespecificidade, pois a tudo torna indistinto, o dinheiro é também vulgar, põe sobre o mesmo nível aquilo que há de mais elevado ao que há de mais baixo, em contraponto à ideia de ser raro, por equivalência às coisas raras necessitarem de mais dinheiro para serem adquiridas. Nesse sentido, dar dinheiro também denota impessoalidade, pois deixa no anonimato a

personalidade daquele que o dá, coisa não possível quando um objeto é dado em lugar do dinheiro.

Ademais, no imaginário social o dinheiro tem atributos de metamorfosear-se em desigualdade, progresso, cultura, poder, desapego, conflito, estabilidade, sofrimento, dentre outros tantos significados variáveis de acordo com a abundância ou escassez com que ele aparece. O dinheiro é relacionado ainda a fatores como altruísmo, e em contrapartida aparece também como causador de conflitos e distanciamento entre as pessoas.

Nas teorias psicológicas, contudo, percebe-se um movimento de atribuição de significados e valores ao dinheiro como algo dado, estabelecido, com o principal objetivo de subsidiar pesquisas sobre o comportamento econômico cotidiano (MOREIRA e TAMAYO, 1999). Embora estudiosos das ciências econômicas indiquem uma correlação entre os fatores econômicos e a cadeia de motivação humana, as produções no âmbito da psicologia carecem de uma articulação desses significados a um sujeito que se desenvolve a partir do mundo conduzido economicamente; de um sujeito que conferiu ao longo da história uma importância acentuada ao dinheiro; um sujeito que foi ordenado pelos modos de produção e que validou esses modos simultaneamente.

É nessa carência de um sujeito ativo que a psicanálise indica um caminho aos estudos sobre os comportamentos econômicos já estabelecidos. Na elaboração estrutural de um ser que modela e é modelado pela realidade. E nesse sentido, a psicanálise pode contribuir para uma interpretação do dinheiro como detentor de tantos atributos e da verificação de um lugar supremo.

Mas a questão do sujeito na psicanálise se apresenta também como um campo amplamente debatido, embora ainda fecundo, visto que Freud não elaborou uma definição explícita sobre o tema, e se fez valer de um debate crítico acerca das teorias e concepções preconcebidas em seu tempo, o que resultou numa redefinição da experiência humana. A noção de sujeito atravessa, portanto, todo o aparato da doutrina psicanalítica, seja de forma implícita seja como um núcleo central da teoria, e se faz sempre permanente na obra de Freud (CABAS, 2010).

O sujeito em psicanálise requer a consideração de que o humano é primitiva e prematuramente um ser de relação, um ser que vem ao mundo em total desamparo e não sobrevive senão a partir dos cuidados especiais que lhe dedicam, pois não conta com os instintos e a estrutura de guia existente nos animais na natureza. Deficiente na sobrevivência por si só, o humano conta fundamentalmente com uma mãe que o orienta em suas

necessidades, em que esta, por sua vez, também se encontra carente de instintos maternos para a tarefa incumbida. Portanto,

É nesse desencontro que nascemos e nos constituímos como sujeitos, dependendo da palavra, de início vagidos, interpretada pelo outro, para obter a satisfação. É nesse contexto que as necessidades do sujeito se transformam em demanda, demanda de que o outro o ame, única garantia de sobrevivência. O que escapa entre a necessidade e a demanda é o desejo que anima o sujeito do inconsciente.

Esse desejo provém da falha, da impossibilidade de que o outro o entenda totalmente ou mesmo que atenda totalmente sua demanda de amor inesgotável e, portanto, impossível de ser atendida (RIBEIRO, 2011, p.8).

O sujeito em psicanálise, deste modo, é um sujeito referido ao outro, um sujeito do inconsciente e um sujeito do desejo. Um sujeito que não comporta o conceito de necessidade de forma isolada, perpassando necessariamente desde sua gênese a demanda ao outro. Nesse sentido, o inconsciente é para Freud uma série de pensamentos em estado de latência, e o desejo é aquilo que denota um paradoxo: a partir de uma realização, não há somente a produção de prazer e satisfação, mas o estabelecimento de uma angústia, formalizada como um desprazer. A psicanálise apreende, portanto, uma observação de que o mesmo sujeito desejante se faz paradoxal quando, embebecido pelo inconsciente, se faz cindido entre aquilo que o move e aquilo que lhe faz resistir à realização do desejo. A presença do desejo e da resistência – ambos de esfera inconsciente – denota uma pergunta do sujeito sobre si mesmo (CABAS, 2010).

O sujeito disperso na obra de Freud é o sujeito do inconsciente, mas esse inconsciente “é um conjunto que tem a vocação de representar os imperativos da pulsão” (CABAS, 2010, p.48), o que implica dizer que o sujeito da psicanálise é um sujeito pulsional.

Mas em que constitui a pulsão?

Para Freud (1915/1996), a pulsão é um estímulo peculiar em sua origem, pois não provém do exterior, mas do próprio organismo e atua diretamente sobre o psiquismo. Pode-se considerar que a pulsão tem representantes de ordem física, bem como aquelas de não apreensão, diz-se, portanto, ser a pulsão “um conceito limite entre o psíquico e o somático” (p.57), sendo um estímulo que desestabiliza e inquieta o princípio inercial da vida psíquica e a lei de menor esforço (CABAS, 2010).

A fonte pulsional funciona, dessa forma, por um viés excitatório que requer permanentemente um ato capaz de lhe cessar a excitação, mas a pulsão é somente parcial, submetida ao órgão de origem, impossível de abarcar um ato íntegro, e denota assim um

ponto impossível de conter (FREUD, 1915). A fenda encontrada entre a impossibilidade de saturação da pulsão é o lugar do sujeito em questão (CABAS, 2010).

Se o inconsciente está como representante dos imperativos da pulsão, e esta não coexiste se não em dualidade, como aquelas voltadas à satisfação sexual e as voltadas à conservação da vida – que mais tarde Freud desembocou nos conceitos de pulsões de vida e pulsões de morte – o sujeito do inconsciente aparece também marcado pela ambivalência e pela dualidade (CABAS, 2010).

Essa condição inerente ao sujeito na psicanálise pode ser ainda mais delimitada a partir da elaboração de Freud sobre a personalidade psíquica, a observação da atuação dos sujeitos ante seus sintomas na prática clínica apontou a existência de tendências à repetição, com tentativas de dar conta da satisfação não atingida, à procura de um ato ou objeto que indique o caminho de sutura do ponto em aberto, o que evidencia, portanto, “que existe na vida anímica uma obsessão de repetição que vai mais além do princípio do prazer e, portanto, mais além do Eu” (p.80). Se há um mais além, torna-se clara a divisão do sujeito ante um Ego e um Id, sendo este último o que impulsiona a recordação e a repetição de algo que se revela prazeroso assim como o seu oposto (CABAS, 2010).

O conceito pulsional de Freud está intimamente relacionado com o desenvolvimento da sexualidade, tanto que foi sob a rubrica de pulsões sexuais que os primeiros grandes tipos de pulsões foram denominados, ao lado das egoicas. As zonas erógenas aparecem como fontes primordiais de excitação, e são os órgãos correspondentes às zonas o que mantém a pulsão compatível com sua origem, e suas finalidades podem ser circunscritas como a luta pelo prazer do órgão (FREUD, 1915).

Nesse sentido, a partir de elaborações sobre a sexualidade infantil, Freud (1923b/1996, 1930/1996) consagra a divisão do sujeito também através da observação de complexos universais como o Complexo de Édipo e o Complexo de Castração, em que a diferença sexual entre o masculino e o feminino se confirma ante a ausência ou a presença do órgão – percebido pelos pequenos em suas primeiras teorias sexuais como se todos os humanos possuíssem um pênis – sendo que a constatação da inexistência deste nas meninas evidencia somente que se não há o órgão é porque houve uma castração. O estágio da sexualidade infantil em que essas teorias se fantasiam, denominado por Freud de fálico, é caracterizado pela ausência de representação psíquica do sexo feminino, organizando-se a diferença sexual em torno da posse ou não do falo (ROUDINESCO e PLON, 1998).

O falo, portanto, pode ser considerado, na obra de Freud, como a representação simbólica do órgão sexual masculino, em que, neste sentido, “a castração só pode ser a

representação simbólica da ameaça de desaparecimento na medida em que esta não concerne ao pênis, objeto real, mas ao falo, objeto imaginário” (ROUDINESCO e PLON, 1998, p.106). A partir da ameaça vexante da castração, o sujeito se desenvolve sexualmente como um ser dividido, em que necessita renunciar aos seus desejos mais primitivos em prol da manutenção de seu órgão, atrelado às esferas física e simbólica.

É esse sujeito psicanalítico cindido, implícito e permanente na obra de Freud, um sujeito que está, desde a gênese, referido ao outro, que norteará as discussões e possíveis articulações sobre o dinheiro e suas equivalências simbólicas em nível não somente individual, como social. O ser clivado, permeado pela sexualidade implicada à alteridade. A relação desse sujeito com o dinheiro no registro simbólico e na realidade externa deve ser entendida irrestritamente em consonância à relação do sujeito com seu corpo e com o outro.

Sobre o sujeito clivado e desarmônico, é necessária uma nota de ênfase acerca do psiquismo, em que este não se restringe à interioridade, mas é dialético com a exterioridade, uma vez que se funde no inconsciente. É da ordem da linguagem, imprescindente da presença do outro e pressupõe a cultura em sua constituição. Se essa característica *alter* é fundamental na constituição do ser, o sujeito psicanalítico se instaura através de uma dívida simbólica, em que não existiria se não fosse pelo contato com o outro. É a dívida simbólica, portanto, que permite a convivência comunitária com o compartilhamento de valores, apesar das diversidades que se apresentam. É através dessa condição de “dependência” do outro que se faz possível o sistema de trocas entre os sujeitos, com a demanda de reconhecimento mútuo (BIRMAN, 1993).

O reconhecimento do outro intervém diretamente no sujeito pulsional delineado por Freud. É somente através do outro que a pulsão, indigna de plenitude, encontra objetos parciais para a satisfação. Já que originariamente toda pulsão é de morte, regulada pelo princípio do nirvana com tendência à descarga total, é através do outro que passa a se regular também através do princípio do prazer/desprazer. A pulsão encontra no outro o movimento essencial que não restringe seu funcionamento à descarga total exigida pelo princípio do nirvana. É só a partir da satisfação parcial encontrada no outro que o sujeito se põe como desejante (GOES, 2008).

O outro se instaura, portanto, como possibilitador da própria vida do sujeito, uma vez que o circuito pulsional, se deixado a si mesmo, teria a morte como destino (GOES, 2008). A psicanálise, portanto, sustenta uma possibilidade de análise pulsional do estatuto supremo do dinheiro a partir desse sujeito complexo social, permeado por desejo e por fatores sexuais que

o permite criar, inventar e ir em frente na constituição de si, do outro e das formulações político-culturais nas quais está inserido original e permanentemente.

3.3 Equivalências Iniciais entre o Singular e o Social: deslizando entre a troca e a facilidade

A frase inicial do texto *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* de Freud (1921/1996) pode ser lida como “O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde toda a sua nitidez quando examinado mais de perto.” (p.81), Freud segue a introdução de seu texto social indicando que embora a psicologia individual explore os caminhos que levam o indivíduo a encontrar satisfação para seus impulsos, esses caminhos quase nunca conseguem ser alcançados sem que as relações sociais que o indivíduo estabeleça sejam consideradas.

Freud afirma que se, em contrapartida, uma análise social é feita tão somente a partir de grupos maiores, sem levar em consideração o funcionamento individual ou as relações íntimas que o indivíduo estabelece, cria-se uma entidade especial irreduzível, permeada por fatores axiomáticos, como uma possível pulsão primitiva social. No entanto, contempla a possibilidade de dissecação desses possíveis pulsões sociais a partir de um estreitamento do campo de relações, considerando assim que toda psicologia individual é também, em sentido amplo, ao mesmo tempo psicologia social.

Nesse sentido, é sob a perspectiva de indissociação entre o indivíduo e a sociedade posta por Freud que se consegue estabelecer uma articulação sobre o dinheiro e sua hegemonia alcançada nas maiores civilizações desenvolvidas até então. No intuito de pontuar articulações, é cabível rerepresentar de forma sucinta as elaborações diretas que Freud faz em sua obra sobre a questão do dinheiro, tanto do ponto de vista das equivalências simbólicas, como na sua importância nos tratamentos clínicos psicanalíticos.

Como visto, já nas primeiras articulações a respeito do tema, Freud tece analogias entre as fezes e o dinheiro, e o dinheiro e a sujeira. As fezes se constituem no primeiro objeto de troca, em que dá lugar ao dinheiro posteriormente, a partir de uma simbolização e coletivização do processo. Atividades na zona erógena anal demonstram uma série de equivalências entre traços de caráter – pessoas ordeiras, avarentas, e obstinadas – em correlação a dinheiro/sujeira/sexualidade, em que se desenvolvem também processos de sublimação e formação reativa e aquilo que antes era tido como dádiva, transforma-se em seu oposto como sinônimo do que é imundo. Nos produtos do inconsciente há ainda uma série de

equivalências entre os conceitos de fezes/dinheiro/bebê/pênis em que estes podem facilmente se substituir uma vez que mal se distinguem. Essas últimas equivalências surgem, por conseguinte, das teorias sexuais infantis.

Assim, além da cadeia de significação simbólica presentes nas fantasias sexuais infantis, Freud considera já as atribuições do dinheiro na clínica psicanalítica como detentor de uma importância primordial, ao lado de conceitos base, e instituído por funções de autopreservação, obtenção de poder e carregado por poderosos fatores.

Das associações tecidas por Freud entre o complexo monetário e analidade, torna-se então importante problematizar a presença do outro enquanto estimulante na aprendizagem do controle esfíncteriano. Depreende-se três motivações, a partir do já mencionado *Caráter e Erotismo Anal*, para Freud associar as relações possíveis entre fezes e dinheiro. A primeira referência se dá pela existência dessa associação nas mais antigas formas de pensamentos, através dos mitos, contos de fada, sonhos, dentre outros, no âmbito sociocultural. A segunda vem a partir da sempre presença da ambivalência e contraste existentes no funcionamento do universo psíquico, depositando na relação dinheiro/fezes a justaposição entre o precioso e o desprezível. E a terceira concerne na transformação espontânea do interesse das fezes pelo dinheiro encontrado nas crianças. Dessa forma, a presença do outro enquanto possibilitador deste deslocamento libidinal é eminente, uma vez que as crianças não sujam estranhos e equacionam fezes enquanto presente ao outro (BELO e MARGAZÃO, 2006).

A partir da teoria dos eminentes estudiosos das ciências econômicas, pode-se depreender que o dinheiro possui funções variadas. Pode ser, portanto, categorizado como intermediário de trocas, medida de valor, reserva de valor, função liberatória, e como instrumento de poder (Lopes, 1942). O dinheiro moeda como *intermediário de troca* é a característica originária de seu surgimento, é sua função essencial. Esta função, no entanto, aponta uma modificação na forma da economia, superando o modelo de escambo para a forma monetária. Traz benefícios de facilitação na capacidade de produção, reduz o tempo designado às transações realizadas pelo sistema de troca direta, aumenta a liberdade de escolha para quem o possui sobre *o quê* e *quando* vai adquirir algo, dentre outras facilidades.

Historicamente, o dinheiro surge do contato entre comunidades, da expansão fronteiriça e do intercâmbio de necessidades. Nas comunidades primitivas antes do advento do dinheiro, o trabalho coletivo se engendrava como condição primordial para o enfrentamento e domínio das forças da natureza, ao tempo em que o produto adquirido do trabalho era distribuído ao grupo, como e enquanto unidade, de forma que a distribuição primava o suficiente à sobrevivência (ROBERT, 1989). No contato com outras comunidades,

de costumes e necessidades díspares, deu-se início o intercâmbio de mercadorias, tendo em vista o interesse de insumos e matérias existentes em territórios alheios. Assim, intensificando-se o intercâmbio, ocorre a produção destinada à troca, com vistas a produzir não somente o que a própria comunidade irá utilizar, mas já um excesso capaz de dar conta também das necessidades da outra comunidade. Com a divisão social do trabalho e a produção especializada, a necessidade de uma mercadoria central se faz indispensável, e aqui se origina o dinheiro (ROBERT, 1989; SMITH, 1778).

Dessa forma, o dinheiro surge da inter-relação humana, bem como de uma evolução nos processos de permuta de mercadorias já existentes. Dessa condição de troca, pode-se intentar o ponto de articulação inicial dentre os tratados sobre o dinheiro – histórico-economicamente e as equivalências simbólicas de Freud – depreendendo uma analogia direta pelo fato de que as fezes se fazem como o primeiro objeto genuíno de *troca* na qual a criança pode negociar, pois não é algo intrínseco ao indivíduo.

As fezes, na época da constituição da fase anal, são o único objeto de negociação com o outro, e somente a partir da simbolização é que são atualizadas na forma monetária. Nos primórdios da infância, o dinheiro não tem representação real para a criança, não se estabelece como um mecanismo de utilização viável, e passa a deter esse sentido de forma secundária somente na transformação das pulsões eróticas (FREUD, 1917a/1996). Pode lê-se no processo de troca infantil: dou-lhe fezes – o bem mais genuíno que possuo – e dai-me atenção – o atributo do qual necessito, mas não tenho propriedade senão em relação com o outro; ou, ainda, não me dê afeto e não te dou as fezes.

Dessa forma, aperceber-se um processo diretivo, sem muitas transformações variáveis com o desenvolvimento social. As fezes são algo provindo do corpo, um bem essencial e valioso, isso as torna o primeiro elemento de troca genuína. É algo em que o bebê dispõe de propriamente seu e que já não tenha sido adquirido de fora. Nesse mesmo sentido, as comunidades primitivas faziam usufruto do que dispunham genuinamente a partir de seu trabalho direto, somente com o contato com outras comunidades puderam reconhecer outras formas de necessidade. As produções iniciais eram advindas somente por meios intrínsecos a quem as produzia, a partir do trabalho – o bem mais legítimo de que se dispunha – e a partir da progressiva complexidade da troca é que o dinheiro vem se estabelecer.

O processo de *simbolização* existente tanto em nível individual como no social se faz premente nesta condição de ter o dinheiro um caráter secundário visto que no primeiro nível ele surge como uma atualização dos atributos das fezes, e no último, surge tão somente como meio de facilitação no processo inicial de intercâmbio, o dinheiro socialmente é a própria

simbolização das múltiplas mercadorias. Dessa forma, o dinheiro possibilita, nos traços de caráter posteriores, a simbolização não somente de troca, mas da causa da troca, da incompletude pulsional existente no humano que o impulsiona à sublimação das pulsões originárias anais.

Por conseguinte, da verificação inicial de equivalência no processo de troca, torna-se proporcional a elaboração de uma segunda associação entre as características essenciais do dinheiro – a *facilidade*. A moeda, como instrumento de troca por bens e serviços, tem liquidez perfeita, e “é a liquidez que diferencia a moeda dos outros estoques de riqueza” (MAYER, 1993, p.14). No senso comum, é com o dinheiro que se tem mais *facilidade* de conseguir tudo aquilo de que se tenha necessidade (SMITH, 1779); ele *facilita* o planejamento e a administração da coisa pública; *facilita* a capacidade de produção, reduzindo o tempo dispendido no sistema de troca direta (ROBERT, 1989); *facilita* a contabilização da atividade econômica; assim como suas características físicas são necessariamente evoluídas no sentido de imprimir *facilidade* de manuseio nas intermediações fluentes (MAYER, 1993).

Dessa forma, se na civilização o dinheiro surge para facilitar o processo de troca entre as comunidades, no indivíduo, como visto em Freud, o dinheiro surge também para facilitar a transferência da pulsão (anal).

É sabido que facilidade e economia de esforço são algo intrínseco do funcionamento humano e da natureza, onde visto do campo da biologia, toda espécie de vida pode ser considerada como uma máquina de sobrevivência (DAWKINS, 2007). Em Freud, a lógica do funcionamento psíquico não foge à regra. Seu esquema básico do aparelho mental se faz numa versão adaptada do modelo da neurofisiologia conhecido como arco-reflexo, em que o psiquismo, comandado pelas pulsões e regido em seu fundamento pelo princípio de prazer/desprazer, visa à obtenção do alívio das tensões, embora nunca haja êxito com a descarga total (FREUD, 1920/1996). Dessa forma, “o aparelho psíquico é uma construção econômica. Freud parte de formulações cunhadas no campo das forças físico-químicas e as desloca para o âmbito do que chamou de forças psíquicas” (GOES, 2008, p.60).

O dinheiro como a via de acesso de maior facilidade no processo de intercâmbio de mercadorias e aquisição de bens e serviços – bem como na constatação dessa característica permear permanentemente a história e as transmutações em formas sofridas por ele (MAYER, 1993) – permanece fiel ao funcionamento humano em sua essência, incluindo a capacidade de agregar simbologias e sentidos que dificultam as relações de troca por meio da realidade

externa que se apresenta, tal qual o funcionamento psíquico impedido pela satisfação total através do princípio de realidade.

Dessa forma, as características mais elementares do dinheiro, aquelas concernente à gênese da forma monetária cultural e historicamente, se veem facilmente correspondentes no funcionamento primitivo infantil, correspondências e características estas que permeiam toda a análise constitutiva do lugar celebrado ao dinheiro a partir de uma equivalência entre o sujeito e sua inferência essencial no campo socioeconômico. Assim, a partir da constatação, segue-se um entendimento das equivalências existentes na simbologia do dinheiro entre o nível social, encontrados nas mais diversas esferas em que o dinheiro é utilizado, e o particular, em que se faz possível tecer um ponto de partida de seu lugar supremo.

3.4 Da Ordem da Necessidade para a Demanda e o Desejo

Adam Smith (1996) considerado o pai da economia moderna e o mais eminente teórico do liberalismo econômico, afirma que, no senso comum, riqueza e dinheiro são considerados sinônimos sob todos os aspectos; que, com dinheiro, temos mais facilidade de conseguir tudo aquilo de que possamos ter *necessidade*, já que se constitui no equivalente universal do comércio. "Pensamos sempre que o grande problema e o grande negócio é ter dinheiro. Dispondo dele, não há dificuldade alguma em fazer qualquer outra compra" (p.414).

Sobre essa característica elementar, o dinheiro do ponto de vista pulsional, em sua equivalência com as fezes, indica que o bebê, no ato próprio de defecar, barganha com a mãe e exprime suas vontades através da retenção ou evacuação. Faz uso de seus atributos para negociar o afeto da mãe, que por hora é a porta de entrada de satisfação das necessidades, pois, da atenção dispendida pela mãe suprime-se as demais relativas às básicas de sobrevivência (FREUD, 1905/1996). As fezes, nesse contexto, facilitam a aquisição de tudo aquilo de que se possa ter necessidade e equivalem assim, em nível singular, ao contexto histórico social.

Seguindo o encadeamento de ideias acerca do dinheiro enquanto promotor de necessidades, Freud (1913a/1996) explana, em *Sobre o Início do Tratamento*, que ao lado da autopreservação e da obtenção de poder, o dinheiro é também envolto por poderosos fatores sexuais. Dessa forma, situa no dinheiro as três instâncias de maiores influências no ser: a da ordem da necessidade, a de relações sociais, bem como aquelas relativas à sexualidade.

Na ordem da necessidade, o dinheiro surge como algo que promove a vida de forma diretamente ligada à sobrevivência. No entanto, uma vez que psicanaliticamente o conceito isolado de necessidades não é comportado pelo humano, a lógica do dinheiro enquanto equivalente universal que perpassa o âmbito das relações humanas indica uma saída do eixo da necessidade para o âmbito do desejo. Aquelas que de fato são indispensáveis à sobrevivência são coisas ínfimas, e facilmente atingíveis, mas quando a sobrevivência passa a ser permeada pelo desejo, as exigências se tornam progressivamente abundantes, tal qual o furo pulsional, a constituição do sujeito psicanalítico (QUINET, 2009). Isto é, ter dinheiro significa sobreviver, e essa condição indica uma transcendência da esfera da necessidade, o que indica que a relação com o outro está sempre implicada no desejo.

Levando em conta que o sujeito se constrói em relação, sendo fruto da coletividade, o dinheiro não se constitui somente enquanto objeto com efeitos pulsional e representacional do sujeito, mas é detentor de uma capacidade estruturante sobre o psiquismo. É objeto ativo e quase vivo, capaz de postular certa dependência dada a sua força potencializadora. Para Sahoaler (2014),

o dinheiro institui a “ausência” dentro do âmbito dos intercâmbios sociais. Dado que nenhuma coisa está definitivamente inscrita na moeda e falta toda referência a algum objeto particular, o dinheiro serve para adquirir qualquer objeto; assim, de modo metonímico, por deslocamento, o dinheiro se transforma em qualquer coisa até se converter em uma referência metafórica do falo, da vida, da completude (p.86).

O dinheiro, a partir de sua propriedade de tornar-se qualquer tipo elementar, se põe num lugar objetual fluido e estável simultaneamente, e, dessa forma, influencia significativamente a subjetividade. Isso implica dizer que o dinheiro, por si mesmo, não é somente aquele objeto depositário das pulsões, mas ele é estruturante. É ao mesmo tempo transformador e passível de transformação por situar-se na fronteira entre o individual e o social. O sujeito, para trespassar a ordem da necessidade até a do desejo, requer a passagem pelas relações sociais que o estruturam. Dessa forma, o dinheiro, surgido essencialmente como um meio coletivizado, representa socialmente o limite egoico, e não se faz somente parte do meio ou uma forma social de troca.

Por sua condição relacional, Quinet (2009) nos relata que "o dinheiro só existe em função da linguagem" (p.84) e sobressai, portanto, da ideia de necessidade primária, e passa à ordem da demanda e do desejo. Na história e evolução do dinheiro, Marx (1996a) constata que a produção de bens perpassa a de simples necessidade de aquisição de materiais

específicos e recai na produção complexa de dinheiro pelo dinheiro. Na economia psíquica, de promotor de necessidades humanas, transita num fluxo imanente para aquilo que é da ordem da demanda, intrínseco à sua implicação decorrente da linguagem, e nesse sentido "A necessidade faz aparecer a dimensão da *falta-a-ter*; a demanda e o desejo fazem aparecer outro registro da falta – a *falta-a-ser*" (QUINET, 2009, p.84). O segundo tipo de registro decorre da condição humana, enquanto ser regido pela linguagem, de ser movido por pulsões, por ser da ordem de um furo insaturável.

Visto que o dinheiro não se define desde a sua gênese somente como atributo de autopreservação, na dimensão do desejo ele entra em cena marcado pela falta, pela castração, assim como os objetos fálicos decorrentes da equivalência simbólica tecida por Freud. As três dimensões mencionadas – autopreservação, poder e sexualidade – se superpõem de forma fluida nas representações atribuídas ao dinheiro. Se na dimensão do desejo – que se atrela diretamente aos fatores sexuais –, ele entra em cena marcado pela castração, é por essa mesma marca que se tem o *indicativo de poder*.

Discriminando as funções delimitadas por Freud, o dinheiro surge como necessidade à medida que promove a vida em sociedade, com auxílio à moradia, alimentação, vestimenta etc. No entanto, a título de discussão dessa segunda função, como símbolo de poder, o dinheiro parece adquirir essa conotação porque escamoteia a falta (QUINET, 2009). Em sua condição de que tudo pode comprar, de que pode propiciar todo tipo de necessidade – seja primária, seja adquirida –, se põe no lugar de completo, mascara a castração, dissimula a falta, aquela mesma falta inerente a todo ser. A falta essencial à condição de sujeito. O dinheiro adquire a marca fálica e se faz equivalente aos objetos protuberantes do corpo – seio, pênis, fezes. Quando se tem dinheiro, dá-se, portanto, a impressão de que não se é barrado, não se é um ser castrado. Em Freud se compraz, portanto, de onde surge o símbolo do dinheiro como instrumento de poder, em que este é a detenção fálica.

Retornando ainda ao ponto de discussão da vida infantil em que dinheiro e fezes se equivalem, pelo mesmo atributo de barganha e negociação, ele denota também a atribuição de instrumento de poder, pois, a partir do poder de compra, abre-se possibilidades para novas formas de poder social (SMITH, 1996). Quanto maior for a posse do dinheiro, tanto maior é a capacidade de adquirir bens e serviços disponíveis no mercado. O direito de deter para si a capacidade de aquisição materializa o poder de decisão, que por sua vez conduz a influência no poder econômico e político. Esses direitos podem influir, portanto, nos próprios rumos da vida em sociedade, o que caracteriza um poder social (LOPES, 1942).

Na vida simbólica da criança, ela passa a deter o poder de aliviar as tensões do adulto cuidador por meio da evacuação, através da percepção do desejo da mãe, assim como mantê-las por meio da constipação. A criança possui, portanto, através do controle esfíncteriano, o poder de deter a atenção e aliviar tensões maternas. O que por si só torna explícito a implicação subjetiva entre os registros do individual e do coletivo, da necessária presença do outro na constituição subjetiva do ser.

Das funções indissociáveis atribuídas por Freud ao dinheiro, torna-se eminente o papel da marca fálica, pois além de direcionar o sujeito na busca eterna por satisfação, impulsionado pela falta, e dar a impressão de que não se é um ser castrado, a marca fálica imprime também a sexualidade às pulsões oral, anal e genital. Seguindo a teoria freudiana de equivalência simbólica entre o dinheiro e os objetos parciais marcados pela castração – fezes/bebê/pênis –, aquele adquire uma representação psíquica que passa a exigir a consideração da lógica do inconsciente. Dessa forma, o dinheiro se faz passível de simbolização enquanto objeto carregado também de energia libidinal, não se caracterizando somente como objeto de relação comercial, mas como composto por poderosos fatores sexuais.

No entanto, levando em conta a presença de energia sexual pulsional no dinheiro, Quinet (2009) vem dar uma lembrança contributiva no entendimento de como este se reveste da conotação sexual, discriminando que a pulsão se constitui por uma parte passível de representação e outra parcela não apreensível, em que a primeira pode ser entendida como passível de simbolização pela linguagem, e a do segundo tipo como a parte que escapa, a energia sexual propriamente dita.

Dispersa nessa segunda categoria, há ainda uma subdivisão pulsional, em que se inscrevem a libido, a satisfação, e aquilo que Freud denominou por *das Ding*. O autor nos remonta a Freud quando adere à libido a definição de energia quantitativa das pulsões, como a parcela mais tangível, embora inapreensível, pois contém grande capacidade excitatória. A libido, dessa forma, constitui-se como a própria manifestação dinâmica da pulsão sexual apreendida enquanto *satisfação*. A mesma que aparece nas formações do inconsciente – atos falhos, sintomas, sonhos – por não se fazer possível a satisfação plena. A incapacidade desta plenitude se dá pelo conceito freudiano de *das Ding*, o objeto perdido que nunca será retomado, sendo esse objeto o condensador da busca eterna por satisfação, mas como ele está perdido, não consegue jamais ser atingido.

Enquanto há a parte representável da pulsão pela via da linguagem – aquilo que o autor nomeia de significante a partir das elaborações de Lacan –, a sua energia sexual se faz

irrepresentável, e atrelada a esta segunda existe ainda um excesso desprazeroso.² A libido, enquanto parte inapreensível e quantificável, é canalizável e passível de se agregar a objetos de primazia para o sujeito, ou seja, pode-se considerar que se há objetos representativos, isso implica dizer que é em tais objetos que a energia sexual está investida, o objeto em que o centro de sua libido se encontra cunhado.

Se nem tudo da pulsão consegue ser apreendido, nem mesmo através dos destinos da libido tomados para a satisfação parcial, surge um resto que demarca a falta no sujeito, que é o mesmo objeto perdido o qual impede a satisfação total.

Assim, enquanto a necessidade básica denuncia uma falta na posse, no ter; a passagem pela linguagem, que se transforma em desejo e demanda denuncia uma falta no ser. Dessa forma, o dinheiro, tal como concebido indispensavelmente pela linguagem, já denota a dimensão da falta no ser. O dinheiro passa, portanto, a se comparar com os objetos importantes ao sujeito, que vão para além da necessidade, assim como os objetos marcados pela castração – com a mesma equivalência simbólica – traçados por Freud, e permite, portanto, um ciframento da libido. O dinheiro passa a ser revestido por essa mesma energia sexual indissociável. Mas ele se situa na barreira entre o que é representável e aquilo que é inapreensível da pulsão. E a partir dessa condição se faz capaz de cifrar a parcela inapreensível.

A habilidade de ciframento da libido se faz possível porque ao tempo em que o dinheiro dá a impressão de que pode estancar o furo, a energia libidinal é voltada inteiramente para ele, que passa a servir, portanto, de depositário dos fatores sexuais envolvidos. E uma vez que o dinheiro dá a impressão de poder comprar não somente tudo aquilo de que se possa ter necessidade, vem se autoafirmar também como possibilitador de por fim à falta inerente a todo ser através de bens e serviços específicos, amoeda, dessa forma, a libido, tornando-a palpável, por ser o seu centro, a capital de investimento libidinal. Nesse sentido, o dinheiro tanto funciona como metonímia da libido, como parte significativa que representa, e também como metáfora, quando, ao se comprar serviços erotizados, paga-se com investimento libidinal.

Uma vez que a libido e a satisfação não possuem representação inconsciente, são os destinos da pulsão que constituem a demanda ao outro e a demanda do outro. Tais demandas são atualizadas de diversas formas durante a vida do indivíduo, se constituindo enquanto

² A parcela não representativa da pulsão – libido, satisfação e desprazer – foi condensada no conceito de Gozo, por Lacan (Quinet, 2009).

atualizações do bebê que pede o seio e da mãe que pede as fezes do bebê. O dinheiro surge, portanto, como uma atualização também dessa demanda a partir de toda a sua origem, equivalência e representação.

Quinet (2009) nos remonta à libidinização do dinheiro ao longo da história da civilização lembrando que sempre foi possível a compra de serviços erotizados – prostituição e massagem – através do dinheiro. Nesse sentido, o entendimento de como o dinheiro é carregado por fatores sexuais é melhor representado nas atribuições que este recebe na clínica psicanalítica, também em sua condição de serviço, embora o lugar ocupado pelo analista no ato do pagamento se situe no oposto daqueles profissionais, pois nesse âmbito o dinheiro é atualizado como uma parte da pulsão que é cabível de ser representada.

Nesse âmbito, portanto, a libido, na acepção de vontade/desejo, é contabilizável. A psicanálise mostra essa condição de contabilização na medida em que imputa a um objeto determinado todo o seu direcionamento. A libido erotiza o objeto e se faz contabilizável. Dessa forma, na lógica do inconsciente, o dinheiro se situa na conjunção entre o que é passível de representação e aquilo que escapa a essa ordem, ou seja, no elo entre o que é significativo e aquilo que é energia libidinal, em que esta última embora seja quantitativa, não é captável (QUINET, 2009).

A libido, portanto, satisfaz parcialmente a pulsão através de sua própria transformação em formações do inconsciente, e é por este meio que permite que o sintoma (como formação do inconsciente) seja analisável, através do processo de ciframento dos conteúdos libidinais, para que a análise venha se constituir numa ferramenta de deciframento do sintoma. O sintoma é caro ao neurótico porque sua libido está investida nesse sintoma. Caro aqui aparece como o dinheiro ser permeado por fatores sexuais, sociais e de sobrevivência. O sintoma aparece como caro, e o caro se equivale ao dinheiro.

O benefício primário do sintoma consiste neste ser a capital da libido do sujeito. É onde a libido está investida, e por isso o sintoma se torna caro. A partir dessa libidinização do sintoma, o sujeito calcula que na resolução de um conflito mental, a doença é a fuga mais econômica para o conflito. Há sempre um ganho vantajoso em ficar doente. Há ainda o benefício secundário, em que o sujeito passa a se relacionar diferentemente com seu sintoma. Este, que inicialmente era visto como inoportuno, passa depois a representar o sujeito e a dar outros tipos de ganhos, como os ganhos pecuniários.

O dinheiro, destarte, está na análise como o ciframento capaz de amoedar a libido do sujeito. Capaz de simbolizar essa energia, de contabilizá-la. Analiticamente, a cifra representa "o montante das operações libidinais" (QUINET, 2009, p.76 e 77). Pagar na análise significa

não gozar mais do seu próprio sintoma. Pois, em vez de receber benefícios pecuniários, o sujeito agora precisa pagar pra se desfazer desse sintoma. E o dinheiro, o pagamento, só consegue fazer esse corte porque ele é capaz de amodar a libido, porque ele mesmo já serve como metonímia, como parte dessa libido, e como representação metafórica dela.

Assim, infere-se que o dinheiro parece adquirir um estatuto social supremo porque psiquicamente perpassa a ordem da necessidade e da demanda/desejo. Ao tempo em que se situa no campo representativo da pulsão, é também carregado pela parte quantitativa não representável, a libido, bem como perpassa a satisfação e o excesso desprazeroso.

Se o dinheiro se encontra na conjunção entre o representável e o que escapa, ele contém um fetiche não identificável (QUINET, 2009). O sujeito passa, portanto, a notar no dinheiro, de forma inconsciente, uma agregação daquilo que o move, seja no sentido de manter-se vivo biologicamente, seja na necessidade de relação com o outro. O humano detém a condição de ser em relação, é evolutivamente advindo da estada em grupos, e não sobrevive se não por esta comunhão. O dinheiro, dessa forma, é encantado por essa condição de necessidade e de sobrevivência em todos os aspectos do ser.

3.5 O Dinheiro como Promotor de Satisfação? Uma nota sobre a ambivalência

A partir da história do dinheiro, consegue-se compreender como este se tornou o unificador universal do comércio e, dessa forma, Smith (1996) nos aponta algumas normas que as pessoas observam no processo de troca de mercadorias por dinheiro. Essas regras determinam o valor que o dinheiro recebe e, ao se referir a *valor*, se deve considerar duas formas básicas com que essa palavra se apresenta: a primeira diz respeito ao *valor de uso* que determinado objeto tem, e a outra ao seu *valor de troca*. Exemplificando, a água possui um valor de uso maior que qualquer outra coisa, mas dificilmente alguém a aceitará em troca de outras mercadorias e, ao reverso, um diamante é pouco utilizado, mas com ele se pode trocar uma infinidade de outros bens. A água, portanto, tem um alto *valor de uso*, mas quase nenhum *valor de troca*, enquanto o contrário se observa ao diamante.

O dinheiro, nas relações econômicas, implica uma eterna busca na transformação da mercadoria em seu valor de troca para seu valor de uso. Uma mercadoria, para seu possuidor, não tem valor de uso efetivo, o possível valor de uso concerne somente na capacidade que a mercadoria detém de transmutar-se em meio de troca para algo que de fato detenha um valor

de uso para seu possuidor. Portanto, a transformação da mercadoria em dinheiro implica essa ilimitada busca de seu possuidor em algo que o satisfaça (MARX, 1996a).

A partir da lógica do dinheiro como elemento simbolizador que adquire caráter de fim, de muitos fins, sendo considerado *canal de satisfação* humana, e propiciador de tudo aquilo de que se possa ter necessidade, o dinheiro funciona por um princípio de generalização de função, fazendo-se valer da necessidade humana da teleologia (SIMMEL, 2009). Consecutivamente, é pela via do dinheiro que tudo se torna impessoal e equitativo, tornando-se simultaneamente vulgar e raro, visto que põe no mesmo patamar o que há de mais raro àquilo que tem em grande abundância (SIMMEL, 2009; SMITH, 1996).

O que é, para Freud, o conceito de equivalência simbólica senão um elo de representatividade capaz de equiparar elementos distintos na cadeia do inconsciente, que por similitudes de funções ou características semelhantes são considerados iguais, podendo facilmente substituir uns aos outros? Senão a capacidade de se desenhar por diferentes significantes, e ao mesmo tempo se manter uno? O dinheiro é o equivalente universal do comércio, assim, as fezes, representação direta do dinheiro na mais tenra infância, se situam dentro de uma série simbólica em que se enquadra nos objetos fálicos mais representativos.

O dinheiro já fora abordado como detentor da marca fálica através de sua função de instrumento de poder, simbolizado como propiciador de necessidade/demanda/desejo em que escamoteia a falta e mascara a castração. No entanto, não demora o desmascaramento de que a marca fálica se faz somente como uma impressão frívola, e este acaba por denunciar o ser cindido, pois mesmo no âmbito econômico, o dinheiro se faz finito.

A condição de ser o dinheiro limitado e escasso é a mesma que dá definição ao objeto de estudo das ciências econômicas – a alocação de recursos escassos, com o propósito de satisfazer diversas necessidades humanas, pois a escassez se faz presente em todas as sociedades e está relacionada ao conflito entre necessidades ilimitadas e recursos limitados (ALBERGONI, 2008; GONÇALVES E GUIMARÃES, 2011) – e, dessa forma, o dinheiro se fará escasso diante da realização de algum desejo, pois nunca o haverá em quantidade suficiente no mundo capaz de dar satisfação plena. O furo pulsional do sujeito, representado numa eterna busca por satisfação, é atualizado também na demanda eterna pelo dinheiro, uma vez que quanto mais abundante este se torna mais querido e mais desejado se faz proporcionalmente, nunca se furtando à satisfação.

A título de exemplificação, Teixeira e Couto (2010), analisando a cultura do consumo sob a ótica psicanalítica, problematizam sobre o capitalismo e apontam que a promessa de completude é enganosa, pontuam que "o sistema capitalista, agregado ao discurso científico,

alimenta seu modo de produção e funcionamento" (p.584) a partir de uma sensação nostálgica de completude, em que o sujeito entra num processo autista e se inercia a fim de reaver sua parte perdida, e com isso, recai no processo de rotatividade de produtos potencialmente descartáveis.

Há ainda uma ressalva na condição de satisfação plena ao se atentar para as formas de sublimação e suas negações nas transformações das necessidades implicadas pelo imediatismo proporcionado pelo dinheiro. A sublimação se constitui também como facilitadora da vida em sociedade, visto seu caráter dissipador da meta diretamente sexual das pulsões, sexualizando-as veladamente de forma que se tornem socialmente aceitas. Encontrada nas mais variadas formas de arte, literatura, ciência, dentre outras, a sublimação proporciona um retardo da satisfação das pulsões concernentes ao princípio do prazer, contrapondo-o ao princípio da realidade (PISANI, 2004).

Tal sujeição do humano primitivo às exigências pulsionais se dá pelo fato da regência do princípio do prazer se caracterizar pela existência de extrema excitação psíquica, a qual produz uma tensão permanente no psiquismo que pretende incessantemente evacuar a tensão sem, no entanto, obter êxito, causando um desprazer. O psiquismo requer a todo custo se livrar da tensão desprazerosa e trabalha sempre no sentido de dar vazão às tensões, revelando a busca incessante pelo prazer. Porém, em contrapartida, no momento em que se depara com as exigências do mundo externo, o humano compreende que a liberação do desprazer nem sempre se faz passível de realização imediata, necessitando adiar por certo tempo a obtenção do prazer, de acordo com as possibilidades que a realidade dispõe, regendo-se pelo princípio da realidade (FREUD, 1911/1996).

Nas configurações de aquisição excessiva das necessidades e do poder a que o dinheiro se faz promotor, há uma contramão da sublimação no retardo do princípio do prazer, sendo substituído por uma satisfação imediata das pulsões, proporcionando uma quebra também no princípio de realidade. A quebra se dá no sentido do adiamento da satisfação por meio da sublimação ser limitada através do que o dinheiro pode comprar (PISANI, 2004).

Se toda neurose tem por propósito alienar o humano da realidade que se apresenta insuportável (FREUD, 1911/1996), o dinheiro contém tal propriedade. Com a quebra ao princípio da realidade, o dinheiro traz o sentimento de satisfação imediata, no entanto, tendo em vista que o humano é constituído na ordem de um furo que não se pode saturar, uma vez que a fonte de prazer nunca se esgota, e que este é obtido somente de forma parcial (CABAS, 2010), as satisfações possibilitadas imediatamente pelo dinheiro se fazem também parciais, e

o dinheiro detém a propriedade de atender cada ilusão de demanda humana que, por sua vez, libera prazer, por mais elaboradas e complexas que sejam de se adquirir.

Nesse sentido, essa eterna busca por satisfação que o dinheiro apregoa, estimulando a aquisição de bens e serviços que supram a falta simbólica, denota ao mesmo tempo a ambivalência sempre sobreposta nas questões do ser. Os opostos e a duplicidade são inerentes, e Freud (1913a/1996) torna isso claro quando as identifica diretamente no trato com o dinheiro, ao pontuar que as pessoas geralmente lidam com este com incoerência (duplicidade), hipocrisia e falso moralismo e discorre sobre os últimos dois de forma a reajustar esses problemas na análise, mas não retorna à questão primeira da duplicidade, pois a considera intrínseca ao sujeito.

Nessa perspectiva, Freud (1908a/1996) identifica a questão da ambivalência nos assuntos relacionais ao dinheiro também em suas analogias com as fezes, em que estas se fazem equivalentes à moeda por um mecanismo de formação reativa na qual os opostos são comparados: aquilo que é mais imundo e o que é mais caro são, na cadeia simbólica inconsciente, identificados como de mesma ordem.

Na utilidade prática financeira, essa condição inerente de ambivalência torna-se também evidente no processo de entesouramento, em que o dinheiro estimula seus empossadores a absterem-se dos prazeres fugazes com a finalidade de ser multiplicado e com isso disponibilizar mais recursos à satisfação dos desejos, mas a condição de entesouramento se faz através da abstenção.

Marx (1996a) aponta que no início da circulação de mercadorias, o dinheiro era apenas o excedente transformado. Com o desenvolvimento da produção, as necessidades se renovam incessantemente, e são realizadas vendas sem compras, fazendo surgir, assim, os tesouros, e aumentando o poder e a cobiça pelo dinheiro através do desejo de manter a mercadoria como valor de troca ou o valor de troca como mercadoria. Dessa forma, explica que

O impulso para entesourar é por natureza sem limite. Qualitativamente ou segundo a sua forma, o dinheiro é ilimitado, isto é, representante geral da riqueza material, pois pode trocar-se diretamente por qualquer mercadoria. Porém, ao mesmo tempo, toda a soma efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, portanto também apenas meio de compra de eficácia limitada. Essa contradição entre a limitação quantitativa e o caráter qualitativamente ilimitado do dinheiro impulsiona incessantemente o entesourador ao trabalho de Sísifo da acumulação (MARX, 1996a, p.253).

O autor denota, dessa forma, a habilidade do dinheiro de fazer com que seu entesourador abdique dos prazeres da carne e pratique a abstenção, pois, para reter o dinheiro

é necessário impedir sua circulação e sua dissolução em artigos de consumo. O dinheiro passa então, a exaltar como virtudes a laboriosidade, poupança e avareza. A moeda “passa a ser um ativo que pode ser mantido como poder aquisitivo na forma pura, para ser gasto em alguma data futura indefinida, sendo assim uma forma de riqueza.” (VAL e LINHARES, 2008, p.96)

Dessa forma, o dinheiro em si mesmo utiliza da caracterização da marca fálica vendendo o sentido de completude e satisfação plena, ao passo que representa a impossibilidade de obtenção íntegra já no processo de aquisição, desvelando assim a falta implicada no desejo.

3.6 Raro e Vulgar: uma medida de valor para todas as coisas

Diz-se que uma das primeiras funções do dinheiro é fornecer às mercadorias o material para a expressão de valor, condição que o torna o equivalente universal do comércio, agregador dos valores de bens e serviços disponíveis, funcionando dessa forma como *medida de valor* (MARX, 1996a). A moeda então se torna a criação de uma unidade padrão capaz de agregar em si o valor expresso dos mais diversos produtos e serviços que antes possuíam um valor particular (LOPES, 1942). O dinheiro passa a deter essa função tornando-se uma forma de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias, que é o tempo de trabalho empregado. O meio de circulação imprime à mercadoria uma metamorfose. O processo de troca das mercadorias é um metabolismo social à medida que se transfere as mercadorias de alguém para quem elas não possuem um valor de uso para àqueles que a façam ter esse valor de uso. E então, quando ela chega ao patamar de possuir o valor de uso, sai do processo de intercâmbio para entrar no processo de consumo (MARX, 1996a).

Avaliando a origem e o uso do dinheiro, Smith (1996) diz que "Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida" (p.87). A partir da divisão social do trabalho, essa constatação é reformulada pelo pressuposto de que a quantidade de necessidades que se consegue produzir a partir do próprio trabalho diminui consideravelmente, e então, o homem será rico de acordo com a quantidade de trabalho alheio que for capaz de comprar.

O valor da mercadoria é, portanto, o valor do trabalho empregado. A medição universal do valor de troca das mercadorias é o trabalho, o incômodo que custa sua produção e aquisição. Nesse sentido, "o trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas. Não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo" (SMITH, 1996, p.87). No entanto, medir a

quantidade de trabalho diretamente de uma mercadoria é uma tarefa muito difícil. Torna-se mais eficaz, portanto, estimar o valor de troca de uma mercadoria pela quantidade de uma outra mercadoria e o dinheiro consegue admitir também essa medição. Facilita esse processo ao se tornar uma medida de valor universal. Dessa forma, o dinheiro adquire a posição de medição apurada do trabalho humano empregado nas mercadorias, pode ser concebido como força produtiva, adquire a dimensão de labuta.

Quando a mercadoria se metamorfoseia na materialização do trabalho humano ela o faz de forma indistinta. O trabalho humano torna-se indistinto, não há como ser diferenciado. E o dinheiro faz o mesmo com a mercadoria, não se reconhece nele a mercadoria que foi transmutada. Ao virar dinheiro, tudo se torna igual. O dinheiro adquire a característica da impessoalidade. O que se torna ainda mais convicto quando, ao transformar-se em dinheiro, não se sabe mais de que mãos a mercadoria veio, não se conhece mais a sua origem, e se desconhece até a própria mercadoria (MARX, 1996a).

Por ser o dinheiro a medida de valor de muitas coisas, ele contém então a propriedade de representar simultaneamente o *quantum* e o *quale* (SIMMEL, 2009). Nessa perspectiva, o dinheiro acaba por tornar a tudo indistinto e a partir de uma generalização de função – em que a inespecificidade das coisas intercambiáveis por dinheiro se faz como característica primordial – tornam-se também equiparáveis os elementos de difícil mensuração, apesar de suas dimensões abstratas. O dinheiro, então, a tudo pode comprar, desde a alimentação disponível nas prateleiras do supermercado, o serviço de transporte do qual a coletividade se utiliza, até os serviços de saúde e os de novas formas de subjetivação (DANTAS e TUPINAMBÁ, 2015).

Se atendo à importância da saúde do indivíduo como um campo indispensável de bem-estar no mundo, o dinheiro aparece como promotor da própria existência. Por saúde aqui se compreenda não somente a esfera biofisiológica, mas a que perpassa o nível da subjetividade, em que estas esferas se atrelam e se tornam vias de aferência na busca de um bom funcionamento frente às exigências do mundo e que condiz de um funcionamento do indivíduo que não se enquadra numa condição somente material, mas de um ser permeado por relações sociais, advindo dos efeitos da linguagem, que o coloca, portanto, na condição de sujeito.

O dinheiro retoma então sua atribuição de ocupar as esferas estruturais do ser, aquelas mesmo da ordem da necessidade, das relações sociais e dos impulsos sexuais constituintes. Dessa forma, a capacidade de transmutação do dinheiro naquilo que é de ordem distinta pode ser bem exemplificada em alguns exemplos que se seguem.

Como ponto de partida, pode-se aportar no imaginário social como o dinheiro é evidentemente indispensável para a promoção de saúde, a partir de uma situação encenada pela trama de Pluto, o deus do dinheiro (ARISTÓFANES, 1990), mencionada na introdução. Ao se dar conta de que a cidade estava tão à mercê da pobreza que não havia serviço de saúde sequer para curar o próprio deus da riqueza, Crêmilo lançou a pergunta asseverativa: “Que médico a gente vai encontrar agora na cidade? Onde não há dinheiro não há médicos.” (p. 13). Desta situação depreende-se que os serviços que se prestam mesmo em nome do bem-estar social se vinculam ao dinheiro, assim como é somente pela falta deste que aqueles mais pesados são também postos em prática. Se não há dinheiro, não há profissionais trabalhadores, não há manutenção de saúde, não há promoção de bem-estar. O dinheiro, deste modo, se equivale de forma veemente a todas as coisas que sua ausência constitui a falta, a impossibilidade de obtenção da coisa em si e deixa de dar suporte até mesmo às condições básicas de vida por se fazer ausente.

Nesse mesmo sentido, para além da esfera da necessidade e dos cuidados físicos para com o corpo privado, o dinheiro pode dar conta de cuidar das instâncias subjetivas, e sua ausência denota também a impossibilidade de uma reconfiguração no plano simbólico. O serviço clínico psicanalítico oferece a possibilidade ao sujeito em amoldar sua libido e livrar-se do sintoma, passando a ser hábil na resolução de conflitos entre as diferentes pulsões que demandam satisfação e ajuda o sujeito, dessa forma, a ressignificar sua posição subjetiva (BIRMAN, 2005). No entanto, o trato com o dinheiro na clínica, como já discutido, é uma questão de muitas polêmicas e produções para início e manutenção da análise (QUINET, 2009; FIGUEIREDO, 1997; MARTIN 1984/1997; NORONHA, 2007), sendo considerada até a desqualificação do serviço ante a ausência de pagamento (FREUD, 1926/1996; MARTIN 1984/1997), o que constata no mínimo a indispensabilidade das questões financeiras na prestação do serviço psicanalítico. Sem dinheiro, portanto, não se pode pensar na reconfiguração desse plano simbólico de forma competentemente acompanhada.

Numa discussão acerca das possibilidades da prática clínica psicanalítica em serviços públicos, e, portanto, “gratuitos” do ponto de vista de quem adquire, Figueiredo (1997) expõe atendimentos que, embora não mantenham o dinheiro diretamente como forma de pagamento, o ato de pagar está sempre implícito a depender dos casos em questão. Assim, o pagamento é capaz de metamorfosear-se, adquirindo formas mais inusitadas como o tempo, a perda de um dia de sessão, o curto período disponível com o analista, dentre outros idiossincráticos. Um exemplo notável e digno de ênfase para o entendimento do dinheiro enquanto medida de valor que torna a tudo indistinto é

sobre uma paciente que "tem câncer e não tem dinheiro... o câncer comeu o pouco dinheiro que tinha." Como solução inicial propõe o pagamento sob a forma de um presente, "o que ela quisesse, a seu gosto". O que resulta é que a paciente não suporta ter que escolher algo para presentear-lo a cada sessão, sob pena de não agradar, ter que pensar nele o tempo todo. Assim, ela propõe uma quantia pequena, porém pagável em dinheiro, para desvencilhar-se dos excessos da transferência (FIGUEIREDO, 1997, p.104).

O caso apresentado reflete a questão de forma avessa, pois indica uma angústia insuportável de ter que tornar o ato de pagamento transmutado sempre em algo que denote a relação, algo pessoal e intransferível. Pagar com a energia dispendida de lançar-se num presente a cada sessão é algo de uma esfera aflitiva, e o dinheiro permite a dissolução da pessoalidade imposta em cada ato. É preferível pagar em dinheiro, se tornando *impessoal* – mais uma característica elementar do dinheiro –, que mostrar de si e dispendir uma energia considerável a cada encontro.

Esses exemplos de equiparação indistinta dos elementos de ordem concreta a dimensões dificilmente passíveis de mensuração possibilitam uma articulação dessa função do dinheiro como medida de valor ao sujeito pulsional da psicanálise. É a partir da leitura do dinheiro como perpassado por fatores de autopreservação, obtenção de poder e pulsão sexual atribuídos por Freud que a empreitada se torna possível.

Se o dinheiro com função de medida de valor é capaz de atribuir valor a todas as coisas, isso implica dizer que ele põe no mesmo patamar de igualdade as três esferas da condição humana. Equipara aquilo que é da ordem da necessidade, o que é instância social e o que é pulsão sexual. Ao conseguir dimensionar essas três instâncias ele se torna supremo, pois é capaz de amoldar a constituição do ser. Da ordem da necessidade, ele é capaz de dispendir tudo o que o organismo precisa. No campo das relações sociais, o dinheiro só existe em função da linguagem e da troca, o que dá respaldo para a obtenção de poder e para a passagem da necessidade à demanda e ao desejo, desejo esse que implica a falta e ciclicamente leva o sujeito à busca pela satisfação, mas a satisfação, como já discutida, é somente uma forma de encantamento do dinheiro, nunca sendo capaz de efetivar-se plenamente, denunciando assim um engano.

Dessa forma, o dinheiro se situa também em sua atribuição de medida de valor como os pontos estruturais do ser, na barreira entre aquilo que é individual e social, bem como entre aquilo que é representável e inapreensível em termos pulsionais.

Seguindo a função de medida de valor, ao mesmo tempo em que o dinheiro torna-se vulgar por colocar em patamar de igualdade o *quantum* e o *quale* (SIMMEL, 2009), é sinônimo também de raridade pela mesma condição (SMITH, 1996). Aquilo que há de muito

valioso é reconhecido comercialmente quando se expressa em uma boa quantidade de dinheiro, sendo o oposto proporcionalmente verdadeiro.

O raro e o caro podem ser facilmente encontrados em analogias cotidianas. Mas, situando-se na psicanálise, pode-se retomar a preocupação de Freud (1918) em perder a qualidade da psicanálise ao vislumbrar a possibilidade das linhas de progresso da terapia psicanalítica. Considerando que mais cedo ou mais tarde a grande parcela da população atentar-se-á para o direito à saúde mental assim como o tem à saúde física, os atendimentos necessitariam ser expandidos aos serviços públicos e dessa forma poder-se-iam perder alguns fundamentos psicanalíticos elementares, tendo em vista as condições em que esses atendimentos seriam feitos. Nessa tessitura, Freud metaforiza sua preocupação afirmando que “é muito provável, também, que a aplicação em larga escala da nossa terapia nos force a fundir o ouro puro da análise livre com o cobre da sugestão direta” (p.181).

A expressão e a preocupação de Freud se fazem altamente eficazes na atribuição do dinheiro para a diferenciação entre aquilo que é raro e aquilo que é vulgar. E a equiparação pode ser vista sob dois pontos de análise. O primeiro concerne na preocupação em si, visto que Freud se ocupa da diminuição da *qualidade* do serviço ante a possibilidade dele se tornar abundante e por sua vez gratuito e/ou com pouco tempo disponível para dar conta da demanda necessária.

O segundo ponto condiz com a metaforização entre cobre-ouro-dinheiro utilizada por Freud. A análise livre, coisa rara e diferenciada proporcionada pela psicanálise, aparece como equivalente direta do ouro, aquilo que é precioso e é histórica e simbolicamente sinônimo de dinheiro. O cobre, por sua vez, de maior abundância na natureza, e por isso de menor preciosidade, se compara às terapias sugestionáveis.

Nessa mesma perspectiva, Freud (1913a/1996) aponta ainda que a doença é cara para o sujeito porque o preço de uma análise pode equivaler ao preço da doença, pois “nada na vida é tão caro quanto a doença – e a estupidez” (p.148). Dessa forma, a doença pode ser amedada pelo dinheiro. Este último, sendo capaz de comprar um serviço de psicanálise, é capaz de tornar a doença não propagável ou dirimir seus efeitos.

Quinet (2009) ainda nos dá o indicativo da articulação desse atributo do dinheiro pelas vias pulsionais ao lembrar, e simultaneamente fornecer mais um exemplo de analogia entre o dinheiro e o raro, que “Se o dinheiro serve para amedardar o capital da libido, o preço a ser pago para além do registro da necessidade não pode ser barateado” (p.89), pois a libido do sujeito é caríssima.

Retomando as pontuações dos poderosos fatores sexuais com que o dinheiro é investido, torna-se pertinente a interpretação do dinheiro como aquilo que é raro por ser libidinal. Por ser capaz de amoldar e contabilizar a libido do sujeito, visto que a libido é o que há de maior investimento pulsional não representativo e, portanto, do ponto de vista pulsional, dispende muita energia, tornando-se caro e absolutamente valioso para o sujeito.

As atribuições do dinheiro estudadas e analisadas do ponto de vista da psicanálise se atrelam indispensavelmente. Unem-se como em cadeia, mas não de forma linear. Se sobrepõem por diversas vias de acesso multilaterais. Ao tempo em que o dinheiro é capaz de ser uma medida de valor pra todas as coisas, independente da natureza dessas coisas, ele se faz indispensável para a condição do ser em si. Sem o dinheiro não há possibilidade de estruturação do indivíduo frente à sociedade erigida maquinalmente sob as ordens financeiras. Aqui, o dinheiro é uma medida de valor de todas as coisas, mas é elemento constituinte do ser, assim como o é na sua condição de “promotor de necessidades”.

3.7 Reificação do Trabalho Humano e a Transformação das Relações Sociais

Uma das características elementares do dinheiro é que ele vem servir como medida universal de valor porque é capaz de reificar o trabalho humano empregado nas mercadorias, sendo este a real medida de valor de todas as coisas (SMITH, 1996). Marx (1996a) tratou de elaborar o dinheiro – para além dos ditos já cientes, em sua qualidade de mercadoria universal – como detentor de uma performance que transforma as relações humanas em relações econômicas. Afirma que o dinheiro detém essa propriedade porque as mercadorias por si só não são passíveis de movimentação isolada, necessitam de pessoas que as reconheçam como mercadoria e que desejem reciprocamente realizar o processo de troca. Os possuidores de mercadorias precisam se reconhecer como proprietários privados, como representantes de mercadorias, como possuidores de mercadorias. Dessa forma, os personagens econômicos são personificações das relações econômicas. Possuidor e mercadoria se completam, e os sentidos que faltam à última para perceber até que ponto é vantajoso trocar-se por uma outra, o seu possuidor os detém.

Como Smith já havia direcionado, essa satisfação tem como ponto inicial de medida o trabalho humano empregado à mercadoria, em que o trabalho se conta somente à medida que a mercadoria se torna útil a outras pessoas. O processo de troca demonstra como o trabalho é empregado de forma útil, assim, a troca é um processo social, pois "apenas a ação

social pode fazer de uma mercadoria equivalente geral" (MARX, 1996a, p.211), e o dinheiro, portanto, eleito como mercadoria universal, é o equivalente geral detentor do aspecto social que permeia o processo de troca das mercadorias. O dinheiro agrega essa característica de relações humanas, do emprego do trabalho de forma social, detém como função “servir de forma de manifestação do valor das mercadorias ou de material, no qual as grandezas de valor das mercadorias se expressam socialmente” (p.212).

O dinheiro é mercadoria. Essa descoberta é elementar. Então, o que Marx mostra verdadeiramente é que o dinheiro é subsequentemente o reflexo em uma única mercadoria das relações de todas as outras mercadorias e dessa conjuntura decorre o fato de ser ele também a encarnação direta do trabalho humano, já que a mercadoria é a reificação das condições de produção social, ou dos produtos do trabalho humano. Portanto, para Marx, o enigma do fetiche do dinheiro é apenas a usurpação que o dinheiro faz – já que é unificador geral – do enigma fetiche da mercadoria, pois é “uma relação social definida entre os homens, que assume aos olhos deles a forma fantástica de uma relação entre as coisas” (MARX apud ZIZEK, 1996, p.308).

Assim, a condição do dinheiro como medida universal de valor dá aporte para várias outras atribuições suas. Ao ser a reificação do trabalho humano, e este ser a única medida de valor com a qual se pode comparar valores de diferentes mercadorias a qualquer tempo e lugar, o dinheiro se mostra como um espectro linear de valor, visto que os valores de mercadorias em formas específicas podem variar com o tempo, sendo muito valorosas em uma época e dispensáveis noutras. Dessa forma, a medição em dinheiro se tornou paulatinamente mais eficaz que a medição direta em trabalho (SMITH, 1996).

Já a partir dessa linearidade, pode-se aportar para o funcionamento do inconsciente, em que é atemporal e a realidade psíquica nunca perde o valor. Na lógica do inconsciente, portanto, a partir da série de equivalências simbólicas, as fezes, como equivalente direta e primitiva do dinheiro, se fazem como o objeto mais valioso de que o sujeito dispõe na infância, tão valioso que adquire o sentido de dádiva, tornando esse sentido expansivo de forma atemporal para o dinheiro no inconsciente. As fezes são ainda, fundamentalmente, produtos do trabalho da criança.

A partir dessas articulações iniciais entre o social e os produtos do inconsciente, pode-se atentar para a discussão de que se o real valor de uma mercadoria – e do dinheiro como equivalente geral – é o trabalho humano nele investido, essa propriedade mede-se mais adequadamente pelo tempo de trabalho nela empregado, ou seja, o que confere valor a um artigo é o tempo de trabalho necessário à sua produção. Nesse sentido, Goes (2008), dando

aporte também ao funcionamento do dinheiro que torna a tudo indistinto, o *quantum* e o *quali*, lembra que

A força de trabalho é negociada no mercado como qualquer mercadoria. Assim que ela tem valor de uso, valor de troca, e este valor é expresso em um equivalente que norteia a formação do preço dessa mercadoria, o salário. A força de trabalho é, diariamente, vendida e comprada, e seu consumo supõe uma temporalidade; então, ela é negociada por um certo período de tempo (GOES, 2008, p.173).

Nesse sentido, o sistema econômico de maior vigência, o capitalismo, tem por máxima mais adequada a expressão *tempo é dinheiro*. Contudo, a máxima de que tempo é dinheiro mascara o tempo de trabalho gasto pelo trabalhador que não é contabilizado, e que, por isso, não é pago. Esse tempo de trabalho não contabilizado, denunciado por Marx (1996a) sob a rubrica da mais-valia, delata algo que escapa, como um "a mais" na relação de trabalho/tempo/dinheiro (QUINET, 2009).

No imaginário social, o dinheiro é o objeto privilegiado da posse, pois escamoteia a castração e aparenta ser trocado por tudo. No entanto, quando se entra em jogo a discussão da mais-valia como o tempo de trabalho roubado, que não é pago, o que na verdade torna-se explícito é que o dinheiro é verdadeiramente uma falta. Uma falta de satisfação mútua, de via dupla, onde o objeto da troca se faz de um lado como aquilo que o vendedor pode, mas não quer usufruir, pois seu valor de uso não o satisfaz, e do outro lado, explana aquilo que o comprador quer, mas não pode desfrutar porque o valor de uso lhe escapa por não ter o objeto (QUINET, 2009).

Nessa elaboração, o que se observa em tempos atuais é a passagem de uma sociedade de produtores para a sociedade de consumidores, em que nesta, a presentificação da transformação das relações sociais em relações mercadológicas se torna visivelmente efetiva. Na sociedade de consumidores, a própria visão de si torna-se ponderada pela visão de mercado, em que pese a propaganda para fazer vender a si como produto de boa qualidade no mercado. Os seres "são, ao mesmo tempo, os promotores *das mercadorias* e *as mercadorias que promovem*. São, simultaneamente, o produto e seus agentes de marketing, os bens e seus vendedores." (BAUMAN, 2008, p.13).

Enquanto produtos a serem vendidos, os indivíduos são estimulados instantaneamente a exigir mais de si no sentido de desligar-se das amarrações relacionais, onde no mercado de trabalho potencial o "empregado ideal seria uma pessoa sem vínculos, compromissos ou ligações emocionais anteriores, e que evite estabelecê-los agora" (BAUMAN, 2008, p.18), o mercado de trabalho, no entanto, é mais um tipo de mercado,

como o próprio nome sugere, e é, portanto, regido pelas mesmas regras: os trabalhadores são produtos.

Afora as relações trabalhistas com exigências cada vez mais profícuas e reificadoras, outra esfera da relação humana surge no cenário de transformação em que a sociedade de consumidores engendra suas raízes de consumismo. A esfera romântico-amorosa, assim como as de amizade são também postas à prateleira nas diversas redes sociais e sites de relacionamentos, mas são postas sob a mesma égide de segurança, amabilidade e liberdade que os produtos oferecidos. O grande entrave se situa na constatação de que na sociedade de consumidores, em que as relações são transformadas em relações econômicas, os sujeitos se põem a propagandear sobre si como objetos, no entanto, por sua natureza, não são capazes de preencher a submissão e passividade totais requisitadas na atribuição do que seja um Objeto. Denota, dessa forma, uma ambivalência constante (BAUMAN, 2008).

Contrariamente às leis de facilidade do mercado, as relações sociais não prometem felicidade gratuita, pois lidam com desejos e inclinações dos diversos agentes. Na sociedade do consumo fica mascarada essa condição, assim como Marx (1996a) denunciou o mascaramento do fetichismo da mercadoria como o trabalho humano empregado, em que as mercadorias aparentemente se destituem de sua condição de trabalho humano social com aplicação de tempo e energia, e se mostram como objetos submissos colocando os compradores no desempenho do papel de sujeitos.

A soberania do consumidor, ao contrário do que propaga sua sociedade, tem seu limite alcançado no encontro entre seres humanos, em que são dotados de sentidos que ouvem, escutam, se põem e necessitam do outro com características humanas também para entrar em relação. Zizek (1996) lembra que o dinheiro é apenas

uma materialização de uma rede de relações sociais – o fato de ele funcionar como equivalente universal de todas as mercadorias é condicionado por sua posição na trama das relações sociais [...] Aqui, tocamos no clássico tema marxista da ‘reificação’: por trás das coisas, da relação entre as coisas, devemos identificar as relações sociais, as relações entre os sujeitos humanos (ZIZEK, 1996, p.314).

Dessa forma, assim como o fetichismo da mercadoria, o fetichismo da subjetividade baseia-se numa mentira, numa ilusão, e "ambas as variações tropeçam e caem diante do mesmo obstáculo: a teimosia do sujeito humano, que resiste bravamente às repetidas tentativas de objetificá-lo" (BAUMAN, 2008, p.30).

A condição do dinheiro enquanto modificador do eixo relacional humano, em que pese a alocação do sujeito no lugar de objeto, parece apontar no impasse maior da sensação de

bem-estar do humano para com o dinheiro. Essa condição acaba por denunciar, tudo em nível que foge à consciência, uma objetificação do ser que não se faz cabível em sua existência. O sujeito psicanalítico discutido permanentemente em cada atribuição do capítulo é da ordem da demanda, da ordem do desejo em que não se suporta saturação e completude.

A esfera concernente às relações humanas indica, para além das pulsões de vida, a existência de pulsões conservativas – ou agressivas – e abrem o caminho para uma interpretação da dominação, terror e exploração existente como característica intrínseca ao dinheiro nas mais diversas épocas, nos diferentes tipos de sociedades e nos já experimentados modos de produção.

Considerando a importância com que essa atribuição do dinheiro se apresenta, o capítulo seguinte tratará de articular a psicanálise freudiana a essa condição. Entretanto, em guisa de consideração final sobre o discutido neste capítulo, uma última atribuição do dinheiro parece condensar o que foi até aqui proposto: a função de ser um *meio de circulação*.

Embora investido da condição de indistinção promovida por todo o processo histórico e econômico, em que o dinheiro torna a tudo indistinto, desde o trabalho humano quando transformado em mercadoria, até as mercadorias quando homogeneizadas em dinheiro, este, enquanto meio circulante, se eterniza. O dinheiro torna tudo indistinto, mas ao final do processo é sempre ele que está em jogo. Não desaparece na ação final de troca e segue o fluxo permanente das mediações. Produz-se e se reproduz constantemente como mediador da circulação de mercadorias (MARX, 1996a).

Mas, do ponto de vista pulsional, qual propriedade detém o dinheiro que lhe dá condição de se eternizar para além do inconstante contexto social?

Freud nos indica o caminho sempre a partir de sua constatação de ser o dinheiro embebecido por fatores de autopreservação, obtenção de poder e sexualização. O dinheiro como meio de circulação indica que a sexualização é também o que permeia as relações. É meio de circulação eternizável porque detém a libido em si. A sexualidade, amoedada na libido no caso do dinheiro, é para Freud o que está presente em todos os atos dos seres humanos, ao lado das pulsões de autoconservação, ao lado das relações sociais de poder. O dinheiro, portanto, se eterniza pela sua condição de agregar as três esferas pelas quais o ser humano é permeado. Da mesma forma em que o amoedamento da libido e da própria constituição humana se faz como via de eternização do dinheiro – assim como o faz canal de satisfação parcial humana, como promotor de necessidades, como medida de valor de todas as coisas e as atribuições até aqui estudadas –, esse amoedamento torna-se também o maior empecilho do dinheiro frente à lida social beneficentemente hegemônica. O dinheiro, por se

metaforizar no ciframento da estrutura psíquica humana, se institui de uma carga condensada, e esbarra na inquietude da existência, na oposição de objetificação e na teimosia frente a tentativa qualquer de limitação.

Nesse sentido, o próximo capítulo tratará da articulação direta entre o sujeito pulsional aqui trabalhado – aliado à outra categoria de pulsões que, pareadas com as sexuais, o constituem – e o reconhecimento consensual entre os estudiosos da economia de estar o dinheiro atrelado original e permanentemente a um cenário de luta e exploração de uns seres sobre os outros.

4 O SUJEITO PSICANALÍTICO FRENTE À ETERNA LUTA DE CLASSES

Como embebecido por uma capacidade estruturante, o dinheiro é um elemento constitutivo da relação entre o indivíduo e a sociedade, e não se faz somente como um instrumento de intermediação. Indissociavelmente, tal qual a díade indivíduo/sociedade, o dinheiro não pode ser separado em instâncias puramente econômico-operacional e racional, pois se constitui como parte integrante da subjetividade.

Perpassar instâncias constitutivas como as de autopreservação, as sociais e as sexuais põe o dinheiro como condensador da própria condição de existência do ser. O dinheiro é capaz de amoedar a libido, de escamotear a castração, de suplantar a falta, ainda que por meio de uma satisfação dissimulada. Diante de tantos atributos caros ao sujeito, o dinheiro se apresenta dadivoso e repleto de predicados onerosos. No entanto, ao adentrar no âmbito das relações humanas, já se faz possível constatar que o dinheiro começa a aderir também características não glorificantes, com imposições de objetificação daquilo que não se dispõe a esse propósito.

Com a evolução do dinheiro através da história, ficou estabelecido seu surgimento como mercadoria central, concentrando o valor de todas as demandas da vida humana diária, e aquilo que se entendia por necessidades básicas foi adquirindo conotações cadenciadamente mais elaboradas. Mas um tratado sobre o dinheiro denuncia também um elo inseparável entre o equivalente universal e um cenário constante de luta e exploração de uns seres sobre os outros.

Economistas e estudiosos pontuam invariavelmente uma obscuridade na relação entre o dinheiro e as sociedades civilizadas. Como visto, Marx e Engels (1848/1999) afirmam que a história das sociedades até então existentes foi uma história de luta de classes. Galbraith (1997) pontua que é indiscutível a utilização de vias bizarras e pervertidas para se ter acesso ao dinheiro no decorrer da história. Keynes (1973/1996) aponta que a desigual e arbitrária distribuição da riqueza e das rendas é o principal defeito do sistema econômico vigente.

Marx e Engels (1848/1999) condensam sua assertiva num parágrafo, afirmando que

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes de luta.

[...] a nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe (MARX e ENGELS, 1848/1999, p.7-8).

Independente das discussões político-econômicas acerca das possibilidades de desenlaces dos sistemas econômicos, o fato é que, invariavelmente, nas discussões realizadas pelas teorias econômicas sobre a história, origem, evolução e vigência do dinheiro, este se encontra estritamente vinculado à usurpação de força, à dominação humana, desigualdade e injustiça. Embora os estilos de vida dos povos primitivos seja motivo de controvérsia quanto aos modos de produção com inexistência da luta de classes, o fato é que, a partir do momento em que se tem a entrada em cena do dinheiro como meio de troca, todas as sociedades existentes se lançaram para a materialização da dominação e da exploração humana como forma de controle (BERNOIT, 1998). É por meio do dinheiro, portanto, que vidas são mensuradas e postas em predileção em detrimento de outras, assim como são decididas acerca de sua importância e viabilidade de existência (VIANA, 2002).

Nesse sentido, na análise do dinheiro sob um ponto de vista psíquico, este se apresentou até então como estruturante no psiquismo humano por sua condição limítrofe entre o social e o individual, entre o que é da ordem da necessidade à demanda e ao desejo, entre ser o objeto condensador que amolda as instâncias estruturantes como as de ordem sexual, relacional e autopreservativas. O que o faz, portanto, inerente a um cenário social de horror e opressão?

Marx (1996b), com seu materialismo histórico dialético, implicou que a existência social dos homens é que lhes determina a consciência, e não a consciência que determina a existência. Nesse sentido, o homem existe socialmente através das relações sociais que estabelece entre si, as quais estão diretamente implicadas às forças produtivas, e estas instituem as relações de produção. Em certo sentido, as relações sociais são produzidas a partir das transformações e manuseio dos meios de produção, em sua evolução e desenvolvimento, em que os sujeitos se constituem então como direcionados pelas relações de produção. É na alocação das relações sociais enquanto relações de produção que as relações humanas se transformam em relações econômicas. Na formação social e nas relações estabelecidas, os indivíduos são como suportes de funções já também determinadas e fixadas pelas relações de lutas de classes.

A partir da concepção de constituição dos sujeitos ante uma permanente luta de classes, Marx desvelou imperiosamente uma quebra na lógica do ser humano regido pela consciência de si, em que a ideologia dominante que tem o idealismo como cerne é aquebrantado em seu ponto fraco (ALTHUSSER, 1985). Na mesma perspectiva, estudiosos das ciências econômicas que fogem à tradição clássica (FERGUNSON, 2007; GALBRAITH, 1997; KEYNES, 1984), preocupados e atentos às questões de motivações humanas, indicam

também o reconhecimento de motivações determinantes nos sujeitos para além daquelas racionais.

Ferguson (2007) aponta que, contrário às teorias econômicas que põe o dinheiro como motor da história, há outras tendências humanas que se antecipam, mas se camuflam na forma monetária. Atenta para o fato de que as transições entre os sistemas e modos de produção das sociedades se dão em nome de uma igualdade e liberdade entre os povos, mas que a cada estabelecimento do aparelho econômico o que ressurgia era o individualismo e a opressão. Percebendo, então, uma correspondência direta entre o poderio militar e o financeiro, mas que quase nunca a guerra – sempre acionada em nome de motivos econômicos – se faz na saída econômica mais rentável, o autor se dá conta de que agressividade humana e os assuntos financeiros se conduzem num fio inseparável. Nas fases mais importantes da história, os humanos deixam de lado o interesse econômico propriamente dito e agem em prol de instintos mais primitivos, como o de copular, destruir e vadiar.

Keynes (1984), na mesma perspectiva, analisa o dinheiro também como meio prático que dá vazão à energia agressiva dos humanos. Aponta que sem guerras ou grandes reviravoltas políticas o problema econômico do mundo pode ser resolvido, mas uma vez efetivado, a natureza humana – conflitiva desde o reino biológico – não terá como colocar em prática a sua luta essencial pela subsistência.

Dessa forma, a psicanálise de Freud, que traz consigo energicamente o rompimento da visão de um sujeito movido pela consciência, escancara a movimentação do ser inconsciente. No entanto, paradoxalmente, o dinheiro vem apresentar um lado obscuro quando se implica veementemente nas relações sociais, mas a condição inicial do sujeito psicanalítico é aquela mesma que concerne em considerá-lo prioritária e eminentemente como um ser de relação. O sujeito que depende do outro para sobreviver desde o nascimento até os últimos lampejos de vida. O sujeito psicanalítico é um sujeito referido ao outro, sempre na relação do desejo inconsciente, em que a pulsão denota uma cisão e uma eterna busca pela satisfação plena inatingível.

No entanto, como não podia deixar de ser, o sujeito em questão é também marcado por antagonismos, ambivalências e dualidades, pontos estes que não se fizeram tão eminentes na análise do dinheiro até agora percorrida, e são esses antagonismos, portanto, que parecem se unir com as concepções e observações feitas pelos eminentes estudiosos das ciências econômicas. É a partir dos antagonismos do sujeito implícito na obra freudiana que a análise das relações trespassadas pelo dinheiro pode ser também elucidada.

4.1 Édipo: antagonismos e ambivalência

A ambivalência posta na implicação do dinheiro quando transformador das relações sociais pode ser iniciada a partir da ênfase neste aspecto do sujeito psicanalítico. A obra freudiana aparece invariavelmente como uma dinâmica de opostos: o aparelho mental contém estruturas conscientes, mas é regido pelo inconsciente; há as forças herdadas, as determinadas em contraponto às adquiridas; os processos primários e secundários; assim como uma realidade interna, psíquica e aquela externa; a topologia do Ego, Id e Superego; o princípio do prazer e o princípio de realidade (MARCUSE, 1975).

A construção dualista permeia o desenvolvimento da obra também nos diferentes estágios de desenvolvimento, pois no estágio inicial, a teoria se ergueu “em torno do antagonismo entre os instintos do sexo (libidinais) e do ego (autopreservação); no derradeiro estágio, concentrou-se no conflito entre os instintos de vida (Eros) e o instinto de morte” (MARCUSE, 1975, p.41).

No entanto, a sexualidade na obra freudiana se fez como ponto central, conservando “o seu lugar predominante na estrutura instintiva” (MARCUSE, 1975, p.41), e Freud, para além de seus ditos técnicos e preocupados com a seriedade e cientificidade da psicanálise, se utilizou permanentemente de artifícios como os mitos de forma a simbolizar as origens e preencher lacunas de difícil explicação por vias conceituais (WINOGRAD e MENDES, 2012). A sexualidade, nessa perspectiva, como ponto predominante na obra freudiana, não podia escapar à via da simbolização e foi tratada através de um mito fundador. Vem representada por uma homologia mitológica catastrófica, traçando a linha de ambivalência e conflito, fincada sob a estória do errante Édipo, o qual advém de uma linhagem amaldiçoada.

Freud viu em Édipo o protótipo do ser. O complexo daí formulado é a representação inconsciente da conflitiva sexual humana, em que universalmente se exprime o desejo sexual e amoroso pelo genitor do sexo oposto e uma hostilidade para com aquele do mesmo sexo (ROUDINESCO e PLON, 1998). Neste ponto se encontra mais uma ambivalência constituinte, mas, para além das oposições já existentes na própria história edipiana, uma retomada da linhagem da qual Édipo (SÓFOCLES, 2002) descende e antecede enfatiza a existência de forças destrutivas ao lado das passionais e afetuosas.

Édipo é da linhagem de Cadmo, fundador de Tebas, que tem sua linhagem amaldiçoada por matar um dragão de Ares exatamente na fundação da cidade. O neto de Cadmo, Labdaco, proíbe o culto a Dionísio por descontentamento à maldição empregada à sua família e, por sua vez, é destruído. Por ser ainda uma criança, o filho de Labdaco, Laio,

não pode tomar posse do trono que é entregue a seu tio. No entanto, esse tio é assassinado e Laio foge, refugiando-se na Élide, junto ao Rei Pélope. Mas Laio e o filho de Pélope, Crisipo, apaixonam-se e, diante o descobrimento de Pélope, Crisipo suicida-se. Ao tomar conhecimento da notícia, Pélope amaldiçoa Laio e todos os seus descendentes.

Retornando a Tebas, Laio casa-se com Jocasta e então nasce o filho, Édipo. Mas, o oráculo anuncia a maldição ainda vigente: Laio será assassinado pelo próprio filho e este desposará a mãe. Laio, então, decide dar fim à vida de Édipo para evitar que a maldição se cumpra, e entrega-o a um criado para que o abandone na montanha. O criado descumpra a ordem e não dá fim à vida do menino, entrega-o a Corinto, pelo qual Édipo é criado como rei. Depois de crescido, Édipo desconfia sobre ser filho ilegítimo de Corinto, e consultando o oráculo acerca de sua linhagem, descobre a maldição que lhe está destinada. Sem descobrir que Corinto não é seu pai, Édipo foge com medo da profecia, e na estrada a caminho de Tebas, tem uma desavença com um cocheiro e seu senhor e Édipo decide matar a ambos, e segue, então, seu caminho sem saber que metade do seu destino acabara de se cumprir.

Em Tebas reinava o medo, pois a cidade vivia acossada por um monstro – a Esfinge, metade mulher e metade leão – que lançava desafios enigmáticos aos viajantes, e como estes não sabiam decifrá-los, os devorava. A tantos o desafio fora lançado e tantas mortes ocorridas em nome da cidade que Creonte, governante de Tebas, propôs o duplo prêmio a quem conseguisse decifrar o enigma e matar a Esfinge: o reinado da cidade e a mão de Jocasta, a rainha viúva. Como passante, cabe a Édipo o enigma da existência lançado: "qual é o animal que, ao amanhecer, tem quatro pernas, ao meio-dia, duas pernas e ao entardecer, três"? Édipo responde que é o homem, pois, na infância engatinha sobre mãos e pés, na idade adulta anda sobre as duas pernas, e na velhice recorre ao uso da bengala. Assim, Édipo decifra o enigma e mata a Esfinge tomando seu posto de Rei de Tebas e a mão da rainha Jocasta. Sem saber que seu destino acabara de se cumprir, Édipo tem quatro filhos com a mãe: Etéocles, Polinices, Ismene e Antígona.

Uma peste misteriosa se abate sobre Tebas e o oráculo é consultado a respeito. O motivo da ira divina se dá pelo fato da cidade hospedar em seu seio o assassino do Rei Laio. O próprio Édipo, portanto, incita a cidade contra o assassino e amaldiçoa novamente a linhagem deste, sem saber que é a ele próprio quem está amaldiçoando.

Descobre-se que o culpado é o próprio Édipo, que percebe, juntando as peças do quebra cabeça, o cumprimento do seu destino previsto pelo oráculo. Jocasta é a primeira a compreender a trama e, sem poder suportar, suicida-se. Édipo horrorizado cega os dois olhos e se exila de Tebas cumprindo a sentença proferida por si mesmo. Antes de partir, amaldiçoa

os filhos homens que lhe são hostis ante os acontecimentos predizendo que um irmão matará o outro, e segue seu rumo acompanhado por Antígona.

Os irmãos, para evitar que a maldição rogada por Édipo se cumprisse, decidem governar alternadamente, mas Eteócles não cumpre o trato quando Polinices volta para governar, e então um irmão mata o outro, cumprindo o destino proposto por Édipo.

A linhagem termina com o assassinato de Antígona pelo próprio tio Creonte, pois este havia decretado que somente Eteócles poderia receber as honras fúnebres, visto que Polinices, na negativa de retomada do trono por Eteócles, cercou e atacou Tebas com o exército. Antígona não respeita o decreto e é sentenciada à morte na tentativa de honrar a morte do irmão.

Desde o tataravô até os filhos de Édipo, uma maldição é repassada de geração a geração em que é cumprida como destino a partir da tentativa de fuga da própria maldição. Apesar de representar a estrutura do que há de trágico, irremediável e humano no enigma da existência, Freud o utiliza também como forma de pontuar um caráter determinista, mas que não se impõe de fora para dentro, não se impõe passivamente sem que seja de fato efetivada. Édipo e os seus não podem fugir ao seu destino, mas o destino não se confirma sem um ato daqueles que o dispõe (GOES, 2008).

O sujeito da psicanálise guarda também essas marcas da tragédia mitológica. Além de ser responsável por seus próprios atos, ainda que estes venham da ordem do inconsciente, agrega em si pulsões agressivas, amorosas, destrutivas, passionais, assassinas, em suma, ambivalentes. Através de Édipo subscreve-se “a operação na qual o desejo humano se articula” (GOES, 2008, p.20).

Ora, se é um sujeito diametralmente ambivalente e conflitivo que se mostra como estruturante, não há motivo para espanto em se verificar que ao lado de poderosos fatores de autopreservação, sociais e sexuais, o dinheiro se apresente também como marcado por um histórico de guerra, dominação e exploração humana. Mas, do ponto de vista pulsional, os antagonismos e os impasses do sujeito frente às relações permeadas pelo dinheiro ainda são insipientes. É, portanto, a partir da retomada dos atributos histórico-econômicos que se pode reiniciar a investigação.

4.2 Valor de Troca x Valor de Uso: entre a dívida simbólica e a onipotência narcísica

Ao levantar questões sobre o sujeito, ficou reconhecido seu estabelecimento como sendo um ser clivado, em que esta característica é estrutural, e não uma exceção. É figurado

como fundamentalmente desarmônico e dependente do reconhecimento do outro para a constituição de si. O dinheiro, por sua vez, é eminentemente advindo da troca comunitária, e no contexto da subjetividade, sua inscrição se dá exatamente pelo processo de dívida simbólica e reconhecimento do outro como causa da própria existência. É aí que se inscreve a representação simbólica do dinheiro da transcendência do eixo da necessidade para a demanda e o desejo. Isso implica dizer que se o desejo fundamental do sujeito é o desejo de reconhecimento, o sujeito psicanalítico é impossível de se firmar puramente sob a ótica da autossuficiência e do narcisismo.

Portanto, se o dinheiro se dá como principal via de troca entre os membros das sociedades mercadológicas, ele ganha um importante estatuto simbólico, visto que implica o reconhecimento mútuo entre os sujeitos. Mas devemos sublinhar que até então a moeda foi tomada tão somente por seu valor de troca, por suas características de facilidade, como meio eterno de circulação e outros atributos que dão um reconhecido lugar ao outro.

Há, no entanto, uma condição do dinheiro que se contrapõe à sua essência de troca: a de ser o equivalente universal e deter em si o *valor de uso* de todas as mercadorias. Para Marx (1996a) “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (p.45). Aquela coisa externa que serve para satisfazer necessidades humanas de qualquer espécie tem sua serventia em nível particular, e é somente através dessa condição de satisfação das necessidades privadas que as mercadorias passam a deter um *valor de troca*. O dinheiro, nessa condição, como equivalente universal de mercadorias, passa por um processo de condensação desses valores atribuídos, e acaba por se usurpar de uma ótica de se ter fim, quando na verdade se constitui em meio para se atingir fins específicos.

Portanto, quando o dinheiro retoma esse valor de uso exclusivamente, ele se destitui de sua habilidade de reconhecimento do outro e passa a representar uma individuação, em que a posse do dinheiro por si só se faz capaz de corresponder à ilusória onipotência narcísica do sujeito. Através do valor de uso evidenciado no dinheiro, o sujeito esquece a dívida simbólica que o constitui, o que demanda uma mudança radical na sua estrutura devido à transgressão simbólica do papel do dinheiro como meio de troca (BIRMAN, 1993).

No simbólico, assim como no papel social, o dinheiro desliza sobre dois polos distintos, que definem e requerem economias libidinais diferentes. Se embutido do valor de troca o dinheiro perpassa o reconhecimento do outro e, por conseguinte, o reconhecimento de si, isso o põe como intermediário direto da própria existência do ser. No entanto, enquanto valor de uso, o polo que se enaltece é a falta-a-ter, é o dinheiro que nega a castração que se evidencia (BIRMAN, 1993).

No polo exclusivo do valor de uso, o que está em jogo é o quanto de si o dinheiro pode elucidar, destacando o caráter perverso e narcísico da subjetividade, em que prescinde do outro e não se reconhece pelo que poderia ser, mas pelo que poderia ter. Nesse sentido, se é o caráter perverso e o narcisismo que se tornam onipotentes na aparição do dinheiro absorto de valor de uso, devem-se considerar tais elementos também constituintes do ser até então não abordados diretamente.

Como já sabido, a teoria psicanalítica mantém a sexualidade como o centro desde sua gênese, e não seria diferente o entrelace sobre o narcisismo e a perversão encontrados no valor de uso atribuído ao dinheiro. Freud (1905/1996) nos indica que traços perversos podem ser encontrados não só na estrutura que lhe é designada, mas nas demais, e com alcance permanente durante a vida. Coloca que a perversão é o negativo da neurose, e "o perverso seria tudo aquilo que o neurótico almeja ser mas não encontra permissão para tal" (FERRAZ, 2010, p.33).

Levando em conta o passeio pelos diferentes polos libidinais que o sujeito pode adotar na lida com o dinheiro, isso recai também sobre o trânsito entre o reconhecimento do outro e a negativa dessa condição, em que se anuncia um caráter mais perverso. A transição se faz possível mediante os anseios da sexualidade. Freud (1905/1996) constatou que as fantasias pré-genitais – as quais denominou de fantasias perversas – coexistem nas estruturas psíquicas possíveis, porém, o papel vai se distinguir de acordo com os mecanismos infantis de lida com a ameaça de castração, aquela implicada no complexo edípico, em que o mecanismo atuante na estrutura perversa é o da *recusa* da castração, e dessa forma, o perverso põe em prática as suas fantasias pré-genitais porque recusou essa condição, enquanto o neurótico não as põe devido a esse empecilho imponente.

Dessa forma, é conciso então que nos valores adotados pelo dinheiro, o sujeito se apresente ora no polo de reconhecimento da dívida simbólica, com a marca da castração, em que o outro existe e se faz essencial no seu campo de reconhecimento, e ora como perverso, na atribuição do valor de uso, negando toda a condição de qualquer necessidade para além de si. No valor de uso, portanto, a característica perversa torna-se bem evidenciada através da utilização dos objetos disponíveis da forma mais intensa, sendo a objetificação a maior característica dessa prevalência perversa. É no valor de uso que o outro, por não apresentar-se como constituinte, é objetificado e o dinheiro passa a promover a supremacia de si em detrimento de qualquer “objeto”. O dinheiro sobrevém denotar uma exploração do outro uma vez que a falta deste não constitui ameaça à própria vida. Nessa atribuição, o que fica em primazia é o prazer.

Considerando que mesmo na estrutura de reconhecimento do outro como condição própria da existência há o desejo latente de realização das fantasias libidinais perversas, em que estas são recalcadas, mas o desejo continua latente, conjectura-se que nas polarizações entre o valor de troca e o valor de uso há “uma atitude que se ajusta ao desejo e outra que se ajusta à realidade” (FERRAZ, 2010, p.46).

Nesse contexto, há de se retornar à elaboração do dinheiro como um instrumento de poder, em que a partir da disponibilidade de aquisição de qualquer bem ou serviço se tem a ilusão de não correr o risco na onipotência fálica, de não ser castrado. Os objetos disponíveis pelo mercado e adquiríveis pelo dinheiro, no contexto da perversão em que nega a castração, podem se apresentar como aqueles analisados por Freud como embebecidos do fetichismo, em que o fetiche vem surgir como um substituto do pênis materno, aquele "em cuja existência o menino acreditou um dia, até deparar-se com a realidade da castração. Aquela crença na universalidade do pênis não pode, no entanto, ser assim tão facilmente abandonada, ainda que uma percepção real a desminta." (FERRAZ, 2010, p.44). O fetiche, dessa forma, torna-se o triunfo sobre a ameaça da castração. No dinheiro no polo exclusivo do valor de uso, é esse triunfo que fica evidenciado.

É no mesmo sentido de mascaramento, de ocultação do funcionamento das coisas que “no marxismo, o fetiche oculta a rede positiva de relações sociais, ao passo que, em Freud, o fetiche oculta a falta (‘castração’) em torno da qual se articula a rede simbólica” (ZIZEK, 1996, p.327). Se em Freud, a atitude perversa ante o valor de uso do dinheiro é como advindo de uma "regressão a um estágio libidinal sádico, localizado entre o narcisismo e o amor de objeto" (FERRAZ, 2010, p.46), o fetichismo nas relações sociais parece então deter um nome mais apropriado como as relações de dominação e servidão entre as pessoas, em que, na sociedade burguesa capitalista, essas relações de servidão e dominação são recalcadas e tudo se passa em nome de uma liberdade dos sujeitos (ZIZEK, 1996). Como forma de expressão desse retorno das perversões em pequena quantidade ao longo da vida, em que no uso do dinheiro há atitudes de retorno a si próprio, o conceito de narcisismo pode esclarecer a ocorrência à luz das pulsões.

Freud (1914/1996) elabora o narcisismo como uma etapa fundamental do desenvolvimento humano sexual, na qual o indivíduo toma a si mesmo como objeto de amor, sendo as demais formas de laço social derivadas deste. Na diferenciação do Eu com o mundo externo, unindo-se a experiência de sensações internas inesgotáveis que necessitam da evacuação para obtenção de prazer, o humano toma a si mesmo como objeto de satisfação dessas necessidades.

De certo modo, o narcisismo pode ser atribuído a todo ser humano, sendo um “complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação” (FREUD, 1914/1996, p.81), assim como as perversões, que existem como estrutura, mas também se dispersam nas demais categorias. No entanto, quando tomado às últimas consequências de ater-se somente a si como objeto sexual, Freud põe o narcisismo no mesmo patamar das perversões, o que ajuda a fazer um paralelo entre o narcisismo e o valor de uso atribuído ao dinheiro.

Freud (1913/1996) afirma que “um ser humano permanece narcisista em certa medida mesmo depois de ter encontrado objetos externos para a sua libido” (p.99). Assim, no humano civilizado, o narcisismo toma formas secundárias a partir do abandono de si enquanto objeto de amor para a escolha de objetos externos, no entanto, estes últimos carregam consigo aspectos do narcisismo primário, o qual necessitou ser liberado para o mundo devido à excitação psíquica elevada causadora de desprazer. Dessa forma,

o indivíduo progride do narcisismo para o amor objetual. Não cremos, porém, que toda a sua libido passe do ego para os objetos. Determinada quantidade de libido é sempre retida pelo ego; mesmo quando o amor objetual é altamente desenvolvido, persiste determinada quantidade de narcisismo. O ego é um grande reservatório, do qual flui a libido destinada aos objetos e para o qual regressa, vinda dos objetos. A libido objetual era inicialmente libido do ego e pode ser outra vez convertida em tal (FREUD, 1917b/1996p.149).

Neste sentido, pode-se considerar que nas relações interpessoais as quais os indivíduos se empenham na vida em sociedade, há de forma atuante uma regressão aos níveis de narcisismo primário, há sempre uma parcela individualista que leva o humano a se instituir como possuidor de direitos privativos em detrimento das necessidades alheias. O dinheiro, ainda portador do polo exclusivo de valor de uso, aparece como articulador desse narcisismo represado pela presença necessária do outro, serve à disposição humana natural de se posicionar frente e anterior a tudo. Antes a realização de desejos e objetivos próprios para posteriormente surgir uma fenda de escape para a realização dos desejos de outrem.

Dessa forma, o deslocamento do dinheiro entre o polo do valor de troca para o valor de uso se faz como instrumento essencial na aplicação da dominação humana, vista e denunciada por Marx na luta de classes permanente na história das sociedades até os dias atuais. Nos avatares sofridos pelas pulsões e os reais significados do que hoje se compreende por formas de exploração e dominação gratuitas, a inversão do significado do trabalho coletivo – aquele mesmo em que o dinheiro se estabelece também como condensador, pois é o tempo de trabalho empregado nas mercadorias que lhe atribui valor –, em contraponto à sua forma inicialmente concebida, torna-se o fator de maior observância.

Através da história do dinheiro, apercebe-se uma modificação nas finalidades da produção do trabalho humano. Se nas sociedades primitivas tudo acerca do trabalho era realizado coletivamente, desde a realização até os gozos da produção, onde todos comunalmente se empenhavam e imbricavam no domínio da natureza com fins à sobrevivência coletiva, o aparecimento e desenvolvimento do dinheiro, bem como seus desdobramentos nos sistemas econômicos, requalificou o trabalho como produção social, porém, seu usufruto passou a ser individualizado. O trabalho produzido em rede, comunalmente, passa a ser propriedade de quem não o produz, caracterizando a clássica dominação, com usurpação da liberdade de tempo e força de trabalho da grande parcela social por quem não labuta e dispõe somente do dinheiro gerador do dinheiro.

A passagem do trabalho coletivo para o de exploração se mostra como ocorrência fluida, aparentando não contar com resistências potencialmente sustentáveis. O trabalho coletivo se fazia propício até o momento em que as comunidades dispunham de terrenos disponíveis para o domínio da natureza, porém, se deparando com o crescimento populacional e as necessidades cada vez mais elaboradas, a troca entre comunidades se fez indispensável. O crescimento da população implica uma formulação evolutiva nos modos de organização societal.

Neste sentido, Marx, através do conceito de mais-valia, denuncia ainda nos mecanismos do sistema econômico capitalista – que se estabelece como o de maior vigência nas sociedades contemporâneas – um tempo de trabalho não contabilizado, que se constitui num excesso produtor dessa exploração evidenciada. Em se tratando de excesso, há uma análise entre o capitalismo e a psicanálise (GOES, 2008) que o põe como denominador comum. Adotando como ponto de análise o conceito de “economia” tanto do lado Marxista econômico como o psicanalítico freudiano, ressalta-se que

Tomar como referência uma "economia" implica firmar como paradigma de argumentação a quantidade, ou a circulação de quantidades, seja lá do que for... mercadorias ou energia... energia psíquica, libido. Economia é uma questão de produção e de circulação, de distribuição de quantidades e deslocamento da falta. São assim a economia do desejo, economia do gozo... economias que supõem uma falta (p. 75).

A economia, pensada como forma de utilizar os recursos para satisfações básicas, implica necessariamente um equilíbrio, mas, o sistema capitalista tem como motor a própria mais-valia, o excesso de trabalho não contabilizado, no qual a riqueza aparece como desvario ilimitado conquanto o mercado produz a miséria. No mesmo sentido, Freud também vai do equilíbrio ao excesso quando pensa sobre a economia psíquica, pois parte inicialmente do

equilíbrio do princípio do prazer até o desemboque sobre um “mais além” dessa condição (GOES, 2008).

Antes mesmo da formulação da pulsão de morte, Freud já propõe a *das Ding* como algo que escapa e não deixa o princípio do prazer funcionar tal como deveria, que seria um resto quantitativo não capturado nas ligações de descarga de energia. A Coisa insinua um excesso, algo da ordem quantitativa que se põe como um limite ao princípio do prazer. O excesso, no entanto, é consagrado a partir da formulação do conceito de pulsão de morte, diretamente relacionado à vigência da compulsão à repetição, em que denota que as pessoas não são tendenciosas de forma natural à harmonia e à felicidade (GOES, 2008), pois o sujeito psicanalítico é da ordem de um ponto impossível de sutura e de satisfação plena.

Como uma operação anterior ao princípio do prazer, a compulsão à repetição induz a existência de uma quantidade de energia tão intensa que precisaria ser ligada e encadeada de algum modo para que pudesse circular no aparelho psíquico antes de ser desligada pelo princípio do prazer. Mas, a quantidade quase insuportável de energia só pode ser descarregada senão parcialmente, em que um resto que escapa produz a repetição da carga traumática (GOES, 2008).

Dessa forma, Marx e Freud se aproximam teoricamente na medida em que pautam o excesso como causa e criam a economia para a produção, respectivamente, material e subjetiva. Assim,

Marx formula sua teoria do valor tendo em vista explicar a mais-valia. Freud formula o Princípio do Prazer e o Mais além do princípio do prazer. [...] Freud e Marx estão para além da economia clássica e da psicologia quando propõem uma forma de produção do inconsciente e do capital que oscila entre o excesso e a perda; ambos desconhecem a economia do equilíbrio (GOES, 2008, p.82).

Retomando a condição de deslocamento de polos em que o sujeito sai da ótica de reconhecimento do outro para aquela da onipotência narcísica, torna-se pertinente uma rememoração de que o desequilíbrio e o excesso dos sistemas são a causa da própria existência, visto que o retorno ao repouso absoluto é o retorno ao estado inanimado, um retorno à morte. Mas o excesso acaba por indicar que o funcionamento do dinheiro, na análise do capitalismo sobre a mais-valia, retorna ao cíclico, em que não se há satisfação cabível, e o que se constata é sempre a falta.

Colocar a questão do excesso sob a ótica do funcionamento capitalista pode indicar uma atribuição de deturpação no eixo das relações sociais somente na utilização do dinheiro a

partir desse sistema. É sabido, no entanto, que os demais sistemas de produção perpassam uma condição desmedida nas relações humanas que se estabelecem.

O *modo de produção escravista* que decorreu de regiões em que a história se deu a partir do domínio de um povo sobre o outro, com a formação de prisioneiros de guerra, houve uma forte tendência à desigualdade social com a formação de grupos tribais mais elevados em virtude de casamentos arranjados e conquistas de guerras. No escravismo, os escravos não eram considerados humanos, mas eram bens. Aqui, portanto, o dinheiro, em processo de evolução e formação, se materializa sob a forma de terras, ferramentas e também como vida e trabalho. Os donos de escravos eram donos não somente dos meios de produção, como o eram dos homens escravizados (BENOIT, 1998; GODELIER, 1969; LENIN, 1919).

Diz-se que o mesmo funcionamento era encontrado nas sociedades que transformaram seus modos de produção da escravidão para o de servidão no *feudalismo* (LENIN, 1919). A sociedade feudal consistia na relação entre senhores e servos, onde os servos não eram mais escravos, pois agora já possuíam o direito a uma parcela das terras dos senhores, em troca do cultivo e do trabalho para estes. O homem que trabalhava produzia para toda a sociedade feudal, produzia para si, para os senhores e para os sacerdotes, com prioridade para às terras dos senhores sob qualquer condição. Embora a passagem do feudalismo para o comércio tenha se dado em nome da liberdade, pode-se considerar que os estilos práticos na vida cotidiana foram modificados, mas os padrões de dominação e apropriação continuaram de forma intensiva como outrora. Na luta de libertação da cidade contra os senhores feudais, todos uniram forças, ricos e pobres, sem diferenciação pecuniária. No entanto, com o desenvolver do sistema de comércio, “as classes inferiores verificaram que haviam simplesmente mudado de senhor” (HUBERMAN, 1936, p.76).

Embora haja muitas controvérsias sobre quais países desenvolveram o *modo de produção asiático* (BENOIT, 1998), este modo se caracteriza pela presença de uma autoridade respeitada, em que formam os governos despóticos asiáticos e que possuem, de certa forma, um caráter imutável reconhecível em alguns países até os dias de hoje. Surge quando as sociedades vão se desenvolvendo de forma a criar um excedente de produção. A economia, portanto, segue com o uso da moeda de forma limitada, uma vez que a produção não é orientada para o mercado. No entanto, a existência de um excedente já faz possível a diferenciação social com a aparição de uma minoria que explora outros membros da comunidade, embora se faça difícil determinar quando se tem início de fato esse tipo de exploração uma vez que os mesmos indivíduos possuem poderes produtivo e exploratório simultaneamente. Nesse modo de produção, no entanto, a exploração toma forma de

dominação não de um indivíduo sobre outro, mas de um indivíduo sobre uma comunidade. Esse tipo de dominação ganha força quando a comunidade se volta à realização de obras de maior porte que necessitam de uma figura de liderança, líder este personificado no rei ou no faraó. A forma de escravidão encontrada nesses tipos de sociedades era diferente das civilizações romanas, e não se fazia a forma prioritária de serviço, pois para que haja uma sociedade escravista é necessário o desenvolvimento da propriedade privada, o que não é uma característica das sociedades com modo de produção asiático, visto que as propriedades estão sob o domínio do Estado. (GODELIER, 1969).

Em medida às proporções de desigualdade social advindas do sistema de produção capitalista, alguns países adotaram uma postura de retomada à distribuição igualitária dos meios de produção a quem de fato os produz. O *modo de produção comunista* surge, portanto, instituindo-se como um ideal, um programa e um regime político (PIPES, 2002) na tentativa de criar sociedades que não sucumbam ao antagonismo de classes existente desde que os modos de produção saíram da época do comunismo primitivo. No entanto, o sistema comunista, erigido sob o ideal de igualdade e equidade, perpassou por uma imposição coercitiva para o estabelecimento do poder, desde a sua estruturação e planejamento – em que Marx e Engels (1848), no manifesto a favor de uma sociedade comunista, ressaltam que as transformações necessárias só poderão ocorrer, a princípio, mediante “uma violação despótica do direito de propriedade e das relações de produção burguesas” (p.42) e é válido ressaltar que os autores estavam numa época em que ainda pensavam e esboçavam o plano de idealização do sistema (PIPER, 2002); e para além do planejamento da estruturação, a história (COURTOIS et. al., 1999) conta crimes em massa e um caráter aterrorizante na manutenção da ordem do sistema já estabelecido, com um saldo estarrecedor de massacres em larga escala e a aniquilação de pessoas que por diversas razões atrapalharam o caminho de implantação do sistema comunista, com cerca de cem milhões de mortos espalhados pelos continentes – na União Soviética, China, Coreia do Norte, dentre outros. Courtois et. al. (1999) expõem a história como a ciência que comprova a infelicidade dos homens e que o século XX parece ter ultrapassado as cotas dessa infelicidade com as duas guerras mundiais, o nazismo, dentre outras tragédias mais circunscritas, e nesse contexto infeliz o comunismo não se deixou excetuar no histórico trágico do século, chegando a dar uma contribuição muito significativa nesse cenário.

Nessa perspectiva, o dinheiro, desde que se implicou como modo de produção das diferentes sociedades da história, vem se constituindo como meio de dominação e exploração

pela maioria das sociedades, implicando-se a dominação de bilhões de vidas humanas (VIANA, 2002).

Freud (1921/1996) analisando o funcionamento dos grupos, afirma que, mesmo naqueles grupos que se estabelecem em nome do amor, de igualdade, fraternidade e outros atributos libidinais, há a mesma intolerância aos profanos e desviantes do caminho que houve na Igreja. Afirma que “toda religião é, dessa mesma maneira, uma religião de amor para todos aqueles a quem abrange, ao passo que a crueldade e a intolerância para com os que não lhe pertencem, são naturais a todas as religiões” (p.110). É nesse caminho que Freud (1933b/1996) atina diretamente para o funcionamento ditatorial e repressivo do bolchevismo que pôs em prática, ainda que de forma deturpada, o marxismo e acaba, contraditoriamente, adquirindo uma semelhança com aquilo mesmo contra o qual está lutando, pois, nesse marxismo prático bolchevista “qualquer exame crítico ao marxismo está proibido, dúvidas referentes à sua correção são punidas, do mesmo modo que uma heresia, em outras épocas, era punida pela Igreja Católica” (p.175).

Assim, constata-se que, para além das sociedades capitalistas, aquelas já estruturadas até os dias atuais perpassam também a ordem da dominação e da espoliação, põem em predileção uns em detrimento de outros, sempre sinalizadas como forma de liberdade e igualdade. Ainda que o sistema comunista tenha sido deturpado por aqueles que o pensaram inicialmente, o fato é que nas sociedades existentes até hoje, que conseguiram ser estudadas pela história, não há qualquer evidência de que não exista uma luta de classes ou um abuso ditatorial. Há sempre a questão da dominação em pauta, ou ao menos a usurpação de papéis, em que o Estado, ou o poder econômico vigente ponha vidas em primazia de outras.

Nesse contexto, diante dos antagonismos de classe e das concepções de dominação com as quais o dinheiro se encontra imbricado, a noção do psíquico em Freud nos aponta para eminentes tendências humanas destrutivas e antissociais, aponta instâncias que possibilitam a relação de dominação humana e os motivos pelos quais há, invariavelmente, uma parcela ativista dominante e uma esmagadora maioria relegada à alienação. Indica caminhos possíveis pelos quais os humanos se fazem propícios à dominação não só da natureza, mas nos relacionamentos interpessoais. Assinala os motivos pelos quais “um homem pode, ele próprio, vir a funcionar como riqueza em relação a outro homem, na medida em que a outra pessoa faz uso de sua capacidade de trabalho” (FREUD, 1927/1996, p.16).

Nesse contexto, diante da concepção sempre antagônica do sujeito, em que não há vida sem pulsão de morte, anuncia-se que “não há cultura sem que se presentifique a pulsão de morte, não somente como feição dialética de destruição mas como constitutiva do amor e

da criação” (GOES, 2007, p.86). É, então, nesse ponto que mais fortemente se constitui a dialética freudiana do psiquismo em que toda síntese se torna ilusória e uma possível harmonia na natureza e na cultura humana não se firmam num acordo. Há algo de elementar no sujeito que o tenciona a entrar em conflito com sua condição social. Nesse sentido, há ainda produções em Freud que tornam essa desarmonia entre humano e a civilização tão constituinte do ser quanto aquela de dependência mútua.

4.3 A Civilização em Detrimento da Liberdade Individual

Em *O Futuro de uma Ilusão*, Freud (1927/1996), aponta para a necessidade da vida civilizada se dar originariamente não pelo controle da natureza para a aquisição de riquezas por si só, mas sim com vistas à sobrevivência, considerando a incapacidade humana de existir isoladamente. A vida na civilização engloba os conhecimentos e capacidades que o humano adquiriu para que fosse possível controlar a natureza, bem como a extração dos elementos necessários à satisfação de suas necessidades. Porém, mesmo a civilização se constituindo como forma de vida necessária ao interesse humano, ela abarca também uma série de privações e regulamentos entre os próprios civilizados, para que tornem igualitária a divisão dos elementos extraídos.

A dificuldade humana em embrenhar-se pelos moldes da vida na civilização se constitui através de uma represa à liberdade individual, tornando-se condição indispensável o homem abdicar de parcela de suas pulsões originárias para que o grupo com maior força, e detentor igualitário de seus membros, possa ser erigido. Essas condições tornam todo e qualquer indivíduo, em essência, inimigo da vida em sociedade, uma vez que necessitam abster-se de suas pulsões em prol da tolerância comunitária. Ao tempo em que o humano constitui a vida civilizada, esta necessita concomitantemente ser defendida de seus impulsos, e dessa forma, as buscas incessantes travadas nas lutas a que o humano civilizado se põe consistem em achar um ponto de acomodação entre sua liberdade individual e as reivindicações do grupo.

Os sacrifícios humanos pulsionais impostos pela vida social são aqueles concernentes às suas condições mais primitivas, os da ordem de sua sexualidade e de sua agressividade. Sacrifícios ligados às pulsões pontuadas por Freud (1933c/1996) como de dois tipos, as primeiras com tendência de preservação, o qual denomina por pulsões eróticas, e as opostas com tendências destrutivas, agrupadas como pulsões agressivas ou destrutivas. Freud salienta

que não há superioridade de importância entre os dois grupos de pulsões, ambos são essenciais e permeiam os fenômenos da vida quando agem mútua e contrariamente.

Como visto, as disposições orgânicas humanas se originam enquanto pulsões. Ao homem primitivo era possibilitado viver sua liberdade pulsional plena, respondendo às demandas de sua condição como parte integrante da natureza. A partir das delimitações do aparelho psíquico em Freud, pode-se relacionar que, em princípio, o homem era livremente regido pelo Id (Freud, 1933a/1996), o qual se constitui como a instância mais primitiva, a parte obscura e inacessível da vida psíquica, repleta de energia pulsional disposta de forma aleatória e desorganizada, que “não expressa uma vontade coletiva, somente uma luta pela consecução da satisfação das necessidades instituais, sujeita à observância do princípio do prazer” (p.78).

No processo de agrupamento civilizatório, no entanto, o homem se torna inimigo da vida comunal por deter seus ímpetos pulsionais e segue tecendo regras que tornem possível o atendimento à demanda de mediação entre a liberdade e a segurança (FREUD, 1930/1996). Considerando que nessa instância inicial, julgamento de valores e moralidade não se fazem presentes, bem como noções de bem e mal, infere-se, nesse contexto, a partir da mediação dos impulsos do Id original e das exigências do mundo externo, o surgimento da instância psíquica que Freud vem denominar de Ego.

A relação com o mundo externo necessita, portanto, ser mediada com o Id e é a instância psíquica Ego que assume a tarefa da representação, sendo sua origem decorrente do sistema perceptual. O Ego se constitui como uma parte do Id modificada pela influência da realidade externa, mas que necessita executar ainda suas intenções, tendo em vista a ser o Id sua fonte de energia. Assim, passa a servir a duas exigências opostas, condenando-se a encobrir as ordens inconscientes do Id a partir de suas próprias racionalizações perceptivas, e dissimulando a percepção da realidade enquanto o Id permanece intolerante. Dessa forma, mediante a necessidade de equilíbrio entre as pulsões internas e as exigências do mundo externo, a vida social conduz a uma ambivalência ora percebida e já denunciada por Freud.

É nesse contexto que se instaura a dívida simbólica e a necessidade de reconhecimento do outro para a manutenção da vida. A vida social necessária à conservação da existência passa, pela condição da linguagem, a constituir também o furo pulsional do aparelho psíquico. Mas do ponto de vista das pulsões, para além dos resquícios narcísicos e perversos já mencionados, de onde advém esse estranhamento do outro? Se há no aparelho psíquico aquela existência inicial do princípio do prazer em contraponto ao de realidade, é para além do

princípio do prazer, na ambivalência existente no conjunto de pulsões originárias que se faz possível esse delineamento.

Freud (1920/1996) percebe o princípio do nirvana, a partir da observância de outro funcionamento biológico vivo, como “um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas”, assim sendo, esse princípio é “a expressão da inércia inerente à vida orgânica” (p.47). Essa classe de pulsões indica que o objetivo de toda vida é a morte, ou o estado de inanição. As pulsões de morte coexistem em oposição daquelas de conservação da vida, as libidinais. Estão em oposição, mas se mesclam e não se dissociam umas das outras.

A partir da fusão e desfusão das duas classes de pulsões, da percepção de um masoquismo primário e de um princípio que funciona como um mais além do princípio do prazer (FREUD, 1924/1996), Freud reconhece o humano como um ser constituído por forças pulsionais antagônicas e inseparáveis, e acaba, dessa forma, com qualquer tentativa de retorno ao equilíbrio e à harmonia possível entre o sujeito e a vida social civilizada. Vida e morte se enlaçam definitivamente na constituição do sujeito, “a morte enquanto pulsão só aparece na vida” (GOES, 2008, p.86), e o dinheiro, deslizando de forma fluida entre os polos, torna-se “o nó entre essas duas forças, a pulsão de vida, Eros, pulsão sexual e a pulsão de morte que se instala no que poderia se supor ser o âmago da vida” (p.87).

Ainda como forma de ilustração desses antagonismos existentes no humano que extravasam a interioridade e se põe nas relações sociais, o mito científico primitivo de Freud traz à luz, de forma mais simbólica, as condições do sujeito frente à sua desarmonia da vida social, como condensador das condições de existência do sujeito até aqui trabalhadas, paralelamente à sexualidade atrelada à agressividade compostas também no mito de Édipo.

4.4 O Mito Científico e a Competitividade Velada

Pautando-se num tratado histórico do dinheiro, tem-se que a vida comunal foi paulatinamente se dividindo em classes sociais (HUBERMAN, 1936). Estas, por sua vez, estabelecem-se de forma a possibilitar o humano, através do poderio do dinheiro, apropriar-se da natureza e de seus recursos, bem como ajudar suas pulsões originárias a darem vazão através da dominação entre si e da natureza. Diz-se, portanto, de tal divisão se dar como uma forma de evolução e melhoria nos modos de dominação da natureza, porém, o que se consta é não somente a dominação na esfera material, mas nas formas de relacionamento entre os

humanos, em que se formam laços sociais de exploração e o próprio homem vem a funcionar como riqueza na medida em que sua força de trabalho é explorada (FREUD, 1927/1996).

Em consonância à existência de pulsões singulares, é percebida – nas sociedades atuais em que o dinheiro tomou todo o aspecto de detentor das necessidades humanas – a existência de exploração indiscriminada, com reprodução permanente das formas de dominação da classe dominante, bem como tentativas inócuas e involuntárias de quebra dessa lógica que, no entanto, convergem somente para a sua reprodução.

Inicialmente, Freud (1933c/1996) nos diz que é “um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pelo uso da violência. É isto que se passa em todo o reino animal, do qual o homem não tem motivo porque se excluir” (p.198). Desde os tempos de hordas era a força física que decidia quem tomaria o domínio das coisas e faria prevalecer a sua vontade – guiados pelas forças pulsionais de vida e de morte. A força muscular foi paulatinamente substituída por instrumentos e pelo estabelecimento de leis e do Estado para atingir os mesmos objetivos. E nas atualizações dessa condição nos tempos atuais, o que se tem é uma violência perpassada do eixo individual para uma violência social comunitária.

É nesse contexto que o mito utilizado por Freud (1913c/1996) como originário do complexo paterno traz uma última contribuição para a análise dos antagonismos e competitividades existentes nos cenários em que o dinheiro está envolvido. Freud observa na trama da sexualidade humana – encontrada tanto nas neuroses atuais como nos humanos primitivos – o mesmo sentimento fundamental de ambivalência, novamente para com a figura do pai, que pode ser entendida como fundante da vida em sociedade.

A organização na horda primeva se dava pela apropriação de todas as mulheres sob os domínios de um pai ciumento e violento. Na medida em que os filhos se punham crescidos, eram expulsos do bando de forma que o pai permanecesse em sua condição exclusiva e dominante. Porém, os irmãos excluídos tem por desejo esse lugar soberano e decidem unir-se na destituição do pai, considerando que as forças em conjunto seriam de maior potência que a individual paterna. Dessa forma, retornam ao bando, matam e devoram o pai.

No entanto, a quebra da horda patriarcal através do assassinato não concedeu aos irmãos a realização do desejo original de identificar-se com o supremo e ter para si todas as mulheres do bando, visto que os desejos se faziam mútuos. Assim, “o que até então fora interdito por sua existência real foi doravante proibido pelos próprios filhos” (p.147), nenhum destes se possibilitou reivindicar a posse das mulheres livres tendo em vista a união das forças contra o pai, mas uma rivalidade concomitante entre si. A forma pela qual se utilizaram para a destituição do poder paterno se posta à última instância, resultaria numa luta incessante, visto

que não havia força isolada capaz de tornar um só o representante do pai. De forma a manterem-se vivos – na busca pela sobrevivência – os irmãos não possuíam outro escape se não o da instituição da lei contra o incesto, com a permanência da vida comunal.

Apercebe-se aqui a dupla identificação: ao ponto que os irmãos se põem no lugar do pai, surge concomitantemente a certeza de que não há a possibilidade de sê-lo por completo, não se faz possível tomar para si todas as prerrogativas. Depreende-se, portanto, que, como a terceira instância psíquica ao lado do Ego e do Id, o Superego de Freud (1923a/1996) inicia por tomar forma a partir dessa identificação. Sob o contorno de sentimento de culpa inconsciente, o Superego detém em si o caráter castrador do pai, solvente das escolhas objetais primitivas.

Apesar do acordo mútuo que possibilitou o desenvolvimento da sociedade fraternal, os ímpetos originários de tomar o lugar paterno se fazem presente, sendo negados como forma de manterem-se vivos, porém, infligem ao homem uma abdicação de seus desejos pulsionais originários. Dessa forma, por mais que a vida social tenha sido necessária, a disputa inicial pela prevalência da vontade de cada um está sempre sendo atualizada sob diversas performances. É nesse sentido que Freud (1921/1996) discorda de uma originária pulsão gregária inata aos seres humanos e afirma que a justiça social ou o espírito de grupo é derivado do que foi originalmente a inveja, levada às últimas consequências de que se não há privilégio único para si mesmo, ninguém o terá e todos serão iguais.

A passagem desse tipo de competição primária pode ser encontrada sobre nova roupagem na compra da força do trabalho nas sociedades atuais, naquela roupagem já denunciada por Marx, em que tem seu ponto culminante no processo da mais-valia. Esse tipo de troca, ao tempo em que torna o comprador um parasitário que se beneficia através da exploração alheia, escraviza de forma dissimulada o vendedor em questão.

Tal competitividade leva a supor que a dominação encontrada hoje nas sociedades erigidas pelo dinheiro se torna o ponto de convergência a que o Ego encontra como forma de equilíbrio entre as exigências pulsionais do Id, no sentido desejante de tomar para si o lugar supremo, e as ludibriações a que a sociedade impõe – parodiando o mundo externo – como forma dos sujeitos manterem-se vivos, velando a antiga competitividade direta sob as formas de dominação a que o dinheiro e o sistema econômico dispõem.

4.5 O Dinheiro nos Modos de Produção: a impossível reconciliação entre o humano e a cultura

Não se torna impedimento à compreensão o fato de a formulação evolutiva embrenhar-se por uma organização social valorizadora de desigualdade, exploração e dominação humanas, tendo em vista que Freud deu uma contribuição sumária ao mostrar que o homem é essencialmente pulsão e desejo; que podemos compreender seu ser, seu dinamismo e sociabilidade através dos princípios regentes que o constituem.

Desse contexto, incorre-se que o dinheiro se produz como equivalente universal não somente na substituição de mercadorias, mas se faz unificador das ambivalências, oposições e contradições a que o humano é trespassado desde o início da sua vida em sociedade. Torna-se compreensível a natureza humana individualista em oposição à necessidade de sobrevivência a partir de laços e vínculos sociais, elucidando a ambivalência existente não somente no nível interno das pulsões as quais o humano é constituído, mas consoante à sua existência e evolução enquanto um ser condicionalmente social.

Se para Marx o dinheiro possui um encantamento fetichista relativo à carga social de trabalho humano nele empregada, numa análise freudiana pode-se incorrer em considerações acerca desse equivalente universal como objeto de catexia das pulsões competitivas humanas. Não se afasta, desse modo, do caráter social a que Marx denunciava, porém vem com atribuições dos sentimentos hostis do humano para com sua vida social, pautando-se numa relação ambivalente.

É nesse sentido que Freud (1930/1996) delineia que

A inclinação para a agressão constitui, no homem, uma disposição instintiva original e auto subexistente, e retorno à minha opinião de que ela é o maior impedimento à civilização. [...] a civilização constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados, depois famílias e, depois ainda, raças, povos e nações numa única grande unidade, a unidade da humanidade. [...] Mas o natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se põe a esse programa da civilização. Esse instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo. Agora, penso eu, o significado da civilização não mais nos é obscuro. Ele deve representar a luta de Eros e a Morte, entre o instinto de vida e o instinto de destruição, tal como ela se elabora na espécie humana (p.125-126).

No mesmo sentido, pode-se verificar que o sistema econômico vigente, no qual o dinheiro é movimentado e ganha toda a sua supremacia, corrobora com as possibilidades cabíveis que mais atendem às pulsões primárias humanas. Guiado através do narcisismo e individualismo, o sistema propõe a apropriação do mais forte, pautado pelos princípios de igualdade a que a vida em sociedade toma por indispensável.

Através do material pulsional viabilizado nos ditos de Freud, o sujeito mantém com o dinheiro uma relação ambivalente. Assim como o dinheiro possui uma qualidade estruturante do ser no sentido de amoeirar as pulsões sexuais, ele amoeira também aquelas destrutivas. O dinheiro enaltece a tendência humana ao narcisismo com exaltação de si; faz com que o sujeito tenda a tomar uma posição perversa negando a castração, agindo como se o recalque falhasse, mas a realidade externa está posta inexoravelmente e o fetiche surge para o perverso desmentindo essa completude falseada. O dinheiro admite uma possibilidade de retorno a um estágio inicial primitivo, sádico, em que as pulsões em formação estão voltadas para si mesmo para a satisfação das demandas sexuais. O narcisismo alimentado pelo dinheiro é um complemento das pulsões de autoconservação existentes em todos os humanos, que só foram direcionadas para a realidade externa devido à excessiva excitação interna causadora de desprazer.

Os manejos desequilibrados e excessivos do dinheiro nos diferentes modos de produção são, portanto, a explanação mais precisa desse narcisismo originário que o dinheiro faz ressurgir. Pautam um excesso. Excesso pontuado reiteradamente no sujeito psicanalítico, em que antes mesmo do princípio do prazer há pulsões que o estabilizam no sentido de deixar escapar uma quantidade de energia suficiente para reviver compulsivamente uma tentativa de sutura do furo. O sujeito pulsional psicanalítico desconhece a economia do equilíbrio, e assim como nos modos de produção até então verificados, surge um excesso desequilibrado capaz de gerar as ambivalências do próprio sujeito frente ao dinheiro.

O homem primitivo vivia as pulsões do Id livremente, mas os anseios da realidade externa fez com que o Ego fosse surgindo e essas pulsões fossem paulatinamente refreadas. O princípio do nirvana estabelece o impulso inerente à vida de restaurar o repouso absoluto, e o dinheiro mescla essa condição de vida pelo empenho contra a morte. O dinheiro é, portanto, forjado como amoeiramento das duas classes de pulsões originárias do ser. Se vida e morte se enlaçam definitivamente na constituição do sujeito e se faz impossível uma harmonia plena entre o humano e a vida civilizada, a lida desse sujeito com o dinheiro também não se faz cabível de equilíbrio e harmonia, já que o dinheiro amoeira os antagonismos pulsionais originários.

Nesse sentido, o que se observa nos destinos designados ao dinheiro é uma eterna forma de fazer prevalecer a vontade pessoal e ditar quem tem a posse das coisas. Observa-se a atualização da força muscular inicialmente hegemônica para aquelas de maior artifício com manipulação de instrumentos e uso do intelecto. É nesse ponto em específico que as divergências essenciais em Freud e Marx parecem encontrar o auge. Embora Althusser (1985)

considere que Freud, paradoxalmente, tenha servido com um modelo de homem que foi útil à explanação de Marx frente à questão da luta de classes – pois, na ideologia burguesa é o sujeito-consciente que está em pauta e a "categoria filosófica do sujeito consciente de si se encarna naturalmente na concepção burguesa da moral e da Psicologia" (p.84) – o objetivo final de Marx destoa impetuosamente com as disposições humanas vislumbradas em Freud.

Enquanto Freud (1930/1996) aponta que o caráter agressivo e destrutivo se faz elementar na natureza humana e a acompanhará por quaisquer meios de organização social a que o humano se prestar a construir – em que até mesmo comparou o funcionamento de classes delatado por Marx como remoto “às lutas que, desde o começo da história, se desenrolaram entre hordas humanas muito pouco diferentes umas das outras” e que as diferenças sociais “foram originariamente diferenças entre clãs ou raças” (FREUD, 1933c/1996, p.172) –, Marx, a partir de sua crítica da economia política, vislumbrada sobre a concepção do sujeito direcionado pelas relações e meios de produção historicamente compostos, em que “a consciência do homem se modifica com toda mudança sobrevinda em suas condições de vida, em suas relações sociais, em sua existência social” (MARX e ENGELS, 1848/1999, p.38), cai no seu próprio sintoma de velamento do funcionamento das coisas (ZIZEK, 1996) e acredita que a união dos oprimidos fará frente à dominação e que os antagonismos de classe serão abolidos por fim.

Para Marx, a parte opressora do sistema capitalista – a burguesia – já é fruto de uma série de transformações sediciosas nos modos de produção existentes e desempenhou, por sua vez, um papel revolucionário no decorrer da história. No entanto, esse processo revolucionário fez com que sua existência se coadunasse com as relações de produção que ela mesma transformou, o que faz com que o sistema proposto pela burguesia não seja autossustentável, e a cada crise vai-se destruindo não só a massa de produtos fabricados, mas a própria força produtiva que os geriu. De repente, a sociedade dependente desse modo de produção se vê reduzida à guerra ou à fome. Pelo contexto de crise, as armas e os instrumentos humanos pelos quais a burguesia se utilizou para se erigir – o proletariado – voltam-se contra ela. A partir da união coordenada dos proletários, a transformação do sistema poderá ser posta em prática, mas a única forma eficaz de transformação é abolindo o modo de apropriação próprio da burguesia (MARX e ENGELS, 1848/1999).

Portanto, Marx considera a existência da burguesia incompatível com a existência da sociedade. O objetivo do comunismo é a abolição das relações de propriedade, resumidas na propriedade privada, que porá fim aos antagonismos de classe. A propriedade privada, concentrada nas mãos da ínfima minoria burguesa é a causadora da iniquidade da grande

maioria. Marx diz que “o comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de sua parte dos produtos sociais, apenas suprime o poder de escravizar o trabalho de outrem por meio dessa apropriação” (MARX e ENGELS, 1848/1999, p.34).

Para Marx, o comunismo rompe radicalmente com as clássicas relações de propriedade, e rompe, dessa forma, com uma história milenar de exploração e escravidão, assim, em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos” (MARX e ENGELS, 1848/1999, p.44). No entanto, o próprio Marx admite que uma revolução nos moldes do planejado só poderá ser efetivada, a princípio, a partir de um modo despótico dos direitos de propriedade e das relações de produção vigente.

Marx acreditava veementemente na possibilidade de harmonia e igualdade entre os povos, com a supressão da exploração e dos antagonismos existentes. É na afirmação “suprime a exploração do homem pelo homem e tereis suprimido a exploração de uma nação por outra nação” (MARX e ENGELS, 1848/1999, p.38) que se sintetiza a impossibilidade entre os pensamentos de Freud e Marx.

Freud, por sua vez nos aponta que ainda que o tipo de dominação fornecido pelo dinheiro nas sociedades capitalistas fosse abolido, outras formas de expressão da agressividade necessitaria ser colocada à mostra. O dinheiro se apresenta, portanto, como forma do humano manter suas pulsões dominadoras sobre seus pares. A humanidade se põe facilmente seduzida pelo dinheiro pelo fato de haver forças antagônicas na constituição psíquica que a põe como inimiga da civilização. A característica peculiar do dinheiro como equivalente universal de mercadorias não se detém somente no nível superficial, mas engloba a unificação das necessidades básicas oriundas da realidade externa, bem como aquelas de escoamento das pulsões agressivas e sexuais constituintes do ser humano.

A forma com que o dinheiro é tratado nas sociedades hodiernas se faz propícia às condições primitivas de dominação, cujo humano deposita sua ambivalência em relação à vida comunal com seus pares permeando-se incessantemente por uma competição que enalteça seu narcisismo original e não o condene ao adiamento de sensações prazerosas a depender da realidade.

Nesse sentido, Fergunson (2007) parece se aproximar mais da natureza conflitiva humana quando coloca que a perspectiva marxista de sucumbimento do capitalismo pelas vias da revolução proletária serviu mais como consolação esperançosa à grande maioria oprimida que de fato como uma especulação científica e objetiva. De forma imperiosa, afirma que o nexos do dinheiro não passa de um elo entre as reais e complexas motivações humanas, e que

embora a história tente ser vívida e grandiosa, o que de fato a caracteriza é a violência humana irracional, em que humanos lutavam ontem, lutam agora e lutarão no futuro. A história das sociedades é um caos em que o ser é sempre vivo e atuante. Embora o humano seja condicionado socialmente, há também a condição política, e os grupos dos quais se faz parte satisfazem a ânsia de segurança e a de dominação dos grupos mais fracos.

A guerra dificilmente se incorre como a medida econômica mais rentável, mas ainda assim é invariavelmente acionada através dessa prerrogativa. Nesse sentido, a discussão trazida por Freud sobre a guerra, em que pauta como um princípio geral a resolução de conflitos de interesses humanos através da violência unido à tendência pulsional agressiva e destrutiva, se põe como um ponto de articulação e interpretação suficiente à observação de Ferguson.

É, então, nesse ponto conciso que Marx deixa se envolver pelo próprio modo ideológico por que funciona a burguesia e o capitalismo, agindo como se não soubesse da condição de superação do capital por si mesmo, como se desconhecesse que “o estado ‘normal’ do capitalismo é o revolucionamento permanente de suas próprias condições de existência”, em que se modifica e desenvolve por que desde o começo “é marcado por uma contradição mutilante, pela discórdia, por uma falta de equilíbrio imanente” (ZIZEK, 1996, p.329). Marx cai na ideologia fetichista do *como se* e acredita numa passagem do capitalismo para o socialismo pela dialética da luta de classes, sem levar em conta a contradição imanente realmente existente no processo histórico, tanto que até mesmo a tentativa mais próxima de implementação do sistema igualitário foi, do ponto de vista da conservação de vida, uma história de assassinatos em massa.

Nesse sentido, a partir da correlação entre as diferentes pulsões que movimentam o sujeito, Freud recomenda o abandono da crença pura de que os humanos são guiados por impulsos de perfeição e que esses levem a um grau de desenvolvimento pleno para o bem.

Destarte, mediante a caracterização de análise do estatuto supremo do dinheiro, não é a avaliação dos diferentes sistemas econômicos que se fez cabível nessa última instância, o trabalho não se deu mediante a necessidade de justificativa deste ou daquele modo com que as ciências políticas fazem uso de suas economias nas sociedades, uma vez que existem demasiadas forças pulsionais também em jogo nessas motivações. É certo somente que os diferentes modos de condução do dinheiro até hoje utilizados nas grandes sociedades em que a história tratou de reconhecer se mostram furtivos ao ser sempre vivo e atuante.

A análise do lugar do dinheiro na economia psíquica tentou explanar certa esfera da realidade impossível de ser negada: o estatuto supremo com que o dinheiro é envaidecido. A

partir das elaborações sobre o sujeito pulsional disperso na obra freudiana, tornou-se conciso que o dinheiro se põe dominante por ater instâncias não só caras, mas constitutivas do ser, bem como se dispõe nas sociedades de forma a dar conta das ambivalências sempre prevalentes. E o estatuto supremo do dinheiro se dá, antes de tudo, pela condição de ser ele mesmo estruturado juntamente com o ser. Juntamente com o desenvolvimento do sujeito. Dinheiro e sujeito se emaranham por se fazerem simultaneamente produto e produtores de si. Ao afirmar o dinheiro o sujeito se autoafirma, se refazendo e reinventando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dinheiro, do ponto de vista civilizatório evolutivo, se constitui como o equivalente universal de necessidades. No imaginário popular é sinônimo de riqueza, e para o senso comum, conscientemente, detém significados como segurança, poder, conflito e felicidade. Perpassa condições de inscrição no mundo, dando a possibilidade de adquirir os mais diversos produtos e serviços, de instâncias quantitativas, qualitativas, materiais ou subjetivas.

As questões econômicas são tão complexas para o manejo da vida social que disciplinas independentes têm mantido interfaces na tentativa de dar conta dos fenômenos econômicos vivenciados. De maneira geral, a racionalidade frente ao dinheiro se faz limitada e imprime um abismo entre as ações econômicas desejadas e as de fato verificadas.

Analizando as discrepâncias entre ações econômicas, o sujeito consciente de si não se mostra eficiente na sua lida com o dinheiro, bem como se torna impossibilitado de indicar o caminho pelo qual o dinheiro se estabelece como um artefato indispensável e tão valioso para a vida em sociedade.

O sujeito psicanalítico freudiano, da ordem da falta permanente, dos conflitos e das ambivalências, indica que o dinheiro se faz supremo porque amoeda aquilo que há de mais caro para si, amoeda a própria condição de existência, permeia as instâncias estruturantes do ser. O dinheiro se metamorfoseia nas esferas de maior importância, equiparando aquilo que é necessidade, o que é demanda e o que é desejo. Freud diz que a libido – a força pela qual a pulsão sexual está representada na mente – é considerada análoga à fome e à vontade de poder no que diz respeito às pulsões do ego. Disso decorre todo o encantamento fetichista que torna o dinheiro um fim em si mesmo, pois na afirmação da importância soberana da moeda o sujeito afirma sua condição de ser uno e relacional.

Mas o dinheiro indica também a ambivalência conflitiva da constituição humana, ao tempo que é advindo da relação de troca e perpassa a ótica do reconhecimento do outro na constituição e importância do Ser, se além à emergência da onipotência narcísica e da perversão resguardadas no indivíduo desde as primeiras experiências de vida. O dinheiro faz ressurgir a predileção pela causa própria, sem pôr como primazia a dívida simbólica que condiciona a própria existência.

É assim que se torna concisa a observação de que os elos causais entre economia e política perpassam uma complexa e emaranhada cadeia de motivação humana. A relação da humanidade com as armas de que dispõe para o controle da natureza afetam

consideravelmente as questões econômicas. O dinheiro, portanto, aparece como a atualização das formas de dominação, como aprimoramento e nova tecnologia de vazão das pulsões mais primitivas existentes desde a origem do processo evolutivo.

Se utilizando de mecanismos sublimatórios, o dinheiro se permite realizar os desejos mais primitivos de liberdade pulsional agressiva e dominante, de forma que o que se observa são somente atributos socialmente aceitos. O respeito pelo dinheiro e pelas novas formas de organização do trabalho só pode ocorrer por conta de um reconhecimento das formas básicas da vida pulsional e da necessidade sublimada de dominação e agressividade.

Os sistemas econômicos até então vislumbrados têm adotado a principal forma dinheiro como o que torna a tudo indistinto colocando sob o mesmo patamar aquilo que é subjetividade e materialidade e afirmando que ninguém é insubstituível. No entanto, o sujeito psicanalítico, implicado no desejo, até tropeça por outras formas de sedução do dinheiro, mas no fim, não suporta ser objetificado nem ser posto num lugar comum. O sujeito mostra ao dinheiro que ninguém é substituível, pois há um discurso realizado de um lugar que só cabe em si.

O sujeito pulsional deixa claro, portanto, que é exatamente por conter de si que o dinheiro é investido com importância suprema e toda tentativa de objetificação por qualquer esfera imaginável não se faz sem uma forte resistência do próprio sujeito com a sua teimosia de inscrição no mundo. Então, mesmo o dinheiro posto num lugar soberano, a tentativa de reificação indica o caminho de maior impasse frente às questões econômicas. Na relação com o dinheiro, portanto, o sujeito pulsional produz uma articulação entre as forças da natureza e a linguagem, se entremeia como simbolização daquilo que é indispensável. O dinheiro responde a algo provindo da divisão do sujeito, perpassado pelo desejo, que marca o lugar vazio.

A psicanálise, assim, se ocupa de dar singularidade a cada sujeito fundamentando com norteamentos também universais como o complexo de Édipo, a sublimação, as equivalências simbólicas e assim se torna passível de ser utilizada como ferramenta teórica na elucidação do estatuto supremo do dinheiro. Existe uma peculiaridade monetária a cada ser, mas o dinheiro perpassa o imaginário social como um todo, detém uma importância generalizada, com equivalências nos indivíduos de forma geral. Destarte, o dinheiro se apresenta soberano por explicitar não só a comunhão de ser o humano originariamente grupal, mas se fazer único frente às próprias questões e seus próprios deslizamentos pela linguagem.

Dentro de cada especificidade das questões financeiras, pode-se atentar para análises e mais análises a partir de um viés psicanalítico. Portanto, o trabalho jamais se propôs a ser pontualmente limitador de forma a dar conta de todas as esferas em que o dinheiro está

relacionado. As análises são de natureza genérica, dando luz a caracterizações da moeda também identificadas de forma genérica, sem especificidade frente às questões econômicas que aparecem. Cada ramo estudado pela psicologia econômica e pela economia pode ser vislumbrado com novas interpretações, mas o dinheiro, enquanto equivalente geral que a tudo pode comprar já pôde ser analisado de um ponto de vista mais profundo e além da racionalidade limitada.

Os estudos entre psicologia e economia consideram tópicos específicos de como as questões econômicas afetam o comportamento econômico das pessoas, visando os processos de tomada de decisão, pesquisas de mercado, e outros tópicos sobre a vida cotidiana como o mercado, desemprego, dentre outros. É especialmente nos processos de tomada de decisão que a relação do sujeito psicanalítico frente ao dinheiro consegue dar um aporte interpretativo. O passo dado por Freud é concisamente a demonstração de que o sujeito consciente de si, tão evidenciado nos processos de tomada de decisão, na verdade é posto pela negativa, em que o sujeito nada sabe de si, implicado pela cisão constitutiva do ser.

Dessa forma, o dinheiro como equivalente geral de todas as mercadorias não pode tomar partido e se ultrajar em apenas uma. Não pode representar uma coisa em si. Então, o lugar do dinheiro na simbologia é a de ser puro significante, em que a linguagem é sua condição. Uma vez que a equivalência geral é um conceito social, e o de ser puro significante é algo do sujeito, o dinheiro consegue se aportar de uma instância macro para a micro, mas o contrário é impossível. O dinheiro, do ponto de vista do sujeito, é um significante sem sentido, pois evoca qualquer mercadoria tanto quanto pode evocar a si mesmo. Ele toma o aspecto de fim em si, sendo somente o meio para os fins desejáveis, mas ele se transmuta, e a todos os corolários de constituição do ser representará, a todos servirá e, paradoxalmente, a todos anulará.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓFANES. Um deus chamado dinheiro. In: KURY, M. (trad.) **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan, Marx e Freud: introdução crítica histórica**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALBERGONI, L. **Economia**. Curitiba: IESDE, Brasil S.A., 2008.
- BASTOS, R. **Psicanálise e pesquisas: Ciência? Arte? Contraciência?** 2. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- BATISTA, K.; CUNHA, E. A Experiência Psicanalítica na Investigação Social: Considerações sobre o método. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade-ECOS**. Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p.260-275, 2012.
- BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- _____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BELO, F.; MARGAZÃO, L. Avareza e Perdularismo. **Psychê**, São Paulo, SP, ano 10, n. 19, p. 109-128, set./dez. 2006.
- BENEDICT, R. **Padrões de cultura**. Petrópoles: Vozes, 2013.
- BENOIT, H. A Luta de Classes como Fundamento da História. In: TOLEDO, C. (org): **Ensaio sobre o Manifesto Comunista**. Campinas: Xamã-FCH/Unicamp, 1998.
- BIRMAN, J. O Mal-Estar na Modernidade e a Psicanálise: a Psicanálise à Prova do Social. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 15(Suplemento): p.203-224, 2005.
- _____. Sujeito, valor e dívida simbólica: notas introdutórias sobre o dinheiro na metapsicologia freudiana. In: VIEIRA, J. et. al. (org.) **Na corda bamba – doze estudos sobre a inflação**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p.139-154, 1993.
- BORGES, F.; ZANETTI, C. **A Função do Pagamento em Análise: limites e possibilidades na instituição**. V Congresso de Psicologia UNIFIL/II Congresso Nacional de Psicologia, 2012.
- BOYLE, D. **O pequeno livro do dinheiro: uma visão instigante do modo como o dinheiro funciona**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- BRAGA, G. Considerações a Respeito do Dinheiro na Psicanálise na Instituição. In: **Serviço de Atendimento Clínico da APPOA**. Ano 14, n. 159, p. 40-43, jul.2007. Disponível em: <<http://www.appoa.com.br/uploads/arquivos/correio/correio159.pdf#page=40>> Acesso em set de 2014

BRASIL. Banco Central do Brasil. **O que é o dinheiro?** Cadernos BC. Série Educativa. [s.n], dez. 2002.

BURNS, E. **História da civilização ocidental**. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1971.

CABAS, A. **O Sujeito na psicanálise de Freud a Lacan**: da questão do sujeito ao sujeito em questão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

COURTOIS, S. et al. **O livro negro do comunismo**: crimes, terror e regressão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CRUZ, J. Psicología, psicología social y asuntos económicos. **Revista Latinoamericana de Psicología**, Bogotá, Colombia, Fundación Universitaria Konrad Lorenz, v. 26, n. 3, p. 403-414, 1994. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80526302>

DAWKINS, R. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DOMINGUEZ, J. **Dinheiro e vida**: mude a sua relação com o dinheiro e obtenha a independência financeira. São Paulo: Cultrix, 2007.

DOSTALER, G. **Keynes and the love of money**: The freudian connection. 36th Annual Conference of the History of Economics Society. University of Colorado Denver, June 26-29, 2009.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FERGUSON, N. **A lógica do dinheiro**: riqueza e poder no mundo moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FERRAZ, F. **Perversão**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

FERREIRA, V. **Psicologia econômica**: origens, modelos, propostas. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007a.

_____. Informações Econômicas e Ilusão: uma contribuição psicanalítica ao estudo de fenômenos econômicos. **Ágora**. Rio de Janeiro, RJ, v. X. n.1, p.107-126, jan./jun. 2007b.

_____. **Psicologia econômica**: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. **Psicologia Econômica**: Trajetória Histórica e Rumos Futuros. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E FINANÇAS COMPORTAMENTAIS, 1. 2014, São Paulo. FGV-SP, 2014. Disponível em: [http://cef.fgv.br/sites/cef.fgv.br/files/\(Ferreira\)%20PSICOLOGIA%20ECONOMICA.pdf](http://cef.fgv.br/sites/cef.fgv.br/files/(Ferreira)%20PSICOLOGIA%20ECONOMICA.pdf)

FREUD, S. **A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess**: 1887-1904. Editada por Jeffrey Moussaieff Masson. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

_____. (1900). A interpretação dos sonhos II. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. VII.

_____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. VII.

_____. (1908a). Caráter e erotismo anal. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. IV.

_____. (1908b). Moral sexual civilizada. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. IV.

_____. (1909). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. X.

_____. (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII.

_____. (1913a). Sobre o início do tratamento: Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII.

_____. (1913b). A disposição à neurose obsessiva: uma contribuição ao problema da escolha da neurose. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII.

_____. (1913c). Totem e tabu. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIII.

_____. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV.

_____. (1915). Os instintos e suas vicissitudes. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV.

_____. (1917a). As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII.

_____. (1917b). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII.

_____. (1919). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII.

_____. (1920). Além do princípio do prazer. 1920. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII.

_____. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII.

_____. (1923a). O Ego e o Id. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX.

_____. (1923b). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX.

_____. (1926). A questão da análise leiga. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XX

_____. (1927). O futuro de uma ilusão. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXI.

_____. (1930) O mal-estar na civilização. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXI.

_____. (1933a). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: a dissecação da personalidade psíquica. Conferência XXXI. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII.

_____. (1933b). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: A Questão de uma *Weltanschauung*. Conferência XXXV. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII.

_____. (1933c). Por que a guerra? In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII.

FIGUEIREDO, A. **Vastas confusões e atendimentos imperfeitos**: a clínica psicanalítica no ambulatório público. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

GALBRAITH, J. **Moeda**: de onde veio, para onde foi. São Paulo: Pioneira, 1997.

GARCIA-ROZA, L. Pesquisa de tipo teórico. Psicanálise e Universidade – **Revista do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise da Pós-graduação da PUC/SP**. 1º Encontro de Pesquisa Acadêmica em Psicanálise, 1991, São Paulo, n. 1, p. 9-32, fev. 1994.

GODELIER, M. **Sobre el modo de producción asiático**. Barcelona: Martinez Roca, 1969.

GÓES, C. **Psicanálise e capitalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

GUIMARÃES, B.; GONÇALVES, C. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOFMANN, R.; PELAEZ, V. A psicologia econômica como resposta ao individualismo metodológico. **Revista de Economia Política**, v. 31, nº 2 (122), pp. 262-282 abr./jun. 2011.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1936/1985.

KEYNES, J. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1973/1996. (Coleção Os Economistas).

_____. As possibilidades econômicas de nossos netos. In: SZMRECSÁMYI, T. (org.), **Keynes**. São Paulo: Ática, 1984.

LACAN, J. (1969-1970). **O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LANE, S. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

LAUER-LEITE, I. et al. Valores Humanos e Significado do Dinheiro: um estudo correlacional. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 45, n. 1, p. 15-25, jan./mar. 2014.

LENIN, V. **O Estado**. Palestra pronunciada na Universidade Sverdlov em 11 de julho de 1919. Disponível em: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=300:o-estado-palestra-de-lenin&catid=8:biblioteca-comunista

LIMA, J. **Psicanálise do dinheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

LOPES, J. (1942). **Moeda e bancos**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

MARCUSE, H. **Eros e a civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARTIN, P. (1984). **Dinheiro e psicanálise**. Rio de Janeiro: Revinter, 1997. (Coleção Freudiana).

MARX, K. **Formaciones económicas precapitalistas**. México: Siglo XXI, 1971.

_____. **Contribuições à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. (Coleção Os Economistas). v. I.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. (Coleção Os Economistas). v. II.

MARX, K.; ENGELS, F. (1848). **O Manifesto Comunista**. Rocket Edition, 1999. (Versão para eBooks). Disponível em: ebooksbrasil.com.

MAYER, T.; DUESENBERY, J.; ALIBER, R. **Moedas, bancos e a economia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

MEZAN, R. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MINAYO, M. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=PtUbBAAQBAJ&pg=PA35&lpg=PA36&focus=viewport&dq=pesquisa+bibliogr%C3%A1fica+minayo&hl=pt-BR#v=onepage&q=pesquisa%20bibliogr%C3%A1fica%20minayo&f=false>

MOREIRA, A. Dinheiro no Brasil: um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras. **Estudos de Psicologia**, v.7, n.2, p.379-387. 2002.

NORONHA, O. O estagiário-psicoterapeuta e as relações de pagamento/dinheiro com os pacientes de clínicas-escola. **Psicólogo inFormação**, ano 11, n. 11, jan./dez. 2007.

PIPER, R. **O Comunismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

PISANI, M. Marxismo e psicanálise no pensamento de Herbert Marcuse: uma polêmica. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, CE, v. IV, n. 1, p. 23-64, mar. 2004.

PRADO, L. O Fenômeno da Inflação Numa Perspectiva Histórica: Notas sobre a matriz social e política da inflação. In VIEIRA, J. et. al. (org.) **Na corda bamba** – doze estudos sobre a inflação. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

QUINET, A. **As 4 + 1 Condições da Análise**. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RIBEIRO, M. **A Neurose Obsessiva**. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ROBERT, J. **A Origem do Dinheiro**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1989. (Coleção Universidade Popular).

ROSA, M. Jacques Lacan e a clínica do consumo. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p.157-171, 2010.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAHOVALER, J. O Dinheiro Sacrificial. **IDE**, São Paulo, v. 37, n. 58, p. 85-93, jul. 2014.

SANTOS, L. **O trabalho do psicanalista**: das dificuldades da prática aos riscos do narcisismo profissional. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em Psicologia – Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), 2011.

SERAFINI, F. **O dinheiro entre o direito tributário e o direito penal**: um estudo sobre a sanção, a coação e a coerção, com o auxílio de Freud. 2012. Tese (Doutorado em Direito Tributário) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.

SIMMEL, G. **Psicologia do dinheiro e outros ensaios**. Lisboa: Texto e Grafia, 2009. (Biblioteca Universal).

SILVA, D. **Elementos para uma abordagem psicanalítica do sujeito da economia capitalista**. 2015. Dissertação (mestrado em ciências econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2015.

SILVA, P. **Psicologia do risco de crédito**: análise da contribuição de variáveis psicológicas em modelos de credit scoring. 2011. 232f. Tese (Doutorado em administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SLEMENSON, K. **\$em? Sobre a inclusão e o manejo do dinheiro numa análise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

SÓFOCLES. **Édipo Rei – Antígona**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SOUZA FILHO, E. Pobreza e riqueza segundo o grupo sociocultural: um estudo de representações sociais. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 2, p. 260-266, abr./jun. 2009.

TEIXEIRA, V.; COUTO, L. A cultura do consumo: uma leitura psicanalítica lacaniana. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 583-591, jul./set. 2010.

VAL, V.; LINHARES, L. O Papel da Moeda em Marx e Keynes. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n.14, p. 81-107, ago./dez. 2008.

VIANA, N. Universo Psíquico e Reprodução do Capital. In: QUINET. A.; PEIXOTO M.A.; VIANA N.; LIMA R. **Psicanálise, Capitalismo e Cotidiano**. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

ŽIŽEK, S. Como Marx inventou o sintoma? In: ŽIŽEK, S. (org.). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

WINOGRAD, M.; MENDES, L. Mitos e origens na psicanálise freudiana. **Cad. Psicanál.-CPRJ**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 225-243, jul./dez. 2012.